

Ana Margarida Abrantes

É a Guerra

O Uso do Eufemismo na Imprensa.
Um Estudo Contrastivo em
Linguística Cognitiva

Nota prévia

O presente volume constitui a dissertação de mestrado apresentada em 2001 à Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, no âmbito do primeiro curso de mestrado em Linguística Cognitiva realizado em Portugal (*Mestrado em Linguística Portuguesa – Perspectiva Cognitiva*). A dissertação, defendida em Novembro do mesmo ano sob o título *As Dimensões Semântica e Pragmática do Eufemismo na Imprensa. Uma abordagem cognitiva*, é agora publicada integralmente, tendo apenas sido submetida a pequenas correcções formais.

Quero expressar o meu reconhecimento a todos os que, pela ajuda e pelo interesse, contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao Professor Doutor Augusto Soares da Silva endereço a minha reconhecida gratidão pela dedicação que dispensou na orientação do meu trabalho e pelas críticas e sugestões valiosas, que ajudaram a nortear o meu trabalho num sentido de rigor e profundidade. A ele e a todos os docentes responsáveis pelos diversos seminários do ano curricular do curso de mestrado, agradeço a oportunidade de descoberta da fascinante e prometedora área da Linguística Cognitiva.

À Professora Doutora Maria Filomena Capucho agradeço o apoio teórico e bibliográfico indispensável para a análise da dimensão pragmática do Eufemismo, e ainda a amizade e a confiança com que me desafiou para este e outros projectos.

Expresso ainda a minha gratidão à Maria da Conceição Pires, com quem desde o início deste trabalho partilhei descobertas e incertezas, dúvidas e êxitos, em intensas tertúlias que a distância não impediu.

Dedico um agradecimento reconhecido ao Professor Doutor Francisco Espírito Santo, pelo desafio decisivo que me lançou ao iniciar-me ao estudo científico da linguagem, e ainda pelo inesquecível apoio no começo da minha carreira.

Dirijo uma palavra de agradecimento à minha família e aos meus amigos pelo apoio e pela compreensão perante as repetidas ausências a que este projecto me obrigou.

Agradeço à Faculdade de Letras da Universidade Católica Portuguesa o investimento nesta etapa da minha formação, inscrevendo-a num quadro maior de aposta no desenvolvimento científico do corpo docente desta instituição.

Às redacções do *Frankfurter Rundschau*, do *Bild-Zeitung*, do *Correio da Manhã* e do *Público*, agradeço a prontidão com que, mediante as possibilidades individuais, responderam ao meu pedido de recolha do *corpus*.

Agradeço à passagem editores a eficiência e a simpatia com que me foi proposta esta publicação e ainda o acompanhamento durante todo o rápido processo.

Ao Professor Doutor Peter Hanenberg, consultor imprescindível para o tratamento do *corpus* alemão e primeiro leitor e crítico destas páginas, endereço uma última palavra de profunda gratidão pelo entusiasmo com que acompanhou as diferentes fases do trabalho, pelo inestimável apoio profissional e humano, pelo exemplo e pela presença constante e o interesse genuíno que me motivam a seguir em frente.

Introdução

A linguagem vive de vozes, mas também de silêncios. Embora as palavras sirvam um propósito primeiro de revelar, de dar a conhecer factos, eventos, pessoas ou situações, elas podem ser a máscara com que falantes e ouvintes ocultam parcialmente o rosto da verdade. Esta mudez cúmplice é o ritual convencionalmente seguido na referência a experiências sensíveis ou delicadas, dado o impacto emocional que suscitam em quem sobre elas se pronuncia ou acerca delas ouve falar. Trata-se de interditos diversos, cuja designação explícita adquire o mesmo traço de proibição: os tabus. A inevitabilidade da sua referência torna necessária uma estratégia que viabilize o delicado compromisso entre o ímpeto de dizer e a urgência de calar: o Eufemismo.

Enquanto processo de linguagem ou recurso estilístico, o Eufemismo conta com uma tradição de reconhecimento e análise, que se estende por áreas como a retórica, a literatura e a linguística. O presente trabalho propõe uma perspectiva de análise alternativa, partindo de uma visão do Eufemismo simultaneamente como figura de linguagem e figura de pensamento. O quadro em que se inscreve o estudo que aqui se inicia é a Linguística Cognitiva, um paradigma recente em linguística, no âmbito do qual as palavras não só traduzem a forma como estão estruturados os pensamentos, mas são também o veículo dessa organização cognitiva. Conceptualização e linguagem são, assim, nesta disciplina, dois pólos interdependentes e mutuamente definidos da cognição humana. Uma análise linguística na perspectiva cognitiva tem a particularidade de considerar essa interdependência, proporcionando uma descrição não apenas das estratégias linguísticas, mas a partir da observação destas, adiantar uma interpretação das estratégias cognitivas subjacentes à conceptualização da realidade descrita nas palavras.

À Linguística Cognitiva, uma análise do Eufemismo coloca um desafio interessante: observar os processos linguísticos do seu uso efectivo e, partindo desta observação, deduzir as estratégias com que são conceptualizadas realidades cultural e convencionalmente aceites como tabu, cujo impacto emocional

negativo em quem as refere e em quem as escuta torna necessária a suavização ou ocultação parcial. Foi esta a primeira motivação traçada no momento de partida para o estudo que agora se apresenta. Acresceram-lhe outras, que ajudaram à sua delimitação e à definição progressiva do campo de análise.

Entre os eventos potencialmente permeáveis ao uso do Eufemismo, encontram-se a guerra e as suas consequências mais evidentes, a destruição e a morte. O domínio onde hoje mais frequentemente se evoca esta realidade é a comunicação social, que oferece o primeiro local de registo dos acontecimentos que dia a dia ditam a História. E se a televisão é um *medium* mais imediato de relato do real, para o que se socorre de técnicas que dificilmente podem ser exploradas da mesma forma por outros, como a imagem e o directo¹, o jornal abre um espaço mais amplo à narração e à reflexão crítica, dando ainda voz a opiniões individuais sobre os acontecimentos. Se o jornal procura ser uma fonte fidedigna de informação sobre o que acontece², é com alguma surpresa que se revelam à leitura mais atenta expressões eufemísticas nos textos informativos. Esta constatação conduziu à definição de dois aspectos centrais para este estudo: o domínio linguístico em análise (a linguagem da imprensa) e o assunto tabu potencialmente desencadeador de estratégias de substituição eufemística (a guerra). Nesta fase de partida, impôs-se, ainda, uma interrogação relativa à recorrência das estratégias conceptuais e linguísticas do Eufemismo, para lá dos limites de uma só língua. O alemão foi escolhido como segundo idioma para uma análise comparada, não apenas ao nível da expressão linguística do Eufemismo, mas também no âmbito das estratégias eufemísticas de conceptualização de tabus. O facto de as duas línguas em confronto pertencerem a grupos distintos, dentro da família das línguas indo-europeias (o Português, uma língua românica, e o Alemão, uma língua

¹ A propósito da quase omnipresença da televisão, que permite assistir em directo a acontecimentos em qualquer parte do mundo, Alain Woodrow reflecte acerca da curiosa relação entre o tempo real e o tempo informativo: «A informação anda tão depressa quanto o acontecimento e, por vezes, precede-o!» (WOODROW 1996: 51)

² Veja-se, como exemplo, o «Estatuto Editorial» do *Livro de Estilo do Público* (1998: 33).

germânica), suscita igualmente o interesse em observar em que medida esta diferença se traduz na diversidade de estratégias linguísticas de expressão do Eufemismo, e se esta diferença se verifica também ao nível conceptual.

O trabalho que aqui se apresenta constitui, assim, uma análise em Linguística Cognitiva do Eufemismo, nos relatos de imprensa sobre a guerra do Kosovo. O *corpus* em que assenta este estudo é constituído por todos os textos acerca do tema, publicados em dois diários portugueses e em dois jornais alemães, na semana de 10 a 16 de Abril de 1999³.

Estruturalmente, o trabalho encontra-se dividido em três capítulos gerais, que contam com uma subdivisão progressiva em secções mais detalhadas, e aos quais estão subjacentes as questões às quais este estudo procurará responder.

O conceito de Eufemismo é indissociável da noção de Tabu. Um olhar pelas definições propostas por dicionários gerais, etimológicos ou literários sugere a ligação do Eufemismo a temas susceptíveis de despertar reacções emocionais negativas. O Eufemismo é, assim, considerado como uma alternativa a uma designação directa ou explícita. É à leitura e análise de diferentes propostas de definição de Eufemismo que se dedica a secção inicial do primeiro capítulo deste trabalho, onde se procuram fazer convergir os aspectos comuns detectados, numa definição nova e praticável para o contexto desta análise. Seguidamente, é traçado o enquadramento teórico que norteia este estudo, numa secção onde se apresentam os fundamentos da Linguística Cognitiva e onde se dá ainda conta dos seus contributos mais importantes, traduzidos em múltiplas publicações, que constituem a bibliografia em progressivo crescimento desta disciplina. Esta secção conta ainda com um breve apontamento do despertar desta disciplina em Portugal. A terceira secção do capítulo dá atenção aos aspectos metodológicos, contando com o percurso seguido na definição e delimitação do *corpus* utilizado e na sua apresentação. O capítulo encerra com um relato abreviado dos acontecimentos em causa no *corpus* seleccionado, já que o conhecimento dos eventos é essencial

³ Para uma descrição mais completa do *corpus* e da metodologia seguida na sua recolha, cf. capítulo 1, ponto 1.3.

para que se possa reconhecer a função eufemística de certas expressões.

O trabalho prossegue com o segundo capítulo, dedicado à dimensão pragmática do Eufemismo. Uma vez que se postula neste estudo um modelo de análise baseado no uso linguístico efectivo, a análise terá, antes de tudo, em conta o plano discursivo no qual ocorre o Eufemismo. Após a descrição da situação de comunicação e dos intervenientes que nela tomam parte, proceder-se-á a uma enunciação das motivações que presidem à opção por uma expressão de substituição. Esta é a perspectiva do Locutor, a quem cabe esta decisão linguística conceptualmente motivada. O efeito que se pretende atingir junto do Interlocutor ao seleccionar uma expressão eufemística é o factor que permite distinguir entre duas funções centrais desta estratégia: suavização e desvio. Nem sempre possíveis de distinguir, as duas funções têm um aspecto comum: em ambas se dá a ocultação de uma realidade ou de parte dessa realidade (pela selecção de uma designação suavizante -«Funktion des Verhüllens»-, ou pela nomeação de um aspecto da realidade, desviando a atenção de outros eventualmente relevantes - «Funktion des Verschleierns»⁴).

O terceiro capítulo, o mais extenso dos três, é dedicado à dimensão semântica do Eufemismo. Partindo das expressões de substituição eufemística detectadas no *corpus* em análise, procurar-se-á fazer uma descrição das estratégias de substituição eufemística mais recorrentes, quer a nível lexical, quer a nível sintáctico. Este capítulo é ainda o espaço onde se fará convergir a dimensão linguística com a dimensão conceptual do Eufemismo, partindo da noção de que a forma de dizer o Eufemismo é simultaneamente o reflexo e o caminho da forma de o pensar.

As três interrogações gerais que presidem a esta divisão estrutural do trabalho poderiam formular-se desta forma:

- O que é o Eufemismo?
- O que leva ao Eufemismo e que funções desempenha?
- Como se constrói o Eufemismo?

É a partir das respostas a estas interrogações que poderá ser concluída uma interpretação global do Eufemismo, tendo em conta

⁴ Estas funções do Eufemismo serão abordadas no capítulo dedicado à dimensão pragmática (ponto 2.3), no seguimento da proposta de LUCHTENBERG 1985.

aspectos particulares deste estudo específico. Deste modo, no espaço reservado às conclusões, dar-se-á conta das observações mais significativas que é possível fazer após a leitura e análise do *corpus*, nomeadamente no que se refere à relação entre as línguas aqui em estudo (a nível linguístico e conceptual), aos jornais seleccionados, à relação entre as estratégias e as funções do Eufemismo, e ainda à forma como o Eufemismo, enquanto condicionante da visão explícita do real, se conjuga com os propósitos de objectividade e rigor informativo da imprensa.

Perante este plano de trabalho, é possível reconhecer, desde já, algumas limitações, que a dimensão deste tipo de estudo naturalmente impõe. Deste modo, no âmbito da dimensão pragmática, onde será traçado o quadro discursivo em que surge o Eufemismo, este fenómeno não será abordado no quadro mais específico de análise do tipo de discurso presente, o discurso de imprensa. Aspectos como a preferência de ocorrência do Eufemismo em segmentos específicos deste espaço discursivo, não serão abordados. Também no âmbito da dimensão semântica, os aspectos seleccionados para este estudo deixarão em segundo plano outras questões, como a abordagem do Eufemismo no quadro de um estudo de variação lexical.

Estas limitações apontadas não se encaram, contudo, como défices a este trabalho, mas antes como compromisso naturalmente assumido no momento de optar pelo estudo de um fenómeno linguístico e conceptual tão rico e abrangente como o Eufemismo. Neste sentido, reconhecem-se antes nestas limitações percursos possíveis a seguir em futuros estudos, que, em conjunto com este e outros trabalhos, contribuam para uma visão progressivamente mais abrangente e completa do Eufemismo.

1 Enquadramento Teórico

Ao propor-se neste trabalho um estudo sobre o Eufemismo no discurso de imprensa, torna-se desde logo necessário reunir algum consenso em torno de uma definição de Eufemismo simultaneamente abrangente e praticável, de forma a tornar inequívoca a utilização deste termo ao longo da análise. Pertinente é também a apresentação, porquanto breve, do quadro teórico em que se inscreve este trabalho, a Linguística Cognitiva, bem como a orientação metodológica seguida. É a estes três pontos e ainda à apresentação do tema dos textos em análise, a guerra do Kosovo, que será dedicado este primeiro capítulo.

1.1 Em busca de uma definição de Eufemismo

Encontrar uma definição de Eufemismo não constitui propriamente um desafio. Entre enciclopédias, manuais de retórica ou dicionários de linguística, a oferta de definições é generosa. Mais difícil é seleccionar a definição mais apropriada para os fins deste trabalho, ou, partindo da variedade de opções, formular uma definição nova, que reúna os numerosos aspectos envolvidos, sem correr o risco de se tornar impraticável. Deste modo, e antes de avançar uma resposta a este desafio, considere-se, antes de mais, a noção de Tabu e a sua relevância como força impulsionadora da génese do Eufemismo.

A palavra ‘tabu’ é um empréstimo de origem polinésia que o explorador inglês James Cook trouxe das suas viagens para terras britânicas, no século XVIII. Na cultura de origem, ‘tabu’ era a designação dada a algo proibido ou intocável, ou à própria proibição, de natureza mágica, religiosa, supersticiosa ou sobrenatural, de realizar determinadas acções ou de contactar seres específicos, sob pena de graves sanções levadas a cabo pela comunidade ou supostamente por entidades metafísicas contra esta. Se o Tabu influenciava desta forma a comunidade de origem, não é menos verdade que também na Europa havia à época, tal como há hoje, costumes ‘tabu’, no sentido da influência que exerciam e

exercem sobre a vida social de uma comunidade. Tabus são, assim, formas de conduta, acções ou objectos, que uma comunidade considera indesejáveis e que evita sob pena de sanções (morais ou outras), e que naturalmente se reflectem também na língua falada nessa comunidade. À semelhança das palavras amaldiçoadas nas comunidades ancestrais, há também hoje em cada comunidade linguística palavras proibidas, não tanto pelo receio de castigos metafísicos ou religiosos (pelo menos consciente), mas antes pelos sentimentos que evocam em quem as pronuncia e em quem as ouve, em relação às realidades que designam. *Morte* ou *morrer* são ainda hoje palavras com as quais parece ser difícil lidar, como aponta Zöllner (1997: 52):

Der Gedanke an den Tod, und somit auch der Gebrauch der Wörter Tod und Sterben, ruft Gegengedanken hervor, die sowohl vom Sprecher als auch vom Hörer als unangenehm empfunden werden. Das Motiv für die Tabuisierung ist hauptsächlich in dem Bedürfnis zu suchen, die eigenen Gefühle und die der Mitmenschen zu schonen.

Mais trivial, mas igualmente ilustrativo da relevância de tabus ainda hoje, é outro exemplo apontado pela autora (1997: 34): decerto ninguém se lembraria hoje de dar o nome *Titanic* a uma embarcação, embora a mentalidade assumidamente racional da sociedade ocidental conteste a validade da superstição.

Os tabus e os tabus linguísticos têm de ser analisados no seu contexto histórico e social, ou seja, inseridos num tempo e num espaço específicos. Existe um determinado número de conceitos emocionalmente marcados, que variam de comunidade para comunidade e evoluem no tempo, mas que mantêm um centro supra-cultural, o que lhes atribui alguma universalidade. Blank inventaria assim esses conceitos no contexto cultural ocidental:

Eine kleine Auswahl der wichtigsten Tabubereiche in abendländischen Kulturen: Religion, Tod, Krankheit, Alter, der menschliche Körper bzw. bestimmte Körperteile, Ausschneidungen, Sexualität, der persönliche Bereich und die Ehre anderer Menschen, Krieg, Verbrechen,

unangenehme Handlungen (auch staatlicherseits) etc.
(BLANK 1997: 395)

Alguns dos conceitos apresentados por Blank não são propriamente tabu, mas são igualmente susceptíveis de despertar reacções negativas, pelo que as palavras usadas na sua referência são normalmente submetidas a uma selecção cuidada. É, portanto, no constrangimento evocado pela referência directa destas realidades que surge a necessidade de uma designação alternativa ou eufemística:

Die übliche Art, mit Tabuwörtern zurechtzukommen, ist die Entwicklung von Euphemismen und Umschreibungen. Hunderte von Wörtern und Ausdrücken für die biologischen Grundfunktionen des Körpers sind entstanden, und der Tod hat eine ganze Sprachwelt für sich bekommen. (CRYSTAL, 1993: 8)

Começam, deste modo, a delinear-se vários dos aspectos considerados nas definições de Eufemismo encontradas, nomeadamente no que se refere à sua função e à relação entre a expressão eufemística e a palavra substituída. Considerem-se, de seguida, as definições encontradas em obras de referência gerais (dicionários, dicionários etimológicos e enciclopédias).

Eufemismo, *s.* Do fr. *eufemisme*, este do gr. *euphemismós*, «emprego de palavra favorável em vez de outra de mau agoiro», pelo lat. tardio *euphemismus* (em vez de *euphēmīa*, mais vulgar), e, depois, pelo fr. *euphémisme*. Em 1873, D. V.⁵

Euphemismus *m. per. fach.* ‘Hüllwort, beschönigende Bezeichnung’ (<18. Jh.). Entlehnung aus gr. *Euphēmismós* ‘Ersatz unheilträchtiger Wörter durch wohltonende (während eines Ritus usw.)’, über das Verb gr. *Euphēmizonai* zu gr. *eú(s)* ‘wohl, gut, tüchtig’ und gr.

⁵ MACHADO, 1977, vol. II, p. 503, 1ª coluna.

phēmē f. ‘Rede’, zu gr. *phánai* ‘sprechen’. Adjektiv: **euphemistisch**.⁶

Eufemismo, *s.m.* Figura de linguagem ou pensamento que consiste em empregar uma expressão favorável ou suavizada, em lugar de um termo áspero, desagradável: espécie de perífrase, pela qual expressamos as ideias tristes, desagradáveis ou desonestas por meio de palavras brandas e suaves.⁷

Euphemismus [gr. -nlat.] *der*; -, ...*men*: mildernde od. beschönigende Umschreibung für ein anstößiges od. unangenehmes Wort (z.B. verscheiden=sterben). **euphemistisch**: beschönigend, verhüllend⁸

Euphemismus [griech., zu *euphēmein* >Unangenehmes mit angenehmen Worten sagen>, eigtl. >gut zureden<] *der*, - /...*men*, beschönigende oder verhüllende Umschreibung für ein anstößiges oder unangenehmes Wort, z. B. >geistige Umnachtung< für >Wahnsinn<; häufig werden auch Fremdwörter euphemistisch verwendet, z. B. >transpirieren< für >schwitzen<. - E. liegt normalerweise eine Bewertung (psycholog., gesellschaftl. sozialer oder polit., allgemein kultureller Art) zugrunde (z. B. >Gastarbeiter< oder >Fremdarbeiter<); sie sind teilweise auch im Zusammenhang mit Sprachlenkung und Sprachmanipulation zu sehen.

euphemistisch, beschönigend, verhüllend.⁹

Euphemismus m. (griech. εὐφημεῖν (*euphēmein*) >angenehme Worte gebrauchen, günstig reden<. Auch: Hohlwort, Hüllwort, Verhüllung. Engl. euphemism, frz. euphémisme) Durch gesellschaftl. ideolog. oder religiöse Konventionen verursachte beschönigende, »verhüllende«

⁶ SEEBOLD, 1995, p. 237, 2ª coluna.

⁷ SILVA, 1990, vol. II, p. 517, 2ª coluna.

⁸ DUDEN, 1990, p. 231, 3ª coluna.

⁹ BROKHAUS, 1988, vol. 6, p. 624, 1ª coluna.

Ausdrucksweise, z.B. das Zeitliche segnen, in bescheidenen Verhältnissen leben, in anderen Umständen sein. E. spielen nicht zuletzt in der polit. und wirtschaftl. Sphäre als Mittel beabsichtigter Sprachlenkung eine Rolle, z. B. Preisanpassung, Sondermüll, Schutzhaft; Tabuwort. [...] ¹⁰

A finalidade de apresentar aqui todas estas definições é, antes de tudo, reunir alguns aspectos que terão de ser considerados num estudo sobre o Eufemismo, e que, como fica claro desde já, ultrapassam o âmbito estritamente linguístico da opção por uma expressão alternativa.

1. O primeiro desses aspectos é o juízo de valor evidenciado nestas definições, que distinguem entre palavras desagradáveis ou negativas e expressões eufemísticas alternativas, o que aponta para os sentimentos evocados no falante e no Interlocutor, a que anteriormente se fez alusão. Esta perspectiva avaliativa sobre as palavras será retomada num momento mais oportuno deste trabalho, onde será focada a dimensão semântica do Eufemismo (cf. capítulo 3).

2. O julgamento avaliativo (ou até afectivo) positivo das expressões eufemísticas é um factor de fronteira, na medida em que ultrapassa os limites da sua dimensão semântica, alargando-se à dimensão sócio-pragmática. Se determinada palavra ou expressão é aceite como alternativa positiva a uma expressão desagradável, estes juízos de valor não têm que ver apenas com a relação entre a designação e o *designatum*, mas também com as funções que o Eufemismo cumpre no decurso de uma interacção discursiva: suavizar e/ou ocultar uma realidade desagradável. Para além destas, presidem ao Eufemismo outras motivações, a que algumas das definições acima aludem desde já: as finalidades socio-políticas e ideológicas, tal como são exploradas pela propaganda política. Neste sentido, o Eufemismo cumpre uma outra função, para além de camuflar certas realidades: é uma estratégia de desvio ou condução da atenção para factos particulares de um evento. Este tópico será considerado no capítulo 2 deste trabalho.

¹⁰ GLÜCK, 1993, p. 176, 1ª coluna.

3. Nas definições encontradas nas fontes alemãs, há exemplos que se repetem, como *das Zeitliche segnen* em vez de *sterben*, ou *transpirieren*, no lugar de *schwitzen*. Além destes, encontram-se exemplos de Eufemismos que cumprem uma função política, frequentemente explorados pelo discurso de propaganda, como *Sondermüll* ou *Gastarbeiter*. Estes exemplos sugerem, por um lado, os domínios considerados pela sociedade ocidental como domínios tabu. Por outro lado, coloca-se aqui a questão da existência de expressões eufemísticas com lugar assente em cada sistema linguístico particular, e por conseguinte mais resistentes à mudança linguística ditada pelo passar dos anos, em oposição a outras criadas para cumprir a urgência de camuflagem ou desvio de designações negativas, tal como é explorada pela propaganda política. Estes Eufemismos terão, assim, uma existência mais efémera. A relação entre o percurso de vida do Eufemismo e a mudança linguística será também abordada adiante neste trabalho (cf. capítulo 2).

4. Das definições acima, conclui-se que o Eufemismo é uma figura de linguagem, que algumas fontes aproximam da Perífrase. De facto, verifica-se que o Eufemismo cumpre uma função retórica muito próxima da que é atribuída à Perífrase, como deixam transparecer as palavras de Ottmers (1996: 181-182):

Als Tropus findet die Periphrase immer dann Verwendung, wenn die Sache selbst nicht genannt werden darf oder soll (Tabuwörter, Tabuthemen). [...] Eine spezielle Form der Umschreibung ist der Euphemismus. Er bezeichnet explizit eine Beschönigung des eigentlichen Sachverhalts aufgrund ganz ähnlicher Motive wie die Periphrase.

As fontes de estudo literário e retórico reiteram esta proximidade entre a Perífrase e o Eufemismo¹¹:

¹¹ Para além das obras citadas, consultou-se ainda LAUSBERG (1982), que, embora não apresente uma definição directa de Eufemismo, apresenta-o como recurso de substituição decorrente da necessidade imposta pelo Tabu (§ 177, 1.), e relaciona-o ainda com outros recursos retóricos como a ironia, nomeadamente nas formas de cortesia (§ 430, 2.).

Euphemismus (griech. *euphemein* = Worte guter Vorbedeutung gebrauchen) uneigntl. Redeweise: verhüllende Umschreibung (→Periphrase) e. unangenehmen anstößigen oder unheilbringenden Sache (Tabu) durch e. mildernden oder beschönigenden Ausdruck aus Schamgefühl, Anständigkeit, religiöser Scheu oder Aberglauben, der gefahrbringende Worte meidet, auch allg., zu rhetor. Zwecken und bes. in polit. und Propagandasprache, z.B. entschlafen für sterben, vollschlank für dick u. ä.; auch Fremdwörter dienen z.T. der Vermeidung unschöner Worte, z. B. transpirieren für schwitzen. Übersteigter E. ironisiert die sich hinter ihm verbergenden ges. Tabus, z.B. in Th. Manns *Felix Krull*.¹²

Euphemismus, [gr. *euphemia* = Sprechen guter Worte], beschönigende Umschreibung (Periphrase) von unangenehmen, Unheildrohendem, moral oder gesellschaftl. anstößigem, von Tabus z. B. gr. *Eumeniden* (= Wohlgesinnte) für Erinnyen (=Furien), *Freund Hein* für Tod, *das Zeitliche segnen*, *heimgehen* für sterben; in moderner Propagandasprache: *Vorwärtsverteidigung* für Angriff, *Frontbegradigung* für Rückzug, *Minuswachstum* für Rezession. Euphemist. werden oft auch Fremdwörter gebraucht, z.B. *transpirieren* für schwitzen (bes. auch für Bez. der Sexual- und Analsphäre), auch Wortstellungen dienen euphemist. Zwecken, z.B. mundartl. *Deixel* für Teufel.¹³

Considerar o Eufemismo como uma estratégia retórica é olhar, antes de mais, à sua natureza linguística. Uma expressão eufemística é antes de tudo uma construção linguística. Começa a comprimir-se o campo de visão sobre o Eufemismo, que agora se observa na perspectiva da Linguística:

Euphemism

¹² WILPERT, 1989, p. 270, 1ª coluna.

¹³ SCHWEIKLE, 1990, p. 140, 1ª coluna.

‘Euphemism’ means ‘sounding good’. Instead of blunt or coarse words, euphemizers prefer bland or enhancing terms.¹⁴

Eufemismo è quel fenomeno linguistico per cui alcune parole vengono evitate e sostituite con altre. [...] A volte nel linguaggio comune, si intende per *eufemismo* il termine che viene usato al posto di quello colpito da interdizione: in questo senso preferiremo usare *sostituto eufemistico* o semplicemente *sostituto*.¹⁵

Euphemismus (...) Bedeutungsverhüllung, Form der höflichen Umschreibung; verhüllende Bezeichnung mildernder oder beschönigender Art, z. B. Er ist stark geworden für dick geworden; vollschlank, ein älterer Herr, in anderen Umständen sein, ein Verhältnis haben, in bescheidenen Verhältnissen leben, entschlafen, heimgehen. Die Triebkräfte des E. sind psychologischer, vor allem gesellschaftlicher Art. Unterschiedliche soziale Stellung, religiöse oder ideologische Gebundenheit führen zu emotionalen Haltungen, die sich in bestimmten Wortgebungen manifestieren. Bestimmte soziale Bewertungen werden z. B. nahegelegt durch Dienstmädchen – Hausangestellte, Putzfrau – Raumpflegerin; Fremdarbeiter – Gastarbeiter usw. Der E. spielt in der politischen und kommerziellen Sprachlenkung und Sprachbeeinflussung eine wichtige Rolle, z. B. Arbeitgeber – Arbeitnehmer, Tarifpartner usw. Am Anfang ihres Gebrauchs werden E. als höfliche »Metaphern« aufgefaßt; sehr bald jedoch erhalten sie die implizierte Bedeutung.¹⁶

No âmbito das definições até aqui consideradas, a última é a definição linguística do Eufemismo mais englobante e satisfatória.

¹⁴ W. D. Redfern: «Euphemism». In: ASHER E SIMPSON (1994), Vol. 3, pp. 1180-1181.

¹⁵ PARATESI, 1964, pp. 17-18.

¹⁶ LEWANDOWSKI, 1994, vol. 1, p. 287-288.

É também adoptada por Zöllner (1997: 128), no seu estudo sobre o Eufemismo, embora a autora lhe reconheça algumas limitações.

Com este levantamento de definições, procurou-se, antes de mais, olhar o Eufemismo sob diferentes perspectivas, desde a etimologia à literatura, da retórica à linguística. Do que se transcreveu, fica a impressão de algum consenso em torno do que se entende por Eufemismo e da inevitável ligação deste com o Tabu. Todavia, parece haver também alguma arbitrariedade no tratamento e na designação de aspectos particulares envolvidos neste fenómeno, que se procurarão sintetizar e organizar de seguida:

1. A ideia base do Eufemismo é a de que este consiste na substituição de uma designação negativa por uma designação positiva (ou, pelo menos, menos negativa). Esta visão do Eufemismo como designação de substituição pressupõe a existência de uma designação directa, que, em virtude da ocorrência de factores específicos, é necessário substituir.
2. O Eufemismo é caracterizado como uma *forma de expressão não directa* ou autêntica, próxima da perífrase, e da qual a mentira seria a forma extrema.
3. São várias as *funções* do Eufemismo: *suavizar*, *atenuar*, *camuflar* ou *ocultar* uma determinada realidade ou a expressão que a designa, ou ainda *desviar* a atenção do Interlocutor de determinados factos, guiando-o para outros de importância relativa.
4. A designação 'Eufemismo' é atribuída:
 - a. À *palavra* ou *expressão* utilizada para substituir a designação evitada;
 - b. Ao *uso* dessa palavra ou expressão.
5. São apontadas algumas das *motivações* para o uso do Eufemismo:
 - a. *Evitar* uma realidade (ou expressão) desagradável, indecorosa ou funesta, por pudor, decoro, superstição ou medo;
 - b. *Conservar um tabu* convencional, de natureza social ou religiosa;
 - c. Cumprir um *propósito retórico*.

Perante esta diversidade de aspectos, e visando a uniformização da terminologia ao longo deste trabalho, considerar-se-á, em sintonia com Bohlen (1994: 110), a seguinte distinção:

1. **Eufemismo** é a designação dada a uma unidade lexical (palavra ou expressão), que num contexto específico linguístico e extra-linguístico cumpre uma função suavizante, atenuadora ou desviante. Essa unidade lexical é, assim, um eufemismo em sentido restrito.

2. A função dessa unidade lexical (uma palavra, um grupo lexical, uma frase, um parágrafo ou até mesmo um texto) de suavizar, atenuar, camuflar ou ocultar factos objectivos, evitando, assim, o emprego de unidades linguísticas que possam exprimir essas mesmas realidades de forma directa, sem rodeios, pudores ou constrangimentos, é a **função eufemística** dessa unidade (ou Eufemismo, em sentido amplo). Esta noção de uma função eufemística desempenhada por essa unidade lexical específica vai de encontro ao facto de, à partida, qualquer unidade lexical ser um eufemismo em potência, tudo dependendo do co-texto e do contexto em que está inserida:

Ein einzelnes Wort für sich genommen ist, abgesehen von wenigen Ausnahmen, [...] weder euphemistisch noch ein Euphemismus. Erst im jeweiligen "kommunikativen Rahmen" [...] kann einem Wort, einer Wortgruppe, einem Satz oder gar einem ganzen Text eine euphemistische Funktion zukommen. (BOHLEN 1994: 17)

Da mesma forma que uma designação neutra pode, num contexto linguístico e extra-linguístico determinado, assumir uma função eufemística, uma expressão eufemística pode perder esta função, se reposicionada num contexto diferente.

Antes de encerrar esta secção, seria interessante recordar a definição proposta pelo Dicionário de António de Moraes Silva, que apresenta o Eufemismo como uma «figura de linguagem ou pensamento» (1980: vol 2, 517). Considerar o Eufemismo como uma ‘figura de pensamento’ não é tão inofensivo como reconhecer-lhe apenas o seu valor retórico. Na verdade, uma das questões que

se colocam à partida para este trabalho é a de encarar o Eufemismo não só como um artefacto linguístico, presidido por motivações psicológicas ou sociais, mas como estratégia de conceptualização de segmentos específicos (negativos, desagradáveis, temíveis) da realidade. Falar do Eufemismo como uma figura de pensamento numa época em que entre nós a Linguística Cognitiva não era ainda conhecida, parece ousado e encoraja o propósito deste trabalho. Antes, porém, de iniciar um esboço de resposta, considerar-se-ão, na próxima secção, as linhas de orientação desta nova perspectiva de estudo da linguagem, dando-se conta dos principais contributos para a sua teorização e as mais destacadas iniciativas da sua divulgação entre nós.

1.2 A Linguística Cognitiva: uma abordagem alternativa em Linguística

Apresentar a Linguística Cognitiva numa secção necessariamente breve deste trabalho é uma tarefa tão difícil quanto ingrata, já que a importância deste novo paradigma de estudo científico da linguagem mereceria um destaque maior e uma atenção mais alongada. Deste modo, alerta-se desde já para eventuais limitações a que está sujeita esta secção, remetendo-se para outras fontes uma informação mais detalhada e documentada¹⁷, em particular Silva 1999a.

O despontar do novo paradigma de estudo da linguagem deu-se na década de 70, e está inevitavelmente associado aos estudos de Eleanor Rosch, que, na sua investigação acerca das cores focais, procurou analisar se a identificação, classificação e

¹⁷ A par de trabalhos de natureza teórica no âmbito das diferentes áreas de investigação da Linguística Cognitiva, têm surgido nos últimos anos publicações que visam uma apresentação das linhas gerais de estudo desta nova abordagem linguística. Estes escritos (artigos, monografias, colectâneas e até manuais) procuram auxiliar ao primeiro contacto com a nova teoria e apresentar as suas linhas gerais de investigação. Para uma apresentação detalhada da Linguística Cognitiva e dos seus autores mais destacados, constituem referência obrigatória os estudos de SILVA 1999a (capítulo 1) e 1997, UNGERER e SCHMIDT (1996), PÖRINGS e SCHMITZ (1999), CASAD (1996), RUDZKA-OSTYN (1988) e CUENCA e HILFERTY (1999).

nomeação destas dependem da língua falada ou estão antes estabelecidas a um nível pre-linguístico da cognição (cf. UNGERER e SCHMID, 1996: 6 e seg.). Estes estudos estão na base de uma das áreas de investigação da Linguística Cognitiva: o processo de categorização.

Na década de 80, a Linguística Cognitiva regista um período de expansão, que prossegue na década seguinte, particularmente na Europa e nos Estados Unidos. Surgem numerosos estudos de autores que constituem hoje referências obrigatórias deste novo paradigma, e dos quais se referem aqui apenas alguns exemplos mais representativos: George Lakoff (1987, 1993, Lakoff e Johnson 1980), Ronald Langacker (1987, 1991a, 1991b), Talmy (1985, 1988), Gilles Fauconnier e Eve Sweetser (1996), Gilles Fauconnier e Mark Turner (1997), Dirk Geeraerts (1988a, 1988b, 1993, 1997, Geeraerts, Grondelaers e Bakema 1994), e Jan Nuyts e Eric Pederson (1997). O ano de 1990 é particularmente importante para a Linguística Cognitiva, na medida em que marca a sua institucionalização, «com a criação da “International Cognitive Linguistics Association”, da revista “Cognitive Linguistics” (dirigida por Dirk Geeraerts) e da colecção “Cognitive Linguistics Research” (editada por René Dirven e Ronald Langacker e publicada por Mouton de Gruyter).» (SILVA, 1997: 59, 60)

O novo paradigma em Linguística define-se por uma visão nova da linguagem e dos fenómenos linguísticos, sublinhando a sua relação estreita com processos mentais e cognitivos, como afirma Lakoff:

I view cognitive linguistics as defined by the commitment to characterize the full range of linguistic generalizations while being faithful to empirical discoveries about the nature of the mind/brain. (LAKOFF 1990: 39)

A linguagem é um dos principais meios de expressão de ideias e pensamentos e de comunicação recíproca. Assim entendida, de uma perspectiva simultaneamente linguística e cognitiva, a linguagem é uma parte do sistema cognitivo humano mais abrangente, estando portanto em ligação e interacção com outras

capacidades cognitivas, como a percepção a categorização ou a conceptualização, a capacidade de abstracção, de sensibilidade emocional ou de processamento de intenções. Está ainda a par de capacidades cognitivas como a atenção ou a memória. Por tudo isto, a linguagem é simultaneamente um veículo de informação sobre a mente e o pensamento, e um instrumento de construção deste:

Zwischen der Sprache und den übrigen Leistungen des menschlichen Geistes bestehen rege Querverbindungen: sie alle interagieren mit Sprache, prägen sie mit und sind von ihr beeinflusst. (PÖRINGS e SCHMITZ 1999: XI)

Esta visão da linguagem como um domínio cognitivo inter-relacionado com os demais é um dos postulados da Linguística Cognitiva. Silva (1999a: 11 e seg.) dá conta deste e de outros princípios desta nova teoria, que a seguir se apresentam.

A linguagem é um domínio cognitivo não autónomo, a par de outros, com os quais mantém estreitos laços de interacção. Deste modo, a investigação linguística insere-se no quadro mais abrangente da Ciência Cognitiva e assume uma natureza interdisciplinar¹⁸.

Se a linguagem não é uma capacidade autónoma, mas está em colaboração interdependente com outras capacidades cognitivas, como a conceptualização, a categorização, a percepção, a memória ou a atenção, a significação não pode estar restrita à estrutura linguística, mas nasce dessa colaboração entre domínios cognitivos, reafirmando a interacção entre estes.

Este princípio de interacção entre os domínios cognitivos põe em questão alguns postulados de teorias linguísticas anteriores, como, por exemplo, a separação entre o conhecimento linguístico e o conhecimento extra-linguístico ou enciclopédico, a natureza

¹⁸ Se a análise das estruturas linguísticas não pode ser desligada do estudo das estruturas conceptuais, a investigação em Linguística Cognitiva inscreve-se no quadro mais abrangente da Ciência Cognitiva, que se alarga a outras áreas de conhecimento. Destacam-se aqui os trabalhos de EDELMAN (1992), DAMÁSIO e DAMÁSIO (1992), DAMÁSIO (1995 e 2000), de GOLEMAN (1995) e de LAMB (1999) de que ajudam a compreender os fenómenos linguísticos de uma perspectiva neurológica e neuro-psicológica, em particular no âmbito sensível da relação entre emoção, razão, linguagem e pensamento.

arbitrária e não motivada do signo linguístico, ou ainda a discrição das categorias linguísticas, cujos elementos integrantes são definidos pela condição *sine qua non* da presença de traços de sentido específicos.

Para a Linguística Cognitiva, a relação entre a linguagem e a conceptualização é muito próxima, de tal modo que os dois processos são interdependentes e mutuamente influenciados. A base do processo de conceptualização da realidade resulta da experiência do corpo, do mundo e da relação física com este. É uma base muito concreta, de natureza imediata e física.¹⁹

A rede de interacção que aproxima os diferentes processos cognitivos está também presente no âmbito particular da linguagem, através da ligação entre as suas diferentes áreas ou subcomponentes. Deste modo, a gramática, por exemplo, não é vista como uma área independente, mas tem antes uma motivação semântica na sua base. Além desta interface entre a semântica e a sintaxe, o estudo da linguagem (em particular o estudo semântico, da significação) tem de considerar a dimensão pragmática, da linguagem em uso, já que é esta a fonte mais fiel de informação sobre a experiência concreta e a envolvência cultural do falante. Estes factores não só condicionam o uso linguístico, mas, dada a já aqui referida inter-relação entre a linguagem e outros domínios do conhecimento, ajudam a interpretar a forma que esse indivíduo e a comunidade linguística e cultural em que está inserido têm de pensar e dizer a realidade.²⁰

¹⁹ A base física da conceptualização poderia qualificar-se alternativamente como corporal. É esta a ideia desenvolvida por Mark Johnson num estudo, cujo título é bastante sugestivo: *The Body in the Mind*. Johnson explora aqui a interacção entre a experiência directa do mundo através do corpo e o desenvolvimento do conhecimento e da significação: «what are often thought as abstract meanings and inferential patterns actually depend on schemata derived from our bodily experience and problem-solving.» (JOHNSON, 1987: xx) Esta base corporal do entendimento é recorrente em áreas de investigação distintas no âmbito da Linguística Cognitiva, como a teoria da metáfora (LAKOFF e JOHNSON: 1980, LAKOFF 1987, 1993) ou a gramática (LANGACKER: 1987, 1990, 1991).

²⁰ Esta ligação entre a linguagem e a experiência individual do falante, por um lado, e o seu envolvimento cultural, por outro, está na base da teorização das estruturas do conhecimento propostas por vários autores da Linguística Cognitiva, de que se destacam os «modelos cognitivos idealizados» (LAKOFF 1987), «espaços mentais» (FAUCONNIER e TURNER 1997), «scenes-and-frames»

Um outro postulado desta nova corrente linguística é o de que a organização das unidades linguísticas reflecte um processo de categorização, baseado na noção de protótipo. Este elemento mais representativo ou central de cada categoria constitui a referência para o posicionamento de outros elementos na categoria, em função da sua proximidade ao núcleo prototípico ou da distância deste rumo à periferia. As unidades linguísticas são ainda tendencialmente polissémicas.

Perante estes princípios de base da Linguística Cognitiva, os temas propostos por este novo paradigma são orientados para uma concepção da linguagem em estreita ligação com o pensamento. Silva (1999a: 13) aponta as principais áreas de interesse da Linguística Cognitiva:

São temas de especial interesse da Linguística Cognitiva os seguintes: as características estruturais da categorização linguística (tais como prototipicidade, polissemia, modelos cognitivos, metáfora e imagens mentais), os princípios funcionais da organização linguística (iconicidade e naturalidade), a interface conceptual entre sintaxe e semântica, a base pragmática e ligada à experiência da linguagem-no-uso e a relação entre linguagem e pensamento (incluindo questões sobre o relativismo e os universais conceptuais).

Deste cenário desenhado pelas linhas gerais de orientação deste novo paradigma em Linguística e das áreas temáticas em investigação, emerge a relação entre a linguagem e a cognição, bem como a legitimidade na utilização da designação ‘cognitiva’ para este novo paradigma, como afirma Gibbs:

Cognitive linguistics is especially deserving of the term cognitive not solely because of its commitment to

(FILLMORE 1985) ou os «modelos culturais» (D’ANDRADE 1987). Estas várias propostas teóricas estão orientadas para uma distinção entre o conhecimento individualizado – modelos cognitivos – e o conhecimento colectivo ou partilhado pela comunidade – modelos culturais – (cf. SILVA 1997: 80-84 e SILVA 1999a: 14).

incorporating a wide range of data from other cognitive disciplines, but because it (a) actively seeks correspondences between conceptual thought, bodily experience, and linguistic structure, and (b) because it seeks to discover the actual contents of human cognition.
(GIBBS 1996: 49)

A par dos contributos para a teorização da Linguística Cognitiva no cenário internacional, também em Portugal esta nova teoria regista uma forte expansão, dando continuidade aos trabalhos que foram surgindo ao longo da década de 90. Entre estes destacam-se os estudos de Lima (1989, 1997), Batoréo (2000), Almeida (1995, 1999), Vilela (1996) e sobretudo Silva (1992, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999a, 1999b, 1999c, 2000, 2001a e 2001b), a quem cabe o grande impulso de divulgação da Linguística Cognitiva por cá.

Para além das publicações referidas, a promoção da Linguística Cognitiva tem também sido impulsionada por encontros de investigadores na área, de que se destacam o Primeiro Congresso Internacional de Linguística Cognitiva (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Maio de 1998) e o Encontro Extraordinário da Associação Portuguesa de Linguística, subordinado ao tema *Linguagem e Cognição* (Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, Maio de 2000²¹). Uma última palavra merece ainda a realização do primeiro curso de Mestrado em Linguística Portuguesa – Perspectiva Cognitiva, promovido pela Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, no âmbito do qual se insere o estudo que aqui se apresenta.

²¹ Destes encontros resultou a publicação de duas obras: as *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, reunidas sob coordenação de VILELA e SILVA (1999), e o volume organizado por SILVA (2001): *Linguagem e Cognição. A Perspectiva da Linguística Cognitiva*.

1.3 Acerca da metodologia

Estudar um fenómeno linguístico pode revelar-se uma tarefa difícil, na medida em que implica um duplo papel da linguagem: ela é simultaneamente o objecto da análise e o meio utilizado para a desenvolver. Para contornar esta potencial armadilha, é importante não só manobrar com destreza e rigor as palavras certas para descrever, comentar e interpretar o uso de outras palavras, mas, antes de tudo, seleccionar com critério o segmento da linguagem que se pretende analisar. Esta selecção poderá parecer simples, na medida em que qualquer falante se poderá socorrer da sua intuição linguística para comentar o uso que ele ou outros fazem das palavras. Contudo, para o propósito de algumas análises, a introspecção poderá revelar-se uma fonte de informação linguística limitada.

Silva (1999a: 71) refere os três métodos de análise linguística mais recorrentes:

- a *introspecção* ou intuição do linguista enquanto falante e investigador;
- a *recolha* de dados linguísticos através da realização de inquéritos e experiências criados para o propósito da análise;
- a *observação* do uso da língua através da selecção de *corpora*.

Embora os três métodos coexistam em análises inscritas no âmbito da Linguística Cognitiva, Silva aponta para a predominância do estudo introspectivo na tradição norte-americana, enquanto na Europa a observação baseada em *corpora* parece ser mais recorrente. Um exemplo desta última é o trabalho de Geeraerts, Grondelaers e Bakema (1994), sobre a variação lexical.

Silva (1999a: 72) considera ainda as vantagens e os inconvenientes de cada um dos métodos para o propósito de um estudo acerca de um item lexical, ou de qualquer expressão ou fenómeno linguístico: a introspecção, por se basear na auto-observação, pode ser falível, por eventualmente distorcer os factos linguísticos (por exemplo, em função das hipóteses lançadas à

partida). A recolha de dados linguísticos através de inquéritos padece da mesma fraqueza, já que se baseia na auto-observação de outros. Ambos os métodos podem ajudar à identificação do centro prototípico de uma categoria, mas fornecem dados insuficientes acerca da totalidade dos seus usos. Mais fiável parece ser o método de observação baseado em *corpora*, já que parte do uso autêntico e espontâneo dos itens que se pretende observar, e, por isso, não é limitado a um uso restrito do item lexical, mas abarca os vários usos, tal como ocorrem na interacção linguística real.

Estes argumentos são válidos para uma análise em semântica lexical sobre um item ou uma categoria, mas terão de ser reavaliados para o propósito de uma análise acerca do Eufemismo. Falar de Eufemismo não é falar de uma palavra particular ou até de um conjunto específico de unidades linguísticas, como no caso dos objectos de estudo de Geeraerts et. al.: «Suppose you are putting on a pair of trousers made of strong blue cloth [...] Various lexical alternatives then suggest themselves: *jeans*, *blue jeans*, *trousers*, *pants*.» (GEERAERTS et. al. 1994: 1). Eufemismo, como se verificou no primeiro ponto deste mesmo capítulo, é a designação atribuída a toda a unidade lexical que nomeia de forma suave ou desviante uma realidade, para a qual o sistema linguístico conta já com uma ou mais designações directas. O propósito desta substituição é uma motivação psicológica, individual ou partilhada, que evolui com o tempo e varia em função do contexto específico em que ocorre a nomeação. Deste modo, nem sempre a designação eufemística está inscrita no sistema linguístico, dependendo, por vezes, das circunstâncias em que surge ou do tema ou realidade a designar. Por outro lado, como foi visto, à partida qualquer unidade lexical pode ser usada como um Eufemismo.

Por tudo isto e por no processo da criação eufemística estar envolvida alguma dose de criatividade, inventariar as expressões eufemísticas através da introspecção ou da intuição de outros não parece ser uma boa forma de estudar esta estratégia. Eventualmente, o resultado em pouco mais culminaria do que na recolha de expressões que é possível encontrar em dicionários ou outras fontes. O método da observação a partir de um *corpus* é um método menos falível para ajudar à reflexão sobre o uso real do Eufemismo.

Outro argumento em favor deste método para este estudo é mais imediato. A finalidade é analisar o uso do Eufemismo pela imprensa, pelo que é conveniente, antes de mais, ver até que ponto ele é ou não recorrente neste tipo de discurso, e analisar ainda as implicações do seu uso. A forma mais lógica de o conseguir é restringir o campo de análise a um tema específico e às fontes que se julguem ser representativas para verificar as questões que se lançam à partida.

A preferência dada à guerra do Kosovo como o tema para este estudo acerca do Eufemismo foi motivada por dois factores: primeiro, a área temática da guerra é, à partida, um terreno propício à ocorrência de Eufemismo, já que é uma realidade desagradável, negativa, que traz à consciência imagens de luta, destruição, deportação e morte. Precisamente acerca do uso do Eufemismo na referência a estas realidades, existem já vários estudos.²² Contudo, se o mundo ocidental já se habituou a associar estes conceitos a certas zonas do globo, tratando-se da Europa as reacções ao eclodir deste conflito não se pautaram exactamente pela indiferença. O carácter particularmente sensível desta guerra, que levou à manifestação pública de opiniões tão peremptórias quanto divergentes, constituiu a segunda motivação que levou à abordagem deste tema no presente trabalho. A questão que se colocava à partida era como lidariam os jornais com o frágil equilíbrio entre a missão de uma informação isenta e imparcial e o dever de prevenir o alarmismo público? Há que recordar que a imprensa em questão é a imprensa de países ocidentais, membros da NATO, um dos dois lados do conflito.

As reacções evocadas nos dois países de origem dos jornais tinham também cambiantes diferentes. Em Portugal, a participação de tropas numa guerra com um país, com o qual não há uma tradição de afinidade ou de relações de cooperação, levantou

²² Cf. os estudos sobre o Eufemismo e o Disfemismo no Português de CORREIA (1927) e KRÖLL (1984), no Alemão, por LEINFELLNER (1971) e LUCHTENBERG (1985) e no Inglês, por BOHLEN (1994), ZÖLLNER (1997) e ALLAN e BURRIDGE (1991). Destes estudos, os trabalhos de Correia, Kröll, Luchtenberg, Zöllner e Allan e Burridge apresentam uma descrição geral acerca do Eufemismo, nos diversos domínios onde este ocorre. Leinfellner centra-se no uso do Eufemismo no discurso político e Bohlen estuda este fenómeno linguístico no contexto do texto informativo da imprensa acerca da guerra do Golfo.

dúvidas e gerou polémica, tanto mais que, na mesma altura, outro tema, que é mais caro à nação, partilhava com esta guerra os títulos de primeira página: Timor. Na Alemanha, a mesma hesitação perante a participação de tropas no conflito do Kosovo tinha uma motivação muito diferente. A ligação com a Segunda Guerra não podia ser ignorada: era a primeira vez que tropas alemãs participavam activamente numa guerra desde 1945, o que representava o reconhecimento dos alemães como força militar igual.

Só pelos motivos citados, a guerra do Kosovo reunia a pólvora suficiente para uma guerra de palavras no campo mais propício ao combate: a imprensa. E se a guerra no terreno se faz de estratégia, também na escrita as frentes se armam de técnicas de ataque e subtis manobras de dispersão, como todos os dias se pode verificar pela leitura das primeiras páginas.

Fundamentada a escolha do tema, a próxima selecção (que jornais analisar?) surge na sequência do carácter contrastivo desta análise, pelo que se procurou seleccionar jornais portugueses e alemães com perfis idênticos. Na escolha dos títulos foram considerados factores de ordem vária, como a tradição, a tiragem, o público alvo e a eventual orientação política; factores que podem traduzir-se no grau de influência que o jornal pode ter junto da opinião pública.

Este estudo baseia-se, então, na observação e interpretação de um *corpus* formado a partir das notícias publicadas sobre a guerra do Kosovo nos quatro diários que a seguir se apresentam.

- *Público*: jornal diário português de âmbito nacional, fundado em 1990 e com uma tiragem média de 76 mil exemplares. No estatuto editorial concebido no ano anterior ao seu lançamento, o *Público* afirma-se como um «jornal diário de grande informação, orientado por critérios de rigor e criatividade editorial, sem qualquer dependência de ordem ideológica, política e económica»²³;
- *Correio da Manhã*: diário nacional português, fundado em 1979 por Vítor Direito, Presidente do

²³ In: «Estatuto Editorial», PÚBLICO (1998): *Livro de Estilo*. Lisboa: Público, Comunicação Social, SA, p.33.

Conselho de Administração até Dezembro de 2000. Com uma tiragem média de 100.800 exemplares, este jornal popular evoca independência política na sua abordagem noticiosa dos acontecimentos;

- *Frankfurter Rundschau*, um jornal diário alemão independente, fundado em 1945 por Karl Gerold e distribuído a nível nacional. Com uma tiragem média de cerca de 210.300 exemplares, o jornal assume uma orientação social liberal²⁴.
- *Bild-Zeitung*: publicado desde 1952, este jornal conta com 6 edições semanais (de segunda a sábado). Trata-se de um jornal popular: «Straßenverkehrsblatt des Verlagshauses Axel & Springer»²⁵.

A última decisão a tomar relativamente ao *corpus* foi o período específico da guerra a considerar para o estudo, traduzido no número de edições de cada jornal a analisar. A opção inicial foi a de recolher todos os textos sobre o tema publicados ao longo de duas semanas (14 números de cada jornal – 12 no caso do *Frankfurter Rundschau* e do *Bild-Zeitung*, por estes diários não contarem com edição ao Domingo). O período escolhido foram as semanas de 10 a 23 de Abril de 1999, e esta escolha não foi arbitrária. A 14 de Abril dava-se o mais grave bombardeamento praticado pela NATO, que, alegadamente visando um alvo militar, atingiu um comboio de civis albaneses, causando 75 vítimas entre aqueles que era suposto defender. A este facto comprometedor para a imagem dos países da Aliança (entre os quais aqueles onde eram publicados os jornais acima apontados), seguiram-se as comemorações do cinquentenário da NATO, assinalado pela Cimeira de Washington, que começava a 23 de Abril, exactamente nove dias após o “acidente”.

Cedo, porém, se tornou claro que o *corpus* com esta dimensão era demasiado abrangente para o âmbito deste trabalho, considerando o elevado número de expressões eufemísticas

²⁴ BROKHAUS, 1988, vol. 7, p. 520, 2ª coluna.

²⁵ Cf. BROCKHAUS / DTV (1992): *dtv-Lexikon in 20 Bänden*. Mannheim, München: Brockhaus / Deutscher Taschenbuch Verlag, vol. 2, p. 268, 1ª coluna.

encontradas. Assim, a solução encontrada foi reduzir para metade o período em análise e o número de edições dos diários. Manteve-se a edição do dia 14. Todavia não foi neste acontecimento que se pensou centrar toda a análise, por não se tratar de um evento comum no diário da guerra. Deste modo, optou-se por iniciar o período de análise quatro dias antes do bombardeamento, ou seja, no dia 10 de Abril, e contaram-se as sete edições a partir desse dia (até 16 de Abril).

Em síntese, tendo-se optado pelo método da observação de um *corpus* para este trabalho, a constituição deste é a seguinte:

Jornais portugueses:

- *Público* (7 edições, de 10 a 16 de Abril de 1999);
- *Correio da Manhã* (7 edições, de 10 a 16 de Abril de 1999);

Jornais alemães:

- *Frankfurter Rundschau* (6 edições, de 10 e de 12 a 16 de Abril de 1999);
- *Bild Zeitung* (6 edições, de 10 e de 12 a 16 de Abril de 1999).

Dos quatro diários seleccionados, apenas o *Frankfurter Rundschau* foi disponibilizado pela redacção em suporte informático, sob a forma de um CD-Rom, com todas as edições publicadas no ano de 1999. As edições em estudo dos três jornais restantes foram disponibilizadas apenas em versão original (em suporte de papel). Da redacção do *Bild* foram enviados, mediante pedido, exemplares armazenados, o mesmo acontecendo com os exemplares pretendidos do *Correio da Manhã*.

O *Público* colocou à disposição o seu arquivo para consulta local na redacção, embora não tenha sido possível adquirir os exemplares pretendidos, indisponíveis quer em suporte informático, quer em papel. Assim, as edições consultadas foram posteriormente fotocopiadas na Biblioteca Municipal de Viseu.

O facto de não terem sido disponibilizados em versão informatizada todos os textos que integram o *corpus* trouxe consigo alguns condicionamentos de natureza metodológica a este trabalho, nomeadamente no que se refere a um tratamento estatístico dos casos encontrados. Uma vez que a edição possível dos documentos foi através da sua digitalização como documentos de imagem, o que

não permite um tratamento individual, optou-se por uma orientação alternativa a um estudo sobre a variação lexical do Eufemismo. De resto, um estudo desta natureza a partir deste *corpus* deixa algumas dúvidas sobre a sua viabilidade, já que o Eufemismo conta com inúmeras possibilidades de realização linguística, que ultrapassam o nível lexical, o que torna questionável a tentativa da sua quantificação.

1.4 Kosovo, 1999: cronologia de uma guerra

Um estudo sobre o Eufemismo que consista apenas na descrição dos casos encontrados e na sua organização numa tipologia, é certamente um estudo limitado. Para além de reconhecer um Eufemismo e apontar a estratégia linguística na sua génese, há outras questões que se levantam: porquê e para quê um Eufemismo em lugar de uma designação “neutra” ou directa? As motivações que levam um jornalista a esta opção pertencem a uma esfera que ultrapassa as fronteiras linguísticas. É o domínio do real, feito dos acontecimentos que o tempo vai desafiando e que o jornalista procura prender nas palavras.

Para compreender a verdadeira razão do Eufemismo, é necessário atentar ao contexto dos eventos que ele ajuda a narrar. E se a sua função oscila entre a ocultação e o desvio, o que é que há a esconder, de que factos se pretende desviar a atenção?

A guerra do Kosovo fica para a História pelas suas motivações pouco claras e sobretudo pelas consequências que só o tempo veio a revelar perigosas. Num estéril ping-pong de acusações, é difícil encontrar o verdadeiro motivo que levou aos primeiros ataques. De qualquer modo, seria injusto reduzir as causas desta guerra ao secular confronto nacionalista entre as etnias da região. A busca das responsabilidades exige que se atravessem não só os limites do presente e do passado próximo, mas ainda que se cruzem as fronteiras do território.

Tentando não entrar no desafio de uma análise aprofundada, que ajude a perceber o que de facto aconteceu (para o que, salvaguardado o forte interesse, se remete, desde já, para os especialistas²⁶), apresenta-se, de seguida, uma breve cronologia dos

²⁶ Para uma abordagem das linhas gerais da história da Jugoslávia, dos seus Estados e grupos étnicos, cf. RADOS 1999. Neste ensaio, o autor dá a conhecer o passado deste território e descreve ainda, com isenção, os acontecimentos mais recentes, deixando apenas para o epílogo a sua visão pessoal da situação. Na compilação VÁRIOS (1999), encontram-se relatos de opinião de jornalistas e académicos sobre a guerra do Kosovo, marcados pela subjectividade característica deste género. Um destes artigos, assinado por Noam Chomsky, é um prelúdio da obra editada posteriormente (CHOMSKY 2001), onde o autor compara a actuação

momentos mais importantes desta guerra, precedida de um brevíssimo apontamento sobre a história da região e do povo (RADOS 1999: 253-280).

- **Sérvios e albaneses: um encontro difícil**

O território do Kosovo tem uma importância fundamental na origem do Estado da Sérvia, que aí encontrou o seu berço, no século XII. Os limites deste estado medieval iam pouco além das fronteiras da província que se conhece hoje. A tradição de luta do Kosovo inaugura-se cedo, com a batalha de 1389, que marcou o domínio do Império Otomano sobre os cristãos ortodoxos da Sérvia. A Batalha do Kosovo, como ficou conhecida, marcou o início de uma era de revoltas e confrontos entre estas duas partes, que se estendeu pelos cinco séculos seguintes. Contudo, a vitória do Islão não foi absoluta nem definitiva. Longe de se vergar a este domínio, o povo sérvio não abdicou do sonho da reconstrução do seu Estado. Este sonho acompanhou a vontade de soberania ao longo do tempo, tendo ainda hoje (especialmente hoje) um lugar muito caro na mitologia da Nação.

Pouco a pouco, os sérvios foram sendo expulsos do território pelo invasor turco, apoiado pelos albaneses, entretanto convertidos à sua Fé. Esta entrada, porém, só teve efeitos visíveis no panorama étnico do Kosovo no final do século XVIII. As tensões entre sérvios e albaneses, latentes durante todo este tempo, culminaram no final do século XIX (entre 1876 e 1877), quando albaneses combateram ao lado de turcos contra a insurreição sérvia: «O resultado da batalha armada entre os sérvios e os albaneses foi o nascimento de uma forte animosidade nacional e religiosa, que culminou com a formação da Liga de Prizren.» (RADOS 1999: 255). O programa deste movimento albanês compreendia um ideal de Nação, que ainda hoje é explorado pelos nacionalistas albaneses (sobretudo os do Kosovo): a *Grande Albânia*, uma pátria de todos os albaneses, com fronteiras generosas, abraçando a Albânia, o

dos Estados ocidentais no Kosovo e noutros pontos igualmente conflituosos do globo, marcada por desigualdade de critérios perante evidências semelhantes. O autor apresenta ainda uma reflexão acerca das consequências desta guerra, e sobretudo da actuação ocidental (encabeçada pelos Estados Unidos), no posicionamento perante situações análogas futuras.

Kosovo e ainda alguns territórios da actual Macedónia e da Grécia. Perseguir este ideal significava perseguir os sérvios do território do Kosovo, com o auxílio do aliado turco. Esta aliança desmoronou com a derrota definitiva da Turquia pelos povos balcânicos (excluindo os albaneses) em 1912. Criada a oportunidade, a Albânia proclamou a sua independência, buscando o momento certo de se tornar Grande. Este sonho realizou-se enfim num momento oportuno: em 1941 caía o jovem reino da Jugoslávia, nascido a 1918, sob as forças fascistas alemãs e italianas, que ocupavam igualmente a Grécia. Mas o sonho não vingou, e dois anos depois a Albânia também não resistiu ao invasor germânico. Para consolidar esta vitória, os alemães apressaram-se a criar ligas de apoio entre os albaneses, que, incentivados pelo ideal nazi de nacionalismo, depressa encontraram um alvo para as suas acções: os cristãos sérvios, macedónios e gregos.

Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra, enquanto o movimento comunista florescia na Jugoslávia e também na Albânia (aqui sob a liderança de Enver Hodja), no Kosovo a resistência ao comunismo foi maior por dois motivos: «por um lado, a religião muçulmana foi muito hostil à experiência soviética da Rússia de apagamento da religião e, por outro lado, o nacionalismo albanês foi ligado predominantemente aos fascistas.» (RADOS 1999: 256). Contudo, o movimento comunista jugoslavo acabou por fazer incluir a província do Kosovo nas fronteiras da Jugoslávia, apesar dos protestos dos comunistas albaneses. Esta questão, que esteve no centro do conflito entre os líderes comunistas jugoslavo e albanês, Tito e Hodja, nunca foi encarada como uma solução definitiva para a província, que clamava então a independência. Numa tentativa lograda de agradar a ambas as partes, Tito optou por uma solução alternativa a este desejo de auto-determinação: o Kosovo passaria a ser uma província autónoma.

Debaixo do domínio do Marechal Tito, os kosovares mantinham uma assinalável condição de autogoverno, particularmente após a década de 1960 e posteriormente ao abrigo da constituição de 1974, que concedeu ao Kosovo um estatuto ambíguo, “algures entre uma província

*autónoma e um estado-membro de uma federação*²⁷,
comenta uma académica e dissidente sérvia. (CHOMSKY
2001: 45)

Esta solução procurou satisfazer os sérvios (o território ficaria dentro das fronteiras do Estado) e os albaneses do Kosovo, que já constituíam a maioria étnica na província e que assim viam ser dado um passo na direcção das suas aspirações.

O isolamento político em relação ao Leste e ao Ocidente a que se viu votada a Jugoslávia após a Segunda Guerra e o consequente agravamento da situação económica, foram rastilhos vulneráveis para o despontar de novas manifestações a favor de um ideal já sem idade. Os protestos exigiam mais autonomia e retomavam o sonho nacionalista albanês, mas não se esgotavam em gritos sem eco. E se o líder comunista albanês afirmava que a noção de uma pátria comum passa antes de tudo pela uniformização da língua, os esforços concentraram-se a seguir no domínio da cultura, o que se traduziu no crescimento da universidade.

- **Contagem decrescente para a guerra**

As décadas de 70 e 80 não fizeram calar as manifestações públicas dos que ainda acreditavam no sonho da autonomia plena do Kosovo. Foi neste clima de tensão que Slobodan Milosevic chegou ao poder na Sérvia, em Abril de 1987. No Kosovo foi confrontado com as queixas dos que queriam a república. Contudo, os protestos da minoria sérvia que aí vivia soaram mais alto aos ouvidos sérvios de Milosevic. As palavras dos sérvios não eram suaves: eles acusavam os albaneses da província de genocídio.

O facto é que no fim da Segunda Guerra Mundial a maioria da população na província do Kosovo era sérvia. No entanto, alguns anos depois (em 1960) viviam naquela província apenas 23,6 por cento de sérvios, enquanto 20 anos depois, em 1981, somente 13,2 por cento. Porque é que estes milhares de sérvios deixaram o Kosovo no período do pós-guerra? [...] As opiniões dividiram-se

²⁷ Jasmina Teodosijevic, citada pelo autor.

conforme a posição política adoptada, clamando a população sérvia que a saída dos sérvios do Kosovo se tratara de uma pressão nacionalista albanesa, enquanto as repúblicas do Norte, a Croácia e a Eslovénia, entenderam esta partida como uma emigração económica. (RADOS 1999: 259)

Em 1990, em consequência da queda do muro de Berlim, as repúblicas Jugoslavas abriam o caminho para a independência, ao promover eleições multipartidárias e garantindo a legitimidade aos novos poderes. Também no Kosovo o tempo era de mudança. O Parlamento da província autónoma desafiou o governo central ao proclamar a igualdade do seu estatuto relativamente às outras províncias da Jugoslávia. Por outras palavras, proclamou a República do Kosovo. Esta ousadia custou a dissolução deste parlamento e a perda progressiva da autonomia. Foi neste cenário que entrou Ibrahim Rugova, o novo líder do nacionalismo albanês, que, prevendo o fracasso de uma resposta armada aos sérvios, conduziu os albaneses para uma estratégia de resistência não violenta. Sob o insuspeito disfarce desta tática, o Parlamento do Kosovo, agora em sessões clandestinas, foi tomando iniciativas e aprovando resoluções que sublinhavam mais uma vez o antigo desejo nacionalista de autonomia. Em 1991, o Parlamento proclamou a independência da República do Kosovo e promoveu a realização de um referendo, que a aprovou por uma maioria confortável. O Governo foi nomeado e a Constituição escrita. Um ano depois, ainda na clandestinidade, realizaram-se também aqui as primeiras eleições multipartidárias, e Rugova, líder da vencedora Liga Democrática do Kosovo, foi nomeado Presidente do Kosovo.

A partir de 1992 coexistiam, portanto, dois regimes políticos paralelos: o Governo regional sérvio, institucionalizado por Belgrado e contando com o apoio de forças policiais, e o Governo desenvolvido na clandestinidade e unicamente reconhecido pelos albaneses do Kosovo. Na certeza de que esta situação não seria sustentável indefinidamente, a estratégia dos albaneses do Kosovo foi esperar a resolução dos conflitos nas províncias do norte e, num momento mais oportuno, virar para si a atenção das potências ocidentais.

- **Operação Força Aliada**

Em 1999, a situação da maioria étnica albanesa do Kosovo começava a ganhar cada vez mais destaque nas primeiras páginas europeias e norte-americanas. O conflito na Bósnia-Herzegovina estava já solucionado, após um longo processo em que intervieram a ONU e a NATO²⁸, mas que acabaria por ser resolvido fora do quadro das Nações Unidas. Para tal desempenharam um papel decisivo os Estados Unidos, a quem coube a iniciativa dos Acordos de Dayton, assinados na base militar americana com o mesmo nome. O compromisso sérvio de acabar com as atrocidades cometidas naquela província foi alcançado e o mérito desta solução coube inteiramente aos EUA. A Europa sofria uma forte derrota, revelando-se incapaz de uma política de defesa que mantivesse a ordem dentro das suas próprias fronteiras.

Afirmada a hegemonia dos EUA uma vez, seria difícil manter esta potência afastada, quando as notícias do Kosovo denunciavam a necessidade de uma intervenção externa, que pusesse cobro a um conflito eminente. Internamente, os Estados Unidos necessitavam de uma prova do poder internacional do seu governo, desgastado com as então recentes questões pessoais do Presidente:

No fim do ano de 1998, Bill Clinton foi ilibado dos escândalos em que estava envolvido e, assim, foi dado o sinal de que a questão do Kosovo devia ser rapidamente resolvida. As eleições seriam no fim do ano 2000 e para as ganhar seria necessário uma vitória rápida e fácil no Kosovo. (RADOS 1999: 268)

²⁸ A propósito deste último acrónimo, refere o *Livro de Estilo do Público*: «NATO-North Atlantic Treaty Organization; em português Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), mas refere-se sempre pelo nome inglês.» (PÚBLICO 1998: 333) Nos jornais analisados para este trabalho, o acrónimo comum é NATO (também escrito Nato, nos textos do diário *Frankfurter Rundschau*), pelo que será este o acrónimo utilizado ao longo deste trabalho. Rados (1999) utiliza, contudo, o acrónimo português.

A missão de observação da OSCE, aprovada em 1998 na sequência de uma resolução das Nações Unidas que condenara o uso de violência por parte das forças sérvias no Kosovo, e que procurava assim garantir o compromisso de Milosevic no sentido de reduzir essa força, acabaria por fracassar. Para tal contribuiu o acontecimento que inaugurou o amargo ano de 1999 no Kosovo: a descoberta de 45 cadáveres de albaneses numa vala comum em Raçak, em Janeiro. O chefe da missão de observação atribuiu a responsabilidade por estas mortes às tropas sérvias, o que levou o Grupo de Contacto (criado em sequência da decisão dos EUA de participarem na solução do conflito na Bósnia e reunido pela primeira vez em 1994) a lançar um ultimato para que se realizassem negociações de paz entre sérvios e albaneses. Esta iniciativa concretizou-se em Fevereiro em Rambouillet (França), sob mediação internacional, e estabeleceu a data limite de 15 de Março para alcançar uma solução diplomática negociada. Na véspera, porém, os negociadores ocidentais (Robin Cook, do Reino Unido, e Hubert Verdin, de França) incluíram no texto do Acordo um anexo (o Anexo B), que a Rússia não aceitou e a Sérvia não subscreveu.

O anexo B regulava o estatuto de força militar internacional, que previa que as forças militares da OTAN que entrassem no Kosovo seriam também as únicas a garantir o acordo (cessar-fogo); para além disso, as forças da OTAN teriam a total liberdade de movimento em todo o território da Jugoslávia. Outro anexo, o capítulo oitavo do Acordo de Rambouillet, previa que, no prazo de três anos, fosse realizado um referendo sobre o futuro do Kosovo. (RADOS 1999: 269)

Ficou, pois, lograda a derradeira tentativa de uma solução diplomática para o conflito no Kosovo. Em 24 de Março, sem o apoio da ONU e sem uma declaração formal de guerra, a NATO lançou as primeiras bombas no Kosovo. A operação de ataques aéreos de iniciativa da NATO foi designada *Força Aliada* e contou com o apoio dos países da Aliança, inclusive dos mais recentes: a Polónia, a República Checa e a Hungria. A guerra durou 72 dias e o processo de capitulação da Sérvia só se iniciou com a intervenção

de Moscovo, que de início havia condenado os ataques a um Estado soberano tradicionalmente próximo. A 3 de Junho, Milosevic rendeu-se perante os representantes de Moscovo (Victor Tcherdomirdine, antigo Primeiro Ministro) e da União Europeia (o Presidente Finlandês Marri Ahtisaari). O acordo de rendição da Sérvia foi assinado em Bona a 8 de Junho e foi aprovado pelas Nações Unidas dois dias mais tarde. Este acordo previa, para além da retirada integral das forças sérvias do território e do desarmamento dos para-militares do Exército de Libertação do Kosovo (UÇK), a entrada de uma força de paz internacional, a KFOR, composta essencialmente por tropas da NATO. Os primeiros elementos desta força entraram no Kosovo em 12 de Junho, ao mesmo tempo que os soldados sérvios iniciavam a retirada. O acordo estipulava igualmente que a administração do território ficaria provisoriamente a cargo de um grupo internacional, que ficaria igualmente incumbido de preparar a implementação de um Governo autónomo local.

- **Balanço da guerra**

Decorridos já cerca de dois anos depois do cessar fogo no Kosovo, o balanço desta guerra continua a ser incerto relativamente aos números e difícil quanto às motivações e à forma como se desenvolveu.

Como em qualquer outro conflito armado, ambas as partes fazem o seu próprio somatório de estragos e, naturalmente, os números não coincidem:

A OTAN cifra que nestes combates morreram cinco mil soldados sérvios e 10 mil foram feridos. Segundo algumas fontes, os próprios sérvios admitem 1800 soldados mortos. No lado da OTAN não morreu nenhum soldado, se não contarmos dois pilotos de helicóptero que morreram num acidente. Sobre as vítimas civis (designados pela OTAN como danos colaterais) só há dados por parte da Sérvia, que indicou 1500 mortos e alguns milhares de feridos. O número de refugiados albaneses do Kosovo é

frequentemente estipulado num milhão, mas no interior da Sérvia é desconhecido. Por seu turno, o número de sérvios que deixaram a província depois da entrada das forças da OTAN no Kosovo fica por verificar. (RADOS 1999: 270)

E se não existe consenso em torno dos números, as opiniões dividem-se igualmente em relação aos motivos da NATO e persiste a dúvida em torno da vitória da Aliança. Se é verdade que a NATO combateu a indiferença perante a violação dos direitos humanos traduzida na perseguição sérvia aos albaneses do Kosovo, certo é também que o principal mentor dessa perseguição, Slobodan Milosevic, continuou ainda por quase dois anos no poder.

A guerra mostrou também que a Europa está muito longe de desafiar os EUA em questões de política internacional, mesmo que estas tenham lugar dentro das suas fronteiras. Os EUA continuam a ditar as linhas de acção do mundo, reafirmando o seu monopólio económico e a sua liderança assente no poder bélico que não se coíbe de exhibir:

O império humanitário norte-americano é liderado pelas forças económicas, ainda mais determinadas na realização dos seus objectivos, utilizando as forças militares quando necessário. (RADOS 1999: 280)

Quanto aos habitantes do Kosovo, aqueles que regressaram encontraram um horizonte de escombros, sobre o qual terão de erguer um novo futuro. A desolação é o primeiro passo da vingança, que se manifesta em actos violentos contra os sérvios na província. Esta nova violação dos direitos humanitários tem na minoria sérvia a sua vítima e a KFOR parece impotente para a travar. Talvez no futuro a província alcance a paz, quando os últimos sérvios abandonarem o terreno. Uma solução amarga para os que queriam ver no Kosovo a harmonia de uma convivência multi-étnica.

A principal consequência desta guerra, contudo, permanece uma incógnita. Os motivos apontados pela NATO para lançar a primeira bomba foram alegadamente razões de carácter humanitário. Os direitos humanos estavam a ser ameaçados e o

Ocidente não podia assistir passivamente ao que depressa condenou como “genocídio” e “limpeza étnica”. Foi em nome desta “acção humanitária” que se ignoraram os motivos que anteriormente legitimavam uma guerra²⁹. Em nome desta acção questionou-se o direito de soberania de um Estado. A guerra do Kosovo inaugurou ainda o perigoso precedente da guerra não declarada, travada à revelia da única organização a quem é reconhecida a legitimidade para decidir agir pela força, quando os esforços diplomáticos se esgotam: a ONU.

Por último, continua sem resposta a questão da preferência do Kosovo a outros locais de conflito no mundo, onde se poderiam reclamar razões humanitárias para uma intervenção armada. É esta questão que a revista de informação alemã *Der Spiegel* coloca no parágrafo final de uma série de três artigos publicados nos três primeiros números de 2000, onde procura relatar o que de facto aconteceu:

Fest steht, dass die Empörung und das Mitleid der westlichen Welt in Sachen Völkermord selektiv ist: In afrikanischen Konflikten – in Angola, in Burundi, in Somalia, im Sudan – kamen jeweils mehr Menschen ums Leben als im Kosovo. Und beim erwiesenen Genozid 1994 in Ruanda schauten die NATO-Länder unbewegt zu – oder verdienten, wie Frankreich, durch ihre Waffenlieferungen sogar daran.

Moral gilt nicht “out of area”. Die Welt ist, auch und gerade nach dem “Sieg” im Kosovo, voller Opfer zweiter Klasse. (DER SPIEGEL, 3/2000: 169)

Numa guerra muito mediatizada, que grande parte da opinião pública ocidental não conseguiu compreender, não causa espanto que fossem grandes os esforços políticos no sentido de a tornar legítima e justa aos olhos do público. Por isso, muitas das acções da NATO foram servidas ao público sob o conveniente e justo motivo ‘humanitário’. Esta é apenas uma das designações

²⁹ Chomsky insurge-se incisivamente contra a retórica oficial da guerra, revelando o que se pretende esconder por trás de expressões como “acção humanitária”. (CHOMSKY 2001: particularmente cap. 3.3)

suavizantes de realidades por vezes muito diferentes, ou seja, é muitas vezes utilizada como um Eufemismo:

Os jornalistas têm-se baseado em fontes oficiais, com entrevistas e briefings de contextualização 24 sobre 24 horas. “Destruição colateral”, “campanha aérea” e eufemismos do género têm contribuído para gerar um nevoeiro permanente. (SOLOMON 1999: 86)

Como estas, outras designações foram adoptadas com a mesma função, o que torna pertinente a análise do recurso a esta estratégia linguística no contexto específico da divulgação desta guerra na imprensa.

- **A semana de 10 a 16 de Abril de 1999**

Nesta secção, dar-se-á conta dos principais eventos que marcaram o decorrer da guerra do Kosovo na semana em análise neste trabalho.

10 de Abril

O Governo da Albânia declara disponibilidade para participar com tropas na eventual guerra terrestre no Kosovo. Ao mesmo tempo, a Rússia recusa o envolvimento na guerra.

11 de Abril

A NATO afirma ter danificado significativamente o contingente bélico sérvio, enquanto o Pentágono prepara o envio de um reforço dos meios aéreos estacionados nos Balcãs. Surgem rumores de campos de violação no Kosovo, enquanto Ibrahim Rugova declara ao *Spiegel* ser prisioneiro dos sérvios. Os festejos da Páscoa Ortodoxa são marcados por protestos contra a NATO.

12 de Abril

A Albânia reafirma o seu apoio à NATO, disponibilizando infra-estruturas militares. Continua o êxodo dos albaneses do Kosovo em direcção à Albânia, ao Montenegro e à Macedónia. A Jugoslávia aprova a união com a Rússia e a Bielorrússia, na tentativa de obter o apoio destes parceiros eslavos.

13 de Abril

A NATO começa a procurar uma solução diplomática para a guerra, apelando à colaboração da Rússia. A secretária de Estado

norte-americana, Madeleine Albright, encontra-se para este efeito com o seu homólogo russo, Igor Ivanov, em Oslo. A NATO admite ter causado “danos colaterais”.

14 de Abril

Surtem confrontos entre tropas sérvias e albaneses na fronteira entre o Kosovo e a Albânia. A NATO confirma um reforço do seu dispositivo militar. O Governo alemão elabora um plano de paz, discutido num encontro entre a União Europeia e o Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan. Entretanto, a NATO causa novos “danos colaterais” num ataque aéreo. Desta vez, são 75 as vítimas civis. A Rússia designa Victor Tcherdomirdin, antigo Primeiro Ministro, como representante do país para a questão jugoslava.

15 de Abril

A NATO reconhece a responsabilidade pelo ataque aéreo que vitimou 75 civis e admite que a duração dos ataques pode ultrapassar o período previsto. A Rússia insiste numa solução negociada, mas coloca algumas restrições ao plano de paz alemão.

16 de Abril

Registam-se novos confrontos entre tropas sérvias e albanesas na fronteira a Norte da Albânia. A NATO intensifica ataques e anuncia o sucesso das operações, enquanto prossegue a vaga de refugiados que cruzam as fronteiras com os Estados vizinhos.

2 A dimensão pragmática do Eufemismo

Nos relatos de imprensa sobre a guerra do Kosovo que servem de base a este estudo, uma das palavras mais frequentemente substituída é o lexema *guerra*. Nos jornais portugueses analisados, são diversas as alternativas encontradas para esta designação: *conflito*, *ofensiva*, *crise*, *questão*, *intervenção*, *campanha*, *agressão*, *acção*, *operação* e *esforço militar*. A mesma tendência partilham os jornais alemães, onde no lugar de *Krieg* surgem expressões como *Konflikt*, *(Luft)Angriffe*, *(Luft)Offensive*, *Aggression*, *Operation*, *Militär-Operation*, *Krise*, *militärische Intervention*, *Luftkampagne* ou *militärische Aktion*. As designações alternativas estabelecem com o lexema *guerra/Krieg* relações de significado diversas, que por sua vez envolvem processos cognitivos vários, como a metáfora e a metonímia conceptuais ou a vaguidade.

Cada uma das expressões referidas tem uma carga semântica própria, uma relação de sentido com um estado de coisas específico. Para reconhecer em cada uma o valor de substituição que faz dela um eufemismo em sentido restrito (cf. capítulo 1, ponto 1.1), é importante não limitar a análise ao domínio semântico, mas atentar igualmente à dimensão pragmática deste recurso linguístico. De resto, o método seguido na análise proposta neste trabalho assenta na observação do uso efectivo do Eufemismo, o que vai de encontro à perspectiva de Langacker, que descreve a Linguística Cognitiva precisamente como um modelo baseado no uso (“usage based model”)³⁰.

Retome-se o exemplo acima referido. No caso da substituição de *guerra* por *conflito*, é importante antes de tudo

³⁰ Esta perspectiva de análise linguística, que integra aspectos semânticos dos fenómenos linguísticos com a sua dimensão pragmática, emergente do uso linguístico efectivo, constitui uma actualização da complementaridade entre a Semântica e a Pragmática no estudo da linguagem, em sentido geral, tal como surge já em LEVINSON (1983, cap. 1.2: 5-35). No âmbito da Linguística Cognitiva, e a par da descrição do modelo baseado no uso, de Langacker, têm surgido outros estudos, que apontam para a complementaridade integrada destas duas dimensões: DIRVEN e VERSPOOR (1998), FONSECA (1994) e VERSCHUEREN, ÖSTMAN e BLOMMAERT (1995).

considerar o significado individual de cada lexema e daqui partir para a relação que entre ambos se estabelece, a partir do momento em que um surge no lugar do outro. Sem perder o seu conteúdo semântico original, a palavra *conflito* ganha uma nova dimensão de significado, que a torna simultaneamente mais abrangente no conteúdo e no uso, porque passa a designar não só um confronto entre duas ou mais partes envolvidas, num sentido geral, mas também especificamente um confronto militar, armado, isto é, uma guerra. Para que se torne possível esta leitura eufemística de uma palavra que originalmente não é um Eufemismo³¹, é imprescindível um olhar sobre a sua dimensão pragmática, onde intervêm factores diversos que ultrapassam o domínio exclusivamente linguístico. Neste sentido, é importante considerar, antes de tudo, a situação de comunicação em que ocorre o Eufemismo e que o permite interpretar como tal (e, dentro desta, os seus intervenientes mais directos), as motivações linguísticas e extra-linguísticas na sua origem, o co-texto e o contexto em que surge e as funções que cumpre, das quais resultam efeitos particulares no destinatário do discurso em que o Eufemismo ocorre.

O presente capítulo será dedicado a esta diversidade de aspectos, que em conjunto compõem o que se entende por dimensão pragmática do Eufemismo. Partindo de uma reflexão global acerca do Eufemismo, restringir-se-á o campo de análise ao *corpus* seleccionado. Pretende-se, deste modo, que no final do capítulo seja possível avançar uma resposta a uma pergunta que se poderia formular assim: Porquê e para quê o uso do Eufemismo nos textos jornalísticos sobre o Kosovo?

2.1 Notícias do Kosovo: retrato de uma situação de comunicação

³¹ Como já foi referido neste trabalho (cf. supra p. 15), um lexema ou uma palavra isolada não é, em geral, um Eufemismo, nem tem, por si só, uma função eufemística. Essa palavra (frase ou mesmo texto) só adquire este valor no contexto específico em que ocorre no discurso. [cf. a noção de «Äußerungskontext» de ZÖLLNER (1997: 112) e de «kommunikativer Rahmen» de BOHLEN (1994: 17).]

A notícia de jornal constitui um espaço específico de comunicação, que, em conjunto com outros, compõe a realidade mais englobante do discurso humano. Assim entendido, o discurso não é apenas a actualização concreta de um sistema linguístico abstracto e potencial – de acordo com a dicotomia saussureana, que opõe *parole* e *langue* –, mas envolve igualmente aspectos sociais, que fazem dele uma prática colectiva, por oposição a um acto individualizado, variável unicamente em função de uma situação específica.

No capítulo anterior deste trabalho, fez-se menção à interacção entre a linguagem e o pensamento, tal como é entendida no quadro do paradigma da Linguística Cognitiva. As capacidades cognitivas humanas, como a percepção, a categorização ou a memória, são determinadas pela linguagem, e esta é o reflexo da organização daquelas. Esta ligação estreita entre linguagem e cognição ou pensamento pertence ao domínio individual de cada Sujeito Falante, embora seja uma organização partilhada pelo todo colectivo de cada comunidade linguística, alargada ainda ao universo global de outras comunidades linguísticas.³²

A natureza colectiva da relação entre linguagem e pensamento revela-se ao nível da manifestação linguística concreta, que é um acto partilhado, resultante da dinâmica da vida em sociedade. A linguagem é, assim, segundo Fairclough (1989: 22), acima de tudo uma prática social, portanto não externa à sociedade, mas antes condicionada por factores não linguísticos da vida em comunidade. A linguagem vive, pois, da interacção social e manifesta-se primeiramente no discurso, que Fairclough define desta forma:

Like many linguists, I shall use discourse to refer primarily to spoken or written language use, though I would also

³² Cada comunidade linguística revela na sua linguagem uma forma particular de ver e pensar o mundo, que a distingue de outras comunidades. Entre todas elas há diferenças, mas também traços comuns, universais. A prová-lo estão numerosos estudos já realizados no âmbito da Linguística Cognitiva, dos quais se salientam os contributos de Wierzbicka para a análise de universais linguísticos e da relação de interdependência entre linguagem, cultura e cognição (WIERZBICKA 1992, 1996 e 1997).

wish to extend it to include semiotic practice in other semiotic modalities such as photography and non-verbal (e.g. gestual) communication. (FAIRCLOUGH 1995: 131)

Esta visão gera implicações importantes. O discurso não se resume à actualização, numa situação específica, de um sistema linguístico abstracto e potencial, mas envolve igualmente outras formas simbólicas (não linguísticas) de interacção. Ou seja, a interacção discursiva não se manifesta exclusivamente em produtos linguísticos (orais ou escritos), mas estende-se ainda a outras formas simbólicas, como a imagem visual, ou a combinações de diversos elementos de sistemas semióticos diferentes. Um exemplo desta realização discursiva integrada é a imprensa, onde, embora de forma eventualmente menos evidente do que noutras formas de interacção discursiva, o diálogo entre a palavra e a imagem se assume como uma componente incontornável. É na associação de uma imagem explícita a um título claro e directo que se apela à atenção do leitor para o centro informativo da notícia, cujo desenvolvimento poderá encontrar no texto subsequente.

A noção de discurso apresentada por Fairclough é, pois, abrangente. Um dos seus resultados ou produtos concretos é o texto, um conceito que o autor utiliza «to refer to any product, whether written or spoken [...]» (FAIRCLOUGH 1992: 4).

Se o *discurso* se refere às diferentes formas de linguagem utilizadas em situações diversas e socialmente determinadas, *texto* designa o produto concreto da utilização da linguagem numa situação de produção discursiva específica.

Para além desta dimensão semiótica, que, como se viu, pode integrar várias formas de linguagem num mesmo produto, o discurso é ainda uma forma de interacção marcada pela estrutura das representações sociais. Se, por um lado, a identidade individual e social dos seus participantes directos condiciona o tipo de produção discursiva, é igualmente verdade que o discurso determina essa mesma identidade e desempenha um papel central na construção de uma rede de relações sociais entre os participantes. Acresce a estas duas componentes a função de representação do real, através da construção de redes de conceitos e de objectos de saber, e da confirmação de sistemas de crenças. Esta

tridimensionalidade do discurso traduz-se em três funções centrais, que Fairclough designa respectivamente por *função de identidade*, *função relacional* e *função ideacional*³³.

Existe, assim, uma relação dialéctica entre o discurso e a sociedade, que faz da interacção discursiva uma prática simultaneamente determinada pela arquitectura das relações sociais e ainda socialmente constitutiva. Esta relação traduz-se no texto, a manifestação concreta do discurso, mas está ainda estruturada a outros níveis³⁴:

Ordem social	Ordem do discurso
Tipos de práticas sociais	Formações discursivas
Práticas reais	Discurso em situação
Eventos sociais	Textos

Fig. 1 – Níveis de relação entre sociedade e discurso
(CAPUCHO 2000: 14).

O esquema da Figura 1 requer uma leitura integrada. A ordem social compreende uma pluralidade de domínios que emergem da prática social, marcada por rituais culturais e linguísticos específicos. A esta ordem social corresponde uma ordem do discurso, que integra a totalidade das práticas discursivas do domínio social. Se por um lado a ordem do discurso é ditada pela ordem social no contexto de uma comunidade específica, a ordem social é também construída na e pela ordem do discurso.

A ordem social engloba uma pluralidade de práticas sociais, que se reflectem ao nível do discurso em formações discursivas específicas. Uma formação discursiva determina os limites do que pode ou deve ser dito no contexto de uma prática social

³³ O autor descreve assim as três funções do discurso: «Discourse contributes first of all to the construction of what are variously referred to as ‘social identities’ and ‘subject positions’ for social ‘subjects’ and ‘types of self’. [...] Secondly discourse helps construct social relationships between people. And thirdly discourse contributes to the construction of systems of knowledge and belief [...] what I call the ‘identity’, relational’ and ‘ideational’ functions of language.» (FAIRCLOUGH 1992: 64)

³⁴ Cf. FAIRCLOUGH (1989: 29) e a elaboração proposta em CAPUCHO (2000: 14), um estudo acerca da relação entre linguagem e poder no discurso mediatizado da entrevista televisiva.

ideologicamente marcada. Também neste nível, a relação entre as duas componentes é de uma determinação mútua. Assim, e como exemplo, se se entender a realidade do jornalismo como uma prática social, considerar-se-á também que a esta prática específica corresponde uma formação discursiva própria, a que se poderia chamar discurso jornalístico, que cria um horizonte de expectativas acerca do que é ou não possível no âmbito deste discurso específico. O tipo de prática social não só determina como é determinado pelo tipo de discurso nele inscrito.

Se os dois níveis descritos até aqui se situam num plano sistémico e geral, o nível das práticas sociais reais e o nível dos eventos sociais, a que correspondem, no âmbito do discurso, respectivamente, o discurso em situação e os textos, inscrevem-se já no plano da concretização real. Contudo, manifesta-se também aqui a mesma determinação recíproca entre o plano social e o plano do discurso: as práticas reais prevêm um tipo particular de discurso em situação, que por seu turno as constrói; os eventos sociais materializam-se nos textos e são, ao mesmo tempo, estruturados por estes.

Em síntese, a relação entre sociedade e discurso é uma relação dialéctica de determinação mútua, manifestada a vários níveis numa construção integrada, válida nos dois sentidos.

Fairclough considera ainda três planos em que se desenvolve a relação de construção mútua entre sociedade e discurso, que constituem, simultaneamente, três parâmetros de análise do discurso: o nível social, o nível institucional e o nível situacional. Estes três parâmetros integram um prisma de análise progressivamente especializado, que começa por considerar a interacção discursiva no âmbito da organização social, dentro desta, num contexto institucional particular, e ainda no enquadramento de uma situação específica inscrita nesse esquema institucional.

Both social effects of discourse and social determinants of discourse should be investigated at three levels of social organization: the societal level, the institutional level, and the situational level. (FAIRCLOUGH 1989: 163)

Face à relação descrita, uma análise do discurso da imprensa e, particularmente, da ocorrência do Eufemismo neste contexto discursivo, tem necessariamente de ter em conta estes três níveis de interação entre discurso e sociedade. Assim, e ampliando o esquema de Fairclough, será este o enquadramento discursivo no qual surge e é interpretado o Eufemismo:

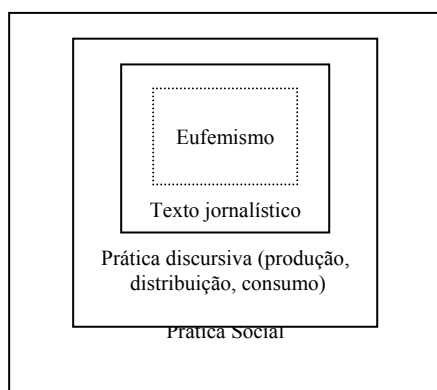


Fig. 2 – Enquadramento socio-discursivo do Eufemismo.

A prática discursiva, materializada na construção de um texto específico, não é uma noção oposta à de prática social, mas sim uma forma particular desta última. Desta forma, uma análise de um segmento discursivo (particularmente de um discurso mediatizado, como é o registo de imprensa) terá de considerar os processos da produção textual, da distribuição e do consumo. Estes aspectos não são exclusivamente linguísticos, mas antes são socialmente definidos e inscritos em referências políticas, económicas e institucionais específicas. Para além desta dimensão social, a produção e o consumo do produto do discurso contam ainda com uma dimensão cognitiva:

Production and consumption have a partially socio-cognitive nature, in that they involve cognitive processes of text production and interpretation which are based upon internalised social structures and conventions (hence the 'socio'-prefix). (FAIRCLOUGH 1992: 71)

No âmbito do texto jornalístico, o Eufemismo surge em resposta a motivações específicas. Ao desempenhar a sua função desviante ou atenuadora, influencia a construção do objecto de discurso (que perderá alguma da sua objectividade explícita na referência a acontecimentos negativos) e intervém igualmente no processo de formação de identidade dos participantes no discurso e na forma como se vêem mutuamente. O Eufemismo intervém na forma como se constróem as relações sociais.

No caso específico do Eufemismo no *corpus* em análise, a questão que se coloca é até que ponto o Eufemismo influencia a construção discursiva da realidade da guerra do Kosovo, a representação desta no sistema de crenças dos participantes no discurso e ainda a natureza da relação que entre estes o texto com expressões eufemísticas ajuda a construir. Antes, porém, de se ensaiar uma resposta a esta questão, é conveniente olhar aos contornos da situação de comunicação presente no *corpus* seleccionado e conhecer de perto os seus intervenientes mais directos.

O modelo descritivo da situação de comunicação subjacente ao texto jornalístico, que a seguir se propõe, tem por base a proposta de Capucho (2000) e recupera os princípios teóricos de Charaudeau (1983). Neste modelo, considera-se a existência de três planos distintos, envolvidos na construção do discurso: o primeiro é a Situação de Comunicação Potencial, inscrita no horizonte de expectativas dos participantes, e que está subjacente à pluralidade das manifestações reais, concretas. O segundo plano é a concretização da potencialidade do primeiro, ou seja, trata-se da Situação de Comunicação Concreta, onde se inscrevem os participantes directos, envolvidos no acto comunicativo, e os seus projectos de palavra, ou seja, os planos para a construção e desenvolvimento participados do Objecto de Discurso. O terceiro plano é o Circuito Específico da Enunciação, o nível mais interno da situação de comunicação, que se traduz na manifestação linguística específica, tal como é possível encontrá-la no texto jornalístico produzido, e onde o Sujeito Falante assume o seu papel discursivo de Locutor, em interacção com o Interlocutor, uma identidade igualmente discursiva.

Considere-se, de seguida, a representação esquemática do modelo que se propõe.

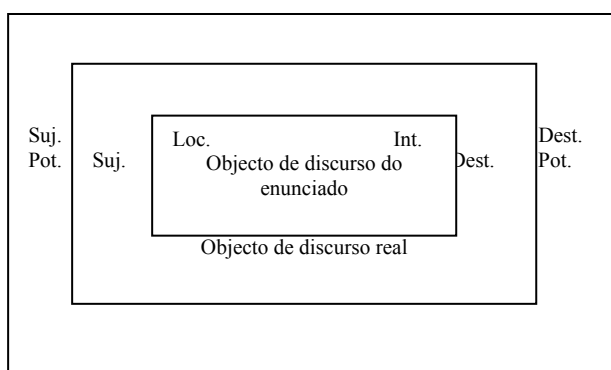


Fig. 3 – Modelo descritivo da interação discursiva.

O plano mais exterior neste esquema corresponde à Situação de Comunicação Potencial. Nela estão presentes os participantes possíveis, o Sujeito Falante Potencial e o Destinatário Potencial, que construirão um discurso eventual em torno de um Objecto de Discurso Potencial. Este é um nível distante da situação de interação concreta, feito de potencialidades e com algum grau de abstracção.

O segundo plano corresponde à Situação de Comunicação Concreta, na qual intervêm um Sujeito Falante e um Destinatário Real, que interagem em torno de um Objecto de Discurso Real. Este nível da situação de comunicação já não pertence ao plano das possibilidades, mas é já uma situação concreta de comunicação, isto é, é o momento da tomada de palavra efectiva.

O terceiro nível da situação de comunicação é a Manifestação Verbal Específica. Nela participam os mesmos actores, que aqui interagem em papéis muito específicos: são o Locutor e o Interlocutor, sujeitos de palavra e já não seres do mundo, que colaboram na construção de um Texto acerca de um Objecto de Discurso específico. Este é o momento da enunciação efectiva.

No caso da unidade de discurso específica que é o texto jornalístico, estão igualmente presentes as três dimensões do discurso, às quais correspondem os elementos particulares a seguir.

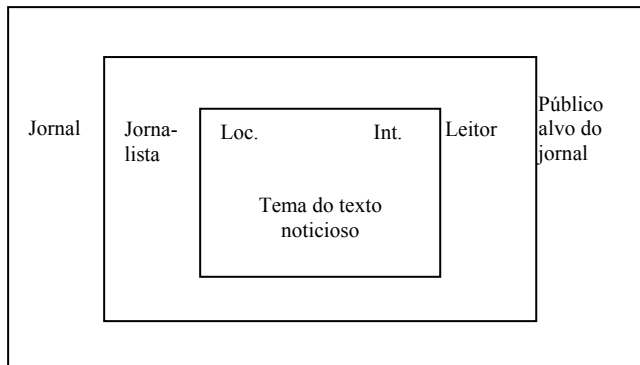


Fig. 4 – Modelo descritivo da interação discursiva do texto jornalístico.

No plano da Situação de Comunicação, o Sujeito Potencial é o jornal, enquanto entidade colectiva, que poderá eventualmente interagir com um Destinatário Potencial, o universo de leitores, que em conjunto constituem um perfil específico de leitor visado pelo medium. Este perfil abstracto de leitor é desenhado em função da orientação e dos objectivos do jornal. O Objecto Potencial de Discurso é um assunto da actualidade, já que é o conjunto de eventos que marcam cada dia que constitui o referente deste tipo de discurso.

Ao nível da Situação de Comunicação Concreta, O Sujeito Falante já não é potencial mas real, e é mais precisamente o jornalista, enquanto pessoa, ser do mundo. Ele dirige-se a um leitor, o Destinatário, que embora seja anónimo, existe e é, como ele, um sujeito real, um ser empírico. Ambos constroem o discurso em torno de um Objecto de Discurso Real, um tema específico que o jornal contempla numa dada edição.

No momento da enunciação (ou Manifestação Verbal), o Sujeito Falante e o Destinatário, seres empíricos, adquirem uma entidade unicamente discursiva e passam a ser respectivamente

Locutor e Interlocutor. O Objecto do Discurso é o tema do texto noticioso específico.

Este modelo pode materializar-se num exemplo concreto retirado do *corpus* em análise. Considere-se o texto publicado no diário português *Público*, de 10 de Abril de 1999. Trata-se do primeiro de uma série de textos publicados na rubrica “Destaque – Guerra nos Balcãs”, que ocupa 8 páginas desta edição. O texto intitula-se "Tirana admite entrar com tropas no Kosovo" e está assinado pelo autor, Paulo Moura, enviado do *Público* em Tirana, capital da Albânia. Os três níveis atrás descritos, que compõem a situação de comunicação, poderiam representar-se da seguinte forma:

<i>Situação de Comunicação Potencial</i>	<i>Situação de Comunicação Concreta</i>	<i>Manifestação Verbal Específica</i>
<u>Sujeito Potencial do Discurso:</u> Público	<u>Sujeito Falante Concreto:</u> Paulo Moura, jornalista, ser empírico	<u>Locutor:</u> A voz ou vozes que enuncia(m) o discurso
<u>Destinatário Potencial:</u> o universo de leitores do Público	<u>Destinatário Real:</u> leitor do Público, ser empírico	<u>Interlocutor:</u> ser discursivo interpelado directa ou indirectamente pelo(s) Locutor(es)
<u>Objecto Potencial do Discurso:</u> Actualidade no dia 10.04.1999	<u>Objecto Real do Discurso:</u> Guerra do Kosovo	<u>Objecto Específico do Discurso:</u> Eventual participação da Albânia na guerra

Fig. 5 – Modelo descritivo da situação de comunicação na notícia “Tirana admite entrar com tropas no Kosovo”, publicada no *Público* de 10.04.1999.

Este exemplo concreto merece um comentário mais pormenorizado. O título da notícia, “Tirana admite entrar com tropas no Kosovo”, é construído à volta de um verbo performativo, *admitir*. A valência semântica deste verbo implica a co-ocorrência de um agente com o traço de sentido [+Hum]³⁵. Neste caso, o sujeito não tem este traço (Tirana é uma designação geográfica). Contudo, a metonímia presente neste título é facilmente identificada, e o verdadeiro sujeito da frase surge sem problemas na leitura deste título: onde se lê Tirana, entende-se um ou vários membros do Governo do país, o que de imediato se confirma no corpo da notícia: o autor destas palavras é o Ministro albanês da Informação. A metonímia não traz, portanto, problemas para a leitura correcta do título.

³⁵ Esta descrição do predicado lexical segue o modelo da Gramática de Valências de Lucien Tesnière, considerado e aplicado em BUSSE & VILELA (1986), VILELA (1992), GARCÍA-MIGUEL (1995a e 1995b) e HELBIG e SCHENKEL (1991).

Interessante, neste ponto do trabalho, é olhar às implicações da presença deste verbo performativo para o modelo desta situação de comunicação, que acima se descreveu. ‘Admitir’ é uma acção verbal iniciada por um Locutor diferente do Locutor imediato desta notícia, a “voz” do jornalista Paulo Moura. Quando este acto de fala, levado a cabo por um outro Locutor, é mencionado neste texto, o seu Agente torna-se um co-locutor deste. Este produto discursivo está, assim, construído a várias vozes, ou seja, é um discurso polifónico, de acordo com a noção de polifonia de Perrin (1996: 135)³⁶:

[...] *la structure énonciative d’un discours monologique peut être polyphonique lorsque le locuteur fait écho à un discours ou à une opinion d’autrui [...]*

No texto noticioso em discussão, podem reconhecer-se dois planos, que correspondem a duas manifestações verbais distintas. A primeira, mais imediata, é aquela em que participam os dois seres de palavra, que poderíamos descrever como a “voz” do jornalista (Locutor), e o “tu” directamente interpelado por ela (Interlocutor). No plano imediatamente mais externo, a Situação de Comunicação Concreta, aquelas duas identidades discursivas corresponderiam, respectivamente, ao jornalista Paulo Moura e ao leitor anónimo da notícia do *Público*, ambos seres do mundo. Nesta interacção, o Objecto de Discurso do enunciado é ele próprio uma manifestação verbal distinta, que teve lugar num momento anterior do passado próximo, em que intervieram um Locutor e um Interlocutor distintos: a “voz” do Ministro do Interior albanês, e o “tu” simultaneamente individual e colectivo a quem aquele Locutor se dirigiu (as afirmações do Ministro do Interior foram proferidas numa entrevista ao *Público*, que se supõe ter sido representado pelo mesmo jornalista que delas dá conta nesta notícia; esta hipótese não é, contudo, confirmada no corpo da notícia).

³⁶ O conceito de polifonia de Perrin é um desenvolvimento da noção proposta por DUCROT (1984). Perrin não distingue, porém, como Ducrot, entre polifonia de enunciadores e polifonia de locutores, centrando-se apenas especificamente nesta última.

O Objecto de Discurso do texto “Tirana admite entrar com tropas no Kosovo” é, portanto, uma outra interacção discursiva, a que subjaz uma ordem tridimensional, análoga à que constrói esta notícia.

Esta construção conjunta e participada do discurso a várias vozes é recorrente no *corpus* analisado, uma vez que o conteúdo informativo dos textos se divide entre os acontecimentos no terreno e as iniciativas no plano político e diplomático. As vozes dos que travam a guerra nestas duas frentes distintas (os cidadãos comuns e os responsáveis políticos) são directamente citadas em muitos dos textos e não apenas mencionadas, como no caso do título do texto acima referido. Esta citação directa (a que se atribui a designação de *statement*, em sintonia com Bohlen 1994) é talvez uma das formas mais evidentes da construção conjunta de um discurso polifónico.

No *corpus* em análise encontram-se ainda outras duas situações de interacção discursiva, que correspondem a dois tipos de texto jornalístico diferentes, mas onde se encena um diálogo semelhante a várias vozes: a entrevista e o artigo de opinião (neste último englobam-se as colunas assinadas por colaboradores regulares dos jornais e as cartas dos leitores).

No caso da entrevista, há uma interacção particular, onde se identifica um Locutor e um Interlocutor, que procedem a uma construção participada de um Objecto de Discurso determinado. Esta interacção, no seu conjunto, é encenada no âmbito de uma outra interacção, onde, para além daqueles actores, participam outras vozes. Um exemplo concreto poderá ilustrar o que se acaba de afirmar. Na edição de 10 de Abril de 1999 do *Público*³⁷, é publicada uma entrevista a José Cutileiro, Secretário Geral da UEO (União Europeia Ocidental). A publicação é assinada pela jornalista Isabel Arriaga, que se supõe ter sido a entrevistadora do diplomata (na identificação das questões surge o nome do jornal, que se poderá decifrar metonimicamente como a jornalista). A entrevista é posteriormente publicada no diário, e esta versão difundida daquela interacção passa a contar com mais intervenientes: a par da “voz” da entrevistadora Isabel Arriaga, surge a “voz” da mesma jornalista

³⁷ Cf. *Público* 10.04.1999, secção “Destaque – Guerra nos Balcãs”, p. 8.

dirigindo-se a um Interlocutor diferente, o “tu” plural e anónimo, que no plano da Situação de Comunicação concreta constitui o universo de leitores do jornal. Em ambas as identidades discursivas assumidas pela jornalista está presente o seu estatuto de pertença a uma entidade discursiva colectiva, a “voz” do *Público*.

Na entrevista, há, assim, dois planos distintos do discurso a considerar: o plano da entrevista, propriamente dita, e o plano da sua difusão, que corresponde à sua publicação no jornal. São planos ontologicamente distintos, que se concretizam em momentos diferentes no tempo, mas interligados.

O contexto do artigo de opinião ou da carta do leitor é semelhante ao discurso polifónico da entrevista. Nestes textos colaboram dois Locutores diferentes as “vozes” do colaborador assíduo do jornal ou do leitor, por um lado, e a “voz” colectiva do conselho de redacção do jornal, a quem cabe a decisão de tornar pública uma opinião privada–, que se dirigem a um Interlocutor comum, inscrito no horizonte de expectativas de ambos os Locutores.

No discurso polifónico, a pluralidade de vozes pode corresponder a Locutores distintos na construção do acto discursivo (como nos exemplos referidos), mas pode também ser construída a partir das várias vozes do mesmo Locutor:

En effet, le locuteur peut mettre en scène, dans le discours qu’il produit, différentes voix qui correspondent à différents discours et à des points de vue différents: la sienne, au moment où il parle, la sienne au présent où au futur, celle de l’interlocuteur, celle d’un (ou de plusieurs) tiers défini ou indéfini ou même des points de vue généraux qui correspondent à une voix collective, imprécise, globale, jamais identifiée. (CAPUCHO 2000: 82)

A polifonia resultante da colaboração das várias vozes do mesmo Locutor pode estar presente nos artigos de opinião, quando, por exemplo, por detrás deste papel discursivo se encontra um Sujeito Falante, que, para além da sua identidade individual, se assume como membro de um grupo colectivo, em nome do qual emite um parecer sobre um dado estado de coisas.

Dois exemplos sublinham esta afirmação. Na carta de opinião “Krieg immer inhuman”, publicada na secção “Freie Aussprache” da edição de 16 de Abril de 1999 no *Frankfurter Rundschau* (p. 9), o leitor Dr. Hans-Walter Roth questiona os motivos apontados para a iniciativa de guerra da NATO no Kosovo. Através de marcadores morfo-sintácticos como o pronome indefinido ou o pronome pessoal e possessivo na primeira pessoa do plural, ele não escreve apenas em seu nome, mas assume-se como porta-voz de um grupo a que pertence, a sociedade (alemã), que visa igualmente como Interlocutor: «Wer in den letzten Tagen die Zeitungen liest, [...] Ein Krieg, und das lehrt uns die Geschichte [...] Tote Soldaten sind für unsere Versicherer Geschäftsgewinne.» Curiosamente, estes marcadores surgem a par de outros, que identificam o Locutor individual: «– so schrieb es mir gerade meine Versicherungsgesellschaft. [...] Mir scheint, unsere Demokratie ist defekt.³⁸»

No dia 13 de Abril, surge na secção “espaço público” do diário *Público* uma carta de opinião de um leitor³⁹, que, logo no início, assume uma identidade simultaneamente individual e colectiva: «Como português e defensor dos princípios da democracia e da força maior, apoio a intervenção da NATO na Jugoslávia.» O Locutor deste texto é a “voz” do leitor António Frazão, mas ao assumir-se como membro do grupo dos portugueses que apoiam a iniciativa de guerra no Kosovo, está a torná-los colocutores deste segmento do discurso.

Nos casos analisados, como na generalidade das situações, o discurso não é um acto isolado, mas de cooperação entre os seus intervenientes mais directos (o Locutor no presente ou em momentos distintos do passado ou do futuro e o Interlocutor), onde podem ainda participar terceiros ou mesmo vozes plurais, consensuais, mas imprecisas. No caso do texto do *Público*, “Tirana admite entrar com tropas no Kosovo”, o Locutor conta no seu discurso com a participação de uma terceira voz, alheia a si e ao Interlocutor, mas que faz parte do próprio objecto de discurso.

Num contexto discursivo, onde intervém um número mais ou menos reduzido de participantes, a primeira garantia de

³⁸ O sublinhado foi acrescentado ao original.

³⁹ “Apoiar a intervenção da NATO”, *Público*, 13.04.1999, p. 12.

coerência do discurso é o acordo entre Sujeito Falante e Locutor (no discurso monológico) ou entre ambos e os Locutores terceiros (no caso de um discurso polifônico). Este primeiro acordo ao nível da enunciação, que Auchlin (1993, 1996) designa por “accord intérieur” (acordo interior), é um equilíbrio entre duas instâncias distintas: o Sujeito Falante, um ser empírico, com um objectivo comunicativo, que pode assumir identidades múltiplas, mas externo ao acto discursivo específico, e o Locutor, um dos actores do discurso. O limite entre estas duas figuras nem sempre é fácil de traçar, já que se o Locutor inclui o Sujeito Falante, este determina o Locutor. Esta reciprocidade complementar é o centro do acordo interior, que Auchlin simplifica assim:

Je suis ce que je suis parce que je dis ce que je dis. Je dis ce que je dis parce que je suis ce que se suis. (AUCHLIN, 1996: 342)

Na enunciação discursiva real, a busca deste acordo manifesta-se, por exemplo, através de reformulações, que marcam um novo início da exposição. Se no discurso oral a reformulação é mais frequente, uma vez que se trata de uma forma mais imediata e espontânea de discurso, no texto escrito ela também marca presença através da paráfrase ou da redundância, sempre denunciando o propósito de optimização da relação entre Locutor e Sujeito Falante. Se este acordo é conseguido, ou seja, se o Locutor, entidade discursiva, actua em sintonia com o projecto de palavra do Sujeito Falante, e se simultaneamente estabelece um acordo com o seu Interlocutor (“double accord”), o resultado deste equilíbrio é um sucesso enunciativo, responsável pelo que Auchlin designa por “bonheur conversationnel” (felicidade conversacional).

La notion de bonheur conversationnel, introduite par B. Schieben-Lange (1983), désigne l'expérience affective intense et positive de bonheur associée à l'usage du langage, dans des conditions telles que l'on peut penser que l'activité langagière en est responsable. (AUCHLIN, 1993: 60)

A noção de felicidade conversacional assenta no pressuposto de que o uso do discurso pode, em determinadas circunstâncias, estar na origem de uma experiência de felicidade ou de infelicidade, unicamente associada ao uso da linguagem. A felicidade conversacional é, assim, toda a experiência positiva decorrente do uso a linguagem e joga-se no espaço discursivo entre Locutor e Interlocutor.

Esta noção pressupõe ainda uma ligação entre elementos emocionais e o uso do discurso, o que, no caso do Eufemismo, tem um papel central. Se o Eufemismo substitui uma designação directa, que, tal como a realidade que designa, é emocionalmente marcada como negativa, então pode entender-se que o Eufemismo é uma forma de prevenir uma eventual infelicidade conversacional, evitando, deste modo, o insucesso enunciativo.

No caso concreto do uso do Eufemismo nos textos de imprensa, importa, pois, considerar o modo como este recurso linguístico pode condicionar a relação entre Locutor e Interlocutor e influenciar a construção do discurso, visando o sucesso e a felicidade conversacional.

Retome-se o exemplo já atrás referido da notícia publicada em 10 de Abril de 1999 no *Público*. O título desta notícia (“Tirana admite entrar com tropas no Kosovo”) inclui uma expressão que se considera eufemística. *Entrar com tropas* é uma forma desviante de dizer *participar na guerra, combater* ou até *invadir*. Tratando-se da possibilidade de uma participação activa ao lado das tropas da NATO no caso de uma guerra terrestre no Kosovo, a expressão *entrar com tropas* revela apenas um aspecto deste envolvimento, ou seja, tem uma leitura simultaneamente metonímica e eufemística. A interrogação que fica prende-se, desde já, com os motivos que levam o Locutor a optar por um Eufemismo neste título em lugar de uma expressão neutra. A mesma dúvida instala-se relativamente à presença geral do Eufemismo nos relatos de imprensa sobre a guerra do Kosovo.

A escolha de uma expressão eufemística neste contexto não será decerto arbitrária. Ela é influenciada pelo horizonte de expectativas dos parceiros do discurso, da mesma maneira que pode condicionar o acordo entre eles e levar ou não à felicidade de um acto discursivo. Tendo em conta o que uma situação de

comunicação específica do texto jornalístico envolve, os recursos linguísticos seleccionados, nos quais se conta o Eufemismo, obedecem a motivações particulares e cumprem funções pré-determinadas no discurso.

É exactamente às motivações que levam ao uso do Eufemismo, ou seja à sua função ilocutória, que será dedicado o próximo ponto deste capítulo, que procurará responder a uma parte da questão levantada a início: porquê o Eufemismo nos textos de imprensa sobre a guerra do Kosovo?

2.2 Motivações inerentes ao uso do Eufemismo

A natureza da relação entre o Locutor e o Objecto de Discurso, entre o Locutor e o Interlocutor e ainda entre este e o mesmo Objecto de Discurso, condiciona em larga medida a construção do discurso, em sentido global, e reflecte-se igualmente em opções linguísticas particulares, como é o caso do uso do Eufemismo. O recurso a esta estratégia de substituição lexical não é arbitrário, mas definido em função de motivações ou intenções específicas por parte do Locutor, e que estão directamente associadas aos efeitos particulares que procura atingir junto do Interlocutor. Destas motivações fazem parte factores externos à linguagem, e que resultam em primeira linha da experiência de vida em comunidade, mas também factores inerentes à própria linguagem e que ditam o seu uso mais efectivo. São estes factores que, em conjunto, definem a formação discursiva inerente ao discurso da imprensa e que condicionam, num plano mais restrito, o uso de recursos linguísticos, como o Eufemismo.

2.2.1 Motivações externas à linguagem

As razões que levam à selecção de uma expressão eufemística num texto jornalístico devem procurar-se, antes de tudo, na natureza da relação entre a imprensa e a sociedade, enquanto condicionante à tradução linguística da realidade. Por outro lado, a opção pelo Eufemismo ou a decisão da sua exclusão no texto noticioso podem ser um sintoma da relação que na imprensa se estabelece entre linguagem e emoção.

2.2.1.1 Linguagem, sociedade e imprensa

Na sua origem, o Eufemismo surge na sequência do Tabu, sendo este de natureza religiosa ou metafísica. Assim, o Eufemismo

começa por ser motivado pela superstição, pelo receio associado a entidades metafísicas ou ainda por um temor respeitoso perante a religião. Se os tabus da sociedade ocidental de hoje diferem dos interditos ancestrais, não é menos verdade que eles continuam a desempenhar um papel importante nas relações interpessoais, afectando antes de tudo a construção da comunicação linguística.

As novas variantes do Tabu no contexto da sociedade ocidental contemporânea surgem primeiramente sob a forma de normas de conduta social, e como consequência o Eufemismo resulta de um desejo de evitar a vulgaridade ou a inconveniência. É neste contexto que são continuamente actualizadas as expressões de substituição da linguagem da delicadeza, por exemplo. A análise das motivações originais do Eufemismo é, por conseguinte, importante para que se possa compreender o Eufemismo de hoje e a sua ligação aos novos tabus:

Wie die magischen Tabus der Vorzeit, sind jedoch auch die gesellschaftlichen Tabus der heutigen Zeit auf sozial-psychologische Erscheinungen zurückzuführen. Sie erzeugen – bewusst oder unbewußt – Abwehrreaktionen, die sich auf sprachlicher Ebene in einer euphemistischen Ausdrucksweise manifestieren. (ZÖLLNER 1997: 109)

A primeira motivação para o uso do Eufemismo é, assim, de natureza psicológica ou expressiva⁴⁰ e diz respeito, antes de mais, à relação do Sujeito Falante com uma determinada realidade, que ele prevê ser semelhante à relação que com esta estabelece o Destinatário. A expressão de substituição eufemística é menos inibidora, na medida em que não cria as mesmas representações que a designação directa, ainda que ambas as designações se refiram ao mesmo estado de coisas. Deste modo, o Tabu é mantido sob o disfarce de uma referência indirecta, o que não compromete a continuação da sua validade. O Tabu só corre risco se for abertamente denunciado.

⁴⁰ Em sintonia com BLANK (1997: 394), distingue-se aqui entre *afectividade* e *expressividade*, enquanto formas de emocionalidade que ligam o Locutor ao Interlocutor e ao Objecto de Discurso, respectivamente.

Mit Hilfe einer solchen indirekten Äußerung, eines indirekten Ausdrucks kann somit gewährleistet werden, daß über bestimmte Gegenstände, Prozesse, Erscheinungen etc. der Wirklichkeit kommuniziert werden kann, ohne dabei ein Tabu zu verletzen. (BOHLEN 1994: 79)

Os objectos, processos ou fenómenos de que fala Bohlen são entidades tabu, designadas por palavras ou expressões igualmente interditas. Hoje em dia, porém, a hesitação do Locutor perante estas designações não é fruto da crença de que ao proferir estas palavras pode tornar-se no alvo de retaliações de entidades metafísicas. Na interacção discursiva comum, a força impulsionadora do Eufemismo é mais imediata e resulta do tipo de relação cooperante que os parceiros do discurso procuram construir. Neste sentido, a opção pelo Eufemismo em detrimento de uma designação directa revela o desejo de não ameaçar ou perder a face ou, pela positiva, de *salvar a face*. A noção de face, introduzida por Erwing Goffman, aproxima o contexto da interacção da encenação de uma peça de teatro, em que a cada um dos actores (ou parceiros da interacção) cabem determinados papéis, que ajudam a construir o seu perfil perante os outros:

Toute personne vit dans un monde social qui l'amène à avoir des contacts, face à face ou médiatisés, avec les autres. [...] On peut définir le terme face comme étant la valeur sociale positive qu'une personne revendique effectivement à travers la ligne d'action que les autres supposent qu'elle a adoptée au cours d'un contact particulier. (GOFFMAN 1974: 9)

Manter a face ou a representação de si perante si mesmo e sobretudo perante o outro pode ser uma razão para o uso do Eufemismo. Evitar através dele uma expressão tabu ajuda certamente a prevenir que seja afectada a sensibilidade do Interlocutor, que retribui mantendo o respeito perante a face do Locutor. De novo, no contexto da linguagem da delicadeza é possível encontrar inúmeros exemplos de expressões eufemísticas,

que contribuem para que a face não seja ameaçada, velando deste modo pela harmonia da interacção.

As motivações de natureza socio-psicológica e discursiva consideradas até aqui referiam-se ao contexto das interacções discursivas particulares, como as que resultam da convivência social quotidiana. Contudo, elas estão também presentes a uma escala mais alargada, como no caso da interacção que aqui mais interessa: o discurso mediatizado da imprensa. Neste contexto específico, podemos reconhecer um Sujeito Falante simultaneamente individual e colectivo que se dirige a um Destinatário anónimo e plural. Este procura no jornal informação sobre os acontecimentos que dia a dia vão fazendo a História, certo de que a informação mais imediata sobre esta é, em princípio, também a mais factual.

No caso da informação mediatizada sobre uma situação de guerra, como é o relato de imprensa sobre a guerra do Kosovo, o desafio que se coloca ao registo jornalístico é duplo. Por um lado, a guerra é um domínio tradicionalmente tabu, que toca de perto interditos colectivos, como a morte. Na referência a esta realidade, o Locutor vê-se confrontado com a necessidade de respeitar o Tabu, condição necessária à consideração mútua dos parceiros da interacção, e, por conseguinte, à salvaguarda da face. A forma mais recorrente de contornar assim o Tabu é fazendo uso de uma expressão eufemística. Bohlen, porém, contesta a aparente isenção desta saída:

Durch das Umgehen von Tabus in der zuletzt beschriebenen Form, also durch Euphemismen, ist es dem Sender (Sprecher/Schreiber) jedoch auch möglich, dem Rezipienten (Hörer/Leser) die Illusion zu vermitteln, daß er sich an existierende Tabus halte. Dies kann u. U. zu manipulativen Zwecken ausgenutzt werden. (BOHLEN 1994: 80)

De acordo com Bohlen, o Locutor mantém um aparente respeito pelos Tabus da comunidade, usando para os referir expressões que não lesem esses interditos. Para justificar esta opção, pode alegar utilizar expressões eufemísticas para defender os

sentimentos do Interlocutor, suavizar realidades desagradáveis ou até defender a segurança de uma pessoa, de um grupo ou mesmo de um Estado. Perante estes argumentos, claramente revelados em defesa do Interlocutor, a atenção deste é desviada da finalidade real e intencionalmente velada do Locutor: a manipulação. Através da linguagem, o Locutor alcança propósitos específicos que surgem num contexto extra-linguístico, social, e que pouco têm a ver com as suas funções primeiras, que Bohlen assim descreve:

[Sprache dient] *dem Austausch von Bewußtseinsinhalten zwischen den Menschen, wir haben hier also ihre kommunikative Funktion im Auge. [...] Die kognitive Funktion der Sprache betrifft hingegen die Erkenntnis der Welt mit Hilfe der Sprache. Kommunikative und kognitive Funktion werden auch als die Grundfunktionen der Sprache bezeichnet.* (BOHLEN 1994 : 80, 81)

A linguagem usada no discurso jornalístico serve a comunicação entre os dois parceiros da interacção. Simultaneamente, a mesma linguagem tem uma função cognitiva, já que é através das palavras escolhidas pelo Locutor que o Interlocutor toma conhecimento de uma determinada realidade. Neste sentido, a missão primeira do discurso jornalístico (e assim da linguagem com que é construído) é a informação. Contudo, há que considerar que a informação linguística, para além do seu conteúdo conceptual, é muitas vezes influenciada por juízos de valor, generalizações ou mesmo pela intenção de evocar no Interlocutor determinadas reacções emotivas, impulsionadoras de atitudes e comportamentos particulares. A objectividade da informação pode, portanto, ser comprometida, e a fronteira que a separa da manipulação adquire contornos ténues:

Information und Manipulation können [...] durchaus sehr eng beieinander liegen. Selbst eine Information, gezielt eingesetzt, kann bereits der Manipulation einer bestimmten Reaktion des Rezipienten, dem Hervorrufen einer bestimmten Haltung, Handlung oder Verhaltensweise, dem Suggestieren einer ganz bestimmten Bewertung, dem

beabsichtigten Schüren von Emotionen dienen [...].
(BOHLEN 1994: 82)

A eventual falta de isenção por parte do discurso jornalístico reside no duplo carácter factual e avaliativo da linguagem, mas acima de tudo no uso que o Locutor faz dela, isto é, na função ilocutória e perlocutória que lhe atribui. Por outras palavras, as reacções que uma determinada notícia evoca junto de quem a lê não é fruto deste duplo carácter da linguagem, mas antes de tudo da forma como é usada pelo jornalista, que não é alheio às possibilidades que ela encerra.

Naturalmente, a questão da manipulação linguística⁴¹ tem de ser relativizada, uma vez que seria incorrecto pensar que o leitor é deixado à mercê de intenções manipuladoras do jornalista. Embora possa haver grupos mais permeáveis à influência das palavras, outros há que as recebem de forma crítica e questionada. Por outro lado, é necessário considerar que há situações em que nem toda a informação disponível aos meios políticos e de informação pode ser tornada pública, sob risco de a sua divulgação poder comprometer determinadas acções políticas ou ameaçar a segurança individual e colectiva.

O desafio do poder de decisão sobre o que deve ou não ser tornado do domínio público, comum a jornalistas e a políticos, tem um preço: a responsabilidade que implica ocultar ou revelar certos factos.

*Eine [...] hohe Verantwortung tragen die Fernseh-,
Rundfunk- und Zeitungsjournalisten. Ihre Berichterstattung*

⁴¹ Veja-se, a este propósito, WOODROW (1996). Considere-se, ainda, a noção na perspectiva de FAIRCLOUGH (1998a: 537): «'Linguistic manipulation' is the conscious use of language in a devious way to control others.» A manipulação linguística, tal como é visível na retórica política ou na comunicação social, é o espelho de relações de poder, também estabelecidas pelo discurso. No caso dos media, a manipulação pode manifestar-se de duas formas: «Producers have power over audiences in that they can determine what is included or excluded and how people, objects and events are represented.» (FAIRCLOUGH 1998b: 696) Se a forma de representar a realidade escolhida como notícia contemplar o uso de expressões eufemísticas, estas podem ser um instrumento de manipulação, enquanto alternativas suavizantes ou desviantes a designações explícitas.

über innen- und außenpolitische Ereignisse, aber auch das Wichten, das eventuelle Weglassen oder Hinzufügen von Informationen haben nicht zu unterschätzende Auswirkungen auf die Rezipienten, also die Bürger [...]. Aufgabe der Politiker und Journalisten gleichermaßen muß es sein, den Menschen Sachkenntnisse zu vermitteln und nicht Sachzusammenhänge zu verschweigen oder diese zu verschleiern. (BOHLEN 1994: 84)

Esta responsabilidade é a mesma que assume o jornalista quando se decide pelo uso do Eufemismo. É precisamente neste compromisso entre a necessidade de manter um tabu colectivo e o dever de veicular uma informação objectiva e imparcial que reside o verdadeiro desafio do discurso da imprensa.

2.2.1.2 Linguagem e emoção: o impacto emocional do discurso de imprensa

Uma das marcas do equilíbrio entre o respeito pelos tabus socialmente instituídos e o objectivo de uma informação acurada, que diariamente desafia a imprensa, é a forma como esta trata assuntos susceptíveis de causar uma resposta emocional forte, isto é, a maneira como na imprensa é gerida a relação entre linguagem e emoção. No âmbito da Linguística, colocam-se duas possibilidades de análise desta relação. Por um lado, pode constituir objecto de estudo a linguagem em que se exprimem as emoções e que constitui a tradução da sua organização conceptual. Neste domínio, têm já uma representação significativa vários estudos no domínio da Linguística Cognitiva⁴². Por outro lado, pode ser analisado o valor emotivo da linguagem, isto é, a gestão emocional que as palavras impõem. É nesta perspectiva que se insere a abordagem de significados avaliativos, positivos e negativos, os conceitos tabu e o Eufemismo. Na verdade, é a relação psicologicamente motivada entre o que se diz e a resposta emocional evocada pelas palavras que determina que haja lexemas e expressões negativamente marcados (os tabus linguísticos), de tal forma que tenham de ser substituídos por outros que evoquem uma reacção emocional diferente, menos negativa (os eufemismos).

No caso concreto da imprensa, uma análise da relação entre linguagem e emoção leva à investigação do sistema de inferências responsável pelo impacto emocional dos textos. Os meios linguísticos que originam este impacto são usos lexicais emocionalmente marcados. Frequentemente, estes lexemas não coincidem com o léxico descritivo das emoções, mas antes são escolhas lexicais emocional ou avaliativamente neutras, que evocam, contudo, determinados estados emocionais.

Num texto acerca da linguagem emocional nos textos de imprensa, Ungerer (1997) refere um conjunto de princípios de

⁴² Cf., entre outros, os estudos de KÖVECSES (1986, 1990, 1995 e 2000), de ATHANASIADOU e TABAKOWSKA (1998) e ainda de NIEMEIR e DIRVEN (1997).

inferência emocional, que regulam o grau de emotividade de um texto noticioso. O primeiro, o *princípio da proximidade*, é um critério básico de condicionamento emocional perante uma notícia. Se esta diz respeito a um evento geográfica ou socialmente próximo, é natural que a atenção dedicada seja maior e a eventualidade de uma resposta emocional também mais relevante do que no caso de um acontecimento espacial ou culturalmente distante. Ungerer (1997: 314) traduz este princípio com a fórmula de oposição entre “nós e eles” («'Us & them' principle»), que nos textos é indiciada por deícticos ou por nomes próprios (por vezes abreviados). No caso de notícias onde o princípio não se aplica em termos geográficos (acontecimentos que têm lugar num espaço distante daquele onde se encontra o leitor), a aproximação é conseguida pela personalização dos eventos, isto é, estes são relatados na perspectiva de uma pessoa neles envolvida. Embora em todos os jornais do *corpus* em análise se encontrem casos pontuais desta aproximação por personalização, o diário alemão *Bild-Zeitung* é o que mais explora esta estratégia. Como exemplo, nas quatro primeiras das seis edições analisadas, uma das reportagens principais centra-se na figura de uma criança albanesa, Albenite. Esta menina de três anos, órfã no decurso da guerra, e refugiada na Alemanha no âmbito de uma campanha de ajuda organizada pelo jornal *Bild-Zeitung*, assegura duas primeiras páginas neste diário (10 e 12 de Abril) e duas reportagens significativas nas edições seguintes.

Outro princípio de inferência emocional na imprensa é o *princípio da animacidade*, que o autor designa também por *homocentrismo*. A resposta emocional, segundo este critério, é maior relativamente a notícias que digam respeito a seres humanos, quer sejam marcadas por um valor positivo ou negativo. Dado que, tal como noutros domínios da realidade, os aspectos negativos tendem a salientar-se mais do que os positivos, também no contexto dos textos noticiosos a referência a eventos negativos origina uma resposta emocional mais intensa. A animacidade é tematizada em contextos de morte (associada à guerra, a acidentes ou a catástrofes naturais), e a marca linguística desta tematização é o léxico descritivo de situações de catástrofe.

O *princípio do grau e do número* determina que uma notícia tem maior impacto emocional, se disser respeito a pessoas importantes ou se retratar um elevado número de pessoas. Se a notícia for sobre morte, será mais impressionante se o número de vítimas for elevado. Por outro lado, a relevância de uma notícia acerca de uma personalidade pública pode desencadear uma resposta emocional mais intensa. Esta estratégia resulta da exploração de aspectos sociais. No *corpus* em análise, os exemplos mais recorrentes desta estratégia dizem respeito a figuras políticas, importantes para o desenrolar dos acontecimentos da guerra. Contudo, de novo no diário *Bild* encontra-se um exemplo da exploração emocional orientada pelo princípio de grau, com base na exploração de aspectos sociais. Trata-se de uma notícia sobre a fuga do filho do Presidente Milosevic para a Grécia⁴³, facto que o jornal coloca em contraste aberto com o recrutamento de jovens jugoslavos da mesma idade.

Os princípios enumerados até aqui são incluídos por Ungerer (1997) num primeiro leque, a que o autor atribui a designação de factores de selecção e relevância noticiosa. Para além destes, Ungerer considera ainda a actuação de outro conjunto de princípios, responsáveis pelo processamento de informação no âmbito de uma notícia. O primeiro de entre estes é o *princípio da avaliação emocional*. Baseado em normas culturais, este princípio permite uma primeira avaliação dos acontecimentos em termos de critérios binários de distinção entre bom e mau ou certo e errado. A segunda avaliação contemplada neste princípio resulta de uma orientação ou sugestão emocional explícita, materializada em vocabulário avaliativo. A emoção assim despertada é determinada pelo primeiro conjunto de princípios de inferência emocional (proximidade, animacidade e grau e número). A fonte de exemplos deste princípio é, de novo, o *Bild-Zeitung*. A 15 de Abril, o jornal publica uma reportagem sobre um soldado sérvio desertor, onde para além de evidenciar a influência do princípio da proximidade, recorre a vocabulário avaliativo e culturalmente marcado, que condiciona a avaliação e reacção emocional perante os factos

⁴³ In: "...und Milosevics Sohn floh ins sonnige Griechenland", *Bild*, 12.04.1999, p. 2.

relatados. Considerem-se, como exemplo, os excertos desta reportagem:

*Der junge **Familienvater** war seinem Gewissen gefolgt, hatte sich geweigert, 25 **weinende** Albaner-Frauen und Kinder **kaltblütig** zu erschießen! Der **Gewissens-Held** wird jetzt von Greifern des Diktator als “Deserteur” gesucht. [...] Die **erschütternde** Geschichte des **braven** Soldaten Bozidan.*⁴⁴

Os lexemas destacados a negrito oferecem uma amostra do condicionamento avaliativo e emocional que marca a totalidade da reportagem. Ao referir-se ao soldado sérvio na sua qualidade de pai de família, o jornal salienta o seu lado humano assente no valor cultural da família, desviando para segundo plano a sua condição de militar. Este lado humano é sublinhado pela sua consciência, que o leva a recusar matar friamente vítimas indefesas (papel culturalmente atribuído a crianças e mulheres), que choram perante ele. A imagem que o jornal veicula é a de um homem de valores, íntegro. E a sua deserção, um aspecto normalmente negativo na carreira de um militar, não é considerada negativa, porque obedece a valores incontestavelmente mais elevados e culturalmente reconhecidos, nomeadamente o respeito pela vida (neste caso, a mesma vida que a NATO escolheu defender, os albaneses do Kosovo). Neste sentido, este soldado é apontado como herói, na reportagem. A leitura que fica deste texto é a de que existem dois lados opostos nesta guerra, os “bons” e os “maus”, uma concepção universal de conflitos, aplicável desde os contos de fadas até às guerras contemporâneas⁴⁵. Acções consideradas, à partida, negativas, como a deserção, ganham uma dimensão positiva, pela acentuação de factores humanos.

No âmbito do processamento emocional das notícias, outro factor importante é a influência do *principio da intensidade da apresentação*. Neste sentido, uma descrição drástica de uma

⁴⁴ In: “Serbischer Soldat: ‘Ich werde gejagt, weil ich nicht auf Flüchtlinge schießen wolte’”, *Bild*, 15.04.1999. (O negrito foi acrescentado ao original.)

⁴⁵ Cf. o papel da metáfora conceptual O CONTO DE FADAS DA GUERRA JUSTA na conceptualização da guerra (secção 3.1.2. do capítulo 3).

situação, sublinhada pela referência de detalhes, é passível de causar um impacto emocional maior. Segundo este princípio, a apresentação noticiosa de um evento não se limita a comunicá-lo, mas destaca os seus aspectos emocionais, o que lhe permite atingir um efeito emocional maior.

Semelhante ao anterior, o último princípio descrito por Ungerer é o *princípio do conteúdo emocional*, isto é, a estratégia de referência explícita de conteúdos emocionais. Esta descrição emocional é descodificada por comparação com a informação armazenada na memória, nomeadamente no que se refere à adequação da resposta emocional. Assim, a emoção descrita na notícia despertará uma reacção emocional relacionada. De novo, os exemplos mais significativos encontram-se no diário alemão *Bild-Zeitung*. Como exemplo, veja-se uma das reportagens acima referidas, acerca da órfã refugiada na Alemanha:

*Diese blaue Augen – sie haben den Krieg gesehen. Einen schrecklichen Krieg. Bestialisch, mörderisch, blutig. [...] Papa ist tot. Papa, der in Deutschland das Geld für die Familie verdienen wollte. [...] Als sie hörten, daß Bild die drei nach Deutschland holen will, haben sie Albenite, die Großmutter und das Schwesterchen mit dem Hubschrauber rausgeholt. [...] Sie nehmen Abschied. Von den freundlichen Italienern. Von den schrecklichen letzten Monaten.*⁴⁶

O processamento emocional da acção de resgate desta órfã albanesa é grande, pela conjugação de princípios no texto noticioso. Além da proximidade emocional que uma notícia com rosto de criança desencadeia, o impacto emotivo é ampliado pela descrição dos eventos na perspectiva da criança e das emoções que ela vai experienciando nos diferentes momentos desta acção de resgate.

É difícil encontrar motores emocionais tão eficazes nos restantes jornais em análise. As reportagens publicadas, mesmo as que abordam problemas de carácter humanitário, apresentam as pessoas afectadas como um grupo anónimo, sem destacar um rosto

⁴⁶ In: “Kleine Albenite – für dich ist der Krieg jetzt vorbei!”, *Bild*, 12.04.1999, p. 3. (O negrito foi acrescentado ao original.)

ou salientar um nome, e sem lugar para a revelação explícita de avaliações ou conteúdos emocionais.⁴⁷

Ungerer refere que os vários princípios de inferência emocional podem ser expressos sob a forma de máximas, em analogia às máximas conversacionais de Grice⁴⁸, tal como se pode verificar na tabela a seguir.

⁴⁷ No *Correio da Manhã* de 13 de Abril encontra-se uma reportagem sobre uma criança desaparecida, uma história que se dilui ao longo do texto no relato sobre a situação dos refugiados kosovares. O conteúdo emocional explorado no texto é reduzido, e a frase a seguir é o único sinal de intensidade da apresentação: «Ninguém sabe como se chama, nem onde estão os pais e nem como a **pobre** criança sobreviveu ao caos [...]». (In: “Bebé kosovar perdida na Albânia”, *Correio da Manhã*, 13.04.1999, p. 27.)

No *Público* e no *Frankfurter Rundschau* não se registam casos comparáveis de processamento emocional nos reduzidos casos de reportagens sobre pessoas singulares afectadas pela guerra. Veja-se, como exemplo, a reportagem “B. perdeu a virgindade numa garagem”, no *Público* de 14 de Abril, ou o texto “Mit einem toten Baby im Arm die Grenze erreicht”, publicada no diário alemão de 16 de Abril. Nestes casos, o que sobressai é a ausência de vocabulário avaliativo e emocional explícito, bem como de sinais gráficos que apoiem uma opinião parcial sobre os factos.

⁴⁸ Cf. Thomas, in ASHER e MEY (1998: 171-175).

Primeiro conjunto: princípios de selecção ou relevância

1. Princípio de proximidade
Centra-te no que está próximo do leitor
2. Princípio da animacidade
Centra-te no que é ameaçador ou gerador de vida para o ser humano
3. Princípio do grau e do número
Centra-te no que diz respeito a muitas pessoas ou a figuras importantes

Segundo conjunto: Princípios de processamento

4. Princípio da avaliação emocional
Proporciona avaliações baseadas nas normas da tua cultura
 5. Princípio da intensidade da apresentação
Sê drástico
 6. Princípio do conteúdo emocional
Refere explicitamente aspectos emocionais dos eventos
-

Fig. 6 – Princípios e estratégias de inferência emocional em textos noticiosos (UNGERER 1997: 314).

Com base nestes princípios de inferência emocional, é possível ensaiar uma análise comparada mais sistemática dos quatro jornais em estudo. O acontecimento seleccionado para esta comparação foi o bombardeamento levado a cabo por engano por um piloto da NATO, que acreditando estar a bombardear tropas sérvias, viria a atingir uma coluna de refugiados albaneses no Kosovo. Este acontecimento constituiu um dos momentos mais marcantes da guerra e inflamou um debate já por si aceso acerca da legitimidade de toda a situação.

A tabela seguinte dá conta dos elementos que denunciam a observação dos princípios anteriormente descritos nas reportagens publicadas nas edições de 16 de Abril dos quatro jornais.

JORNAIS	<i>Público</i> ⁴⁹	<i>Frankfurter Rundschau</i> ⁵⁰	<i>Correio da Manhã</i> ⁵¹	<i>Bild-Zeitung</i> ⁵²
---------	------------------------------	--	---------------------------------------	-----------------------------------

⁴⁹ “A NATO lamenta e continua a bombardear”, *Público*, 16.04.1999, p. 2-3.

PRINCÍPIOS

Proximidade	NATO vs. Milosevic	NATO vs. Milosevic Alemanha vs. NATO	NATO vs. Milosevic	NATO vs. Milosevic Alemanha vs. NATO
Animacidade	peessoas afectadas	peessoas afectadas, imagem de albanês ferido	peessoas afectadas, imagem de pessoas mortas	peessoas afectadas, imagem de um homem morto, imagem de duas crianças feridas
Grau e número	“75 mortos e 26 feridos”	“75 mortos”, “35 feridos”	“dezenas de vítimas mortais”	“75 mortos”
Avaliação Emocional	neg. “erro” “grave falha” (NATO) “incidente” (NATO) “massacre premeditado” (Sérvia)	neg. “Unfall” (NATO)	neg. “erro trágico” “trágico incidente”	neg. “das furchtbare Blutbad” “der schreckliche Irrtum”
Intensidade de apresentação	“colunas de refugiados desfeitas por bombas” “imagens de horror, de corpos desmembrados, desfigurados”	---	---	“Die Straße färbt sich rot” uso do presente do indicativo pontos de exclamação em frases nominais
Conteúdo emocional	“a NATO lamentou profundamente” “a NATO fez um <i>mea culpa</i> ” “pedido de desculpas” “a NATO afirmou que a inteira	“Die Allianz bedauerte den ‘Unfall’” Dennoch liege die Verantwortung für die Umstände (...) bei Jugoslawiens Präsidenten	“A NATO admitiu a sua responsabilidade pelo ataque” “A NATO já lamentou este trágico acidente”	“NATO-Sprecher [...] gestern: ‘Wir bedauern jeden Schaden [...] zutiefst.’” Kein deutsches Flugzeug an der Aktion beteiligt

⁵⁰ “Nato gibt Bombenangriff auf Zivilisten zu”, *Frankfurter Rundschau*, 16.04.1999, p. 1.

⁵¹ “Nato admite erro trágico”, *Correio da Manhã*, 16.04.1999, p. 24.

⁵² “NATO-Pilot: Ich sah dunkelgrüne Fahrzeuge – da warf ich die Bombe”, *Bild*, 16.04.1999, p. 3.

	responsabilidade deste incidente é do presidente jugoslavo”	Slobodan Milosevic.” “deutsche Flieger nicht beteiligt”	“os aliados não deixam de atribuir a culpa deste acidente ao presidente jugoslavo”	
Emoção invocada no leitor	pena, indignação	pena, indignação, desresponsabilização (directa)	pena, indignação	choque, pena, responsabilização / culpabilização directa (soldado americano), desresponsabilização

Fig. 7 – Análise dos princípios de inferência emocional em quatro reportagens sobre o ataque da NATO a uma coluna de refugiados albaneses.

Relativamente ao princípio da proximidade, é certo que o Kosovo não é um território geograficamente próximo da Alemanha e menos ainda de Portugal, pelo que as acções de guerra que aí decorrem não afectam directamente o leitor em ambos os países. Assim, este princípio é observado de duas formas alternativas. Por um lado, pela aproximação do leitor aos destinos individuais de cidadãos comuns afectados pelo ataque aéreo. A primeira reacção emocional é activada pela selecção de imagens de vítimas reais, tão anónimas e comuns como o leitor, e com cujo destino este se identifica. Este factor de empatia é mais explorado no diário alemão *Bild-Zeitung*, que faz acompanhar a reportagem de uma imagem de duas crianças feridas, uma das quais terá perdido os pais no acidente. Por outro lado, o princípio da proximidade resulta de uma definição de limites entre “nós” e “eles”. Nestes textos, estes papéis podem ser preenchidos de duas formas diferentes: os países da NATO e a Sérvia, ou Portugal / a Alemanha e a NATO. Em ambos os casos, é com os primeiros elementos que se identifica o leitor. A oposição entre o país individual e os aliados da NATO é mais notória nos diários alemães, onde se verifica a preocupação em assegurar a não intervenção de soldados alemães neste ataque não intencionado. De resto, a reportagem do diário alemão *Bild-Zeitung* revela claramente (embora não de forma explícita) a nacionalidade

do piloto responsável pelo bombardeamento: «Der Kampfflieger (spricht mit amerikanischem Akzent) berichtet».

O princípio da animacidade ganha especial relevo numa notícia que trata literalmente um tema de vida e morte. Para além da referência às pessoas surpreendidas pelo ataque, quando procuravam fugir do inimigo sérvio, em todos os jornais há espaço a imagens de pessoas feridas e mortas neste ataque. A excepção apresenta-a a reportagem do *Público*, que se faz acompanhar de uma imagem do porta-voz oficial da NATO, a braços com a espinhosa tarefa de justificar o acidente. Aliás, é a partir deste contexto concreto da declaração oficial da NATO que no *Público* se procede à narração do acidente.

O princípio do grau e do número é visível na contagem das vítimas deste ataque. O número exacto de mortos, a par de dados não coincidentes em relação aos feridos, tornam este acontecimento relevante enquanto tema de notícia e ainda significativo pelo seu valor emocional.

Nas quatro reportagens em causa, há consenso quanto ao princípio da avaliação emocional: o evento é avaliado negativamente em todos os jornais, mudando apenas a retórica desta qualificação. Por vezes são citadas directamente fontes oficiais de ambos os lados envolvidos na guerra, que qualificam negativamente o bombardeamento, embora vendo nele aspectos negativos diferentes (nomeadamente em relação à responsabilidade pela causa directa).

Esta avaliação emocional do acontecimento é sublinhada por estratégias diversas, no âmbito da observação do princípio da intensidade da avaliação. Neste sentido, o *Público* inclui na sua reportagem alguns detalhes chocantes, embora de forma indirecta: o ponto de partida para a reportagem é a forma como a NATO lida oficialmente com o sucedido, pelo que a referência aos detalhes é secundária e surge no relato acerca da forma como eles foram transmitidos por outros órgãos de informação. O *Frankfurter Rundschau* e o *Correio da Manhã* não apresentam nas suas reportagens detalhes dramáticos do sucedido. Já o *Bild-Zeitung* é o diário que recorre a mais e mais diversificadas estratégias, tornando mais drástico o seu relato da situação: vocabulário chocante («Die Straße färbt sich rot von Blut»), recurso ao presente do indicativo,

sugerindo ao leitor um acompanhamento em directo dos acontecimentos, e ainda frases nominais, acrescidas de um uso, algo exagerado neste tipo de texto, de pontos de exclamação («Das furchtbare Blutbad in einem Flüchtlingstreck im Kosovo – der schreckliche Irrtum eines NATO-Bomberpiloten!»).

Em relação ao processamento do conteúdo emocional, as quatro reportagens recorrem a expressões que descrevem o reconhecimento de culpa por parte da NATO pelo acidente. O *Público*, o *Frankfurter Rundschau* e o *Correio da Manhã* relatam ainda a forma como a responsabilização por acidentes como este é imputada a uma pessoa, Slobodan Milosevic⁵³. Os dois diários alemães tranquilizam o leitor, informando-o de que nenhum soldado nacional participou na acção. O *Bild-Zeitung* vai mais além, indiciando que o responsável pelo bombardeamento, ouvido pelos jornalistas em depoimento gravado, tem sotaque americano.

Da presença e interacção destes princípios de inferência emocional, as quatro reportagens procuram despertar emoções diversas no leitor, algumas das quais comuns aos quatro jornais, tais como a pena pelas vítimas, e a indignação perante as circunstâncias. Dado o contexto particular desta guerra, nomeadamente no que respeita à divergência de opiniões acerca da sua legitimidade e razão de ser, esta indignação pode ter por alvo os sérvios (culpabilizados pela NATO por todos os acontecimentos no Kosovo, inclusive por aqueles que resultam da acção directa da organização), ou a própria NATO, se a opinião do leitor for desfavorável à intervenção dos aliados no Kosovo.

Do que fica dito nesta secção, é possível tecer algumas conclusões acerca da linguagem emocional na imprensa e o impacto que esta tem junto do leitor, nomeadamente no que se refere ao tipo de jornal em causa. Assim, se a chamada imprensa de qualidade se baseia nos princípios do grau e do número para identificar um evento como emocionalmente relevante, os jornais populares observam para o mesmo fim os princípios da proximidade e da

⁵³ No capítulo seguinte retomar-se-á esta estratégia eufemística de referência metonímica ao Presidente jugoslavo, por oposição ao anonimato da NATO, relacionando-a posteriormente com a metáfora do CONTO DE FADAS DA GUERRA JUSTA, que oferece uma justificação moral para a guerra, pela necessidade de combater um vilão e de proteger uma vítima.

animacidade. Se os jornais de qualidade evocam, normalmente, emoções secundárias⁵⁴, dirigidas a terceiros e baseadas em valores culturais, os jornais populares «will stop short of inciting any particular emotion and be satisfied with creating an unspecified state of emotional arousal.» (UNGERER 1997: 325) A imprensa de qualidade deixa, em geral, as inferências emocionais à capacidade avaliativa do leitor, enquanto a imprensa popular recorre com maior frequência a adjetivos avaliativos, itens lexicais com conotações positivas ou negativas e mesmo a sinais gráficos, influenciando, deste modo, a resposta emocional perante os eventos.

Perante este cenário de processamento emocional da informação na imprensa e do papel que neste desempenha a linguagem, resta ver de que forma se manifesta o Eufemismo nos dois tipos de imprensa e qual o papel da substituição no impacto emocional dos textos. Retomando as reportagens atrás analisadas, publicadas no mesmo dia nos jornais em análise, o texto do *Público* é o que apresenta uma maior ocorrência de estratégias de substituição eufemística, entre alterações lexicais e recursos sintáticos: 15 ocorrências. O *Frankfurter Rundschau* conta com 9 casos de Eufemismo, enquanto o *Correio da Manhã* revela 6 expressões, e o *Bild-Zeitung* apenas 3. Perante estes resultados, a questão poderia colocar-se, se o reduzido número de expressões de substituição, que se traduz numa reprodução linguística mais directa dos acontecimentos, corresponde a um tipo de texto informativo mais rigoroso ou acurado. Contudo, uma análise da forma como é tratado o conteúdo emocional dos temas de notícia e o seu impacto emocional junto do leitor permite concluir que o Eufemismo, enquanto forma não explícita de retrato da realidade, pode resultar como estratégia de contraponto a recursos utilizados num processamento intensamente emocional das notícias. O controlo do conteúdo emocional, possível, de entre outras formas, através do Eufemismo, pode orientar o texto noticioso para outros aspectos

⁵⁴ Ungerer (1997: 319-320) distingue entre emoções básicas e secundárias. As primeiras, embora não possam ser vistas como categorias universais, são contudo abrangentes no âmbito de um contexto cultural: «JOY/HAPPINESS, DESIRE/LOVE, DISGUST/HATE, ANGER, SADNESS, and FEAR.» As emoções secundárias, que o autor aponta como mais ligadas às normas culturais do que as primeiras, compreendem categorias como «SHAME, EMBARRASSMENT, PITY, PRIDE, and ADMIRATION».

dos acontecimentos, que determinem a sua relevância enquanto temas de informação.

2.2.2 Motivações linguísticas: expressividade, eficiência e mudança linguística

Para além das motivações extra-linguísticas, até aqui apontadas, e que advêm em primeira linha do facto de o discurso jornalístico ser um discurso mediatizado e por isso eminentemente social, presidem ao uso do Eufemismo motivações inerentes à dinâmica de funcionamento da linguagem. Considerar-se-ão neste ponto dois princípios gerais da comunicação, que, para além desta, orientam especificamente a formação e o uso do Eufemismo: a expressividade e a eficiência comunicativas. Dado que estes princípios influenciam a dinâmica da mudança linguística, na qual se inclui a mudança semântica, considerar-se-á ainda neste ponto a importância do Eufemismo enquanto mecanismo de mudança linguística e a forma como esta evolução condiciona e limita a sua existência. Para esta reflexão tomar-se-ão por referência dois estudos de Geeraerts (1983 e 1997), referidos e comentados em Blank (1997 e 1999).

A principal motivação do Locutor ao iniciar um acto linguístico é comunicar da forma mais bem sucedida, com o mínimo esforço linguístico possível. Para tal, ele serve-se de estratégias várias, que podem estar orientadas para si enquanto Locutor ou antes para o Interlocutor. As estratégias orientadas para o Locutor visam tornar a comunicação mais eficiente, reduzindo o esforço linguístico, e estão implícitas na criação de analogias ou no uso de metáforas ou metonímias conceptuais, por exemplo. As estratégias orientadas para o Interlocutor procuram assegurar um correcto entendimento por parte deste daquilo que o Locutor procura exprimir, que é condição necessária à influência do Interlocutor em favor do Locutor. O sucesso comunicativo ultrapassa, deste modo, o nível estritamente linguístico, e marca igualmente o nível interaccional do discurso. Para ele contribuem

os dois princípios da comunicação – a expressividade e a eficiência – que Blank distribui desta forma:

While speaker-oriented strategies are more or less used to increase communicative efficiency, hearer-oriented strategies seem, furthermore, to be oriented towards the communicative principle of expressivity. (BLANK 1999: 64)

Um olhar mais atento a estes dois princípios e à relação que estabelecem com cada um dos parceiros da interacção discursiva, deixa adivinhar uma certa contradição. Por um lado, o princípio da eficiência induz o Locutor a procurar comunicar com o mínimo esforço conceptual e linguístico possível; por outro lado, o factor da expressividade leva-o a expressar-se de uma forma mais extensiva, tendo em atenção o efeito do discurso no Interlocutor.

Das Effizienzprinzip läßt die Sprecher danach streben, beim Sprechen den geringsten möglichen kognitiven und sprachlichen Aufwand zu treiben; das Expressivitätsprinzip bringt sie dazu, mit Blick auf die Wirkung der Rede auf den Hörer aufwendiger zu versprachlichen. (BLANK 1997: 362)

Além desta contradição dicotómica, as palavras de Blank deixam adivinhar que a oposição entre os dois princípios da comunicação em análise se dá a dois níveis distintos, mas complementares: a conceptualização e a expressão formal. Geeraerts aborda também a mesma questão. Numa perspectiva de investigação integrada de Semântica, Lexicologia Histórica e Linguística Cognitiva, o autor procura relacionar a eficiência e a expressividade com a mudança linguística, estudando os efeitos destes princípios ao nível do conteúdo (do significado) e da expressão (da forma). Criando uma intersecção entre os princípios e as duas componentes integrantes do signo linguístico, Geeraerts (1983) chega a dois tipos de expressividade e duas formas de eficiência:

1. *Eficiência conceptual*: consiste na rentabilização das estruturas de conceptualização já existentes, a que se recorre em novos momentos de conceptualização e de expressão (este é o caso da metáfora e da metonímia conceptuais: processos de conceptualização de estados de coisas por referência a realidades já conceptualizadas⁵⁵);
2. *Eficiência formal*: trata-se de um processo de economia linguística, que permite ao Locutor reduzir o esforço linguístico ao essencial, evitando uma eventual redundância supérflua de informação (como no caso da elipse) e a ambiguidade (como numa situação de homonímia);
3. *Expressividade conceptual*: traduz-se na expressão de conceitos novos, quer sejam o resultado de uma mudança objectiva da realidade, ou surjam na sequência da alteração de perspectiva subjectiva sobre esta. A expressividade conceptual é visível na linguagem através de empréstimos linguísticos, processos de composição lexical ou ainda na mudança semântica;
4. *Expressividade formal*: esta é uma causa estilística da mudança lexical, que leva à realização de novos processos de composição, à criação de sinónimos expressivos para suprir necessidades retóricas ou ainda pela criação de novos lexemas, em alternativa a empréstimos linguísticos.

Numa perspectiva de estudo acerca da relevância da expressividade e da eficiência no processo da mudança linguística, Blank aponta algumas limitações a esta proposta de Geeraerts:

Für die letzten beiden Typen [expressividade conceptual e expressividade formal] gibt Geeraerts keine konkreten Beispiele – und generell muß man sagen, daß seine Ausführungen mangels sprachlicher Belege sehr im Allgemeinen bleiben. (BLANK 1997: 361)⁵⁶

⁵⁵ As noções de metáfora e metonímia conceptuais serão retomadas de forma mais extensiva no próximo capítulo.

⁵⁶ Na continuidade da sua proposta apresentada em 1983, Geeraerts (1999) desenvolve a sua posição inicial, acrescentando-lhe algumas alterações, nomeadamente no que diz respeito à distinção entre prototipicidade e

Contudo, e uma vez que a finalidade do capítulo deste trabalho não é o estudo da mudança linguística, mas sim a análise das motivações na origem da expressão eufemística, interessa para já considerar em que medida os dois princípios da comunicação ajudam a explicar a origem do Eufemismo.

De um ponto de vista estritamente objectivo, o Eufemismo não é um recurso linguístico necessário, na medida em que ele surge em substituição de uma designação já existente e mais directa. Neste sentido, o Eufemismo não resulta da aplicação do princípio da eficiência, quer conceptual, quer formal. Recorde-se que este princípio assenta na optimização de recursos conceptuais e na eliminação de redundâncias estilísticas e formais.

iconicidade/isomorfismo, relacionando-os já não com a expressividade e a eficiência comunicativas, respectivamente, mas considerando-os antes como dois tipos de factores de mudança linguística associados ao princípio da eficiência comunicativa (ora orientada para o falante, ora para o ouvinte). Silva (2000: 3) dá conta deste desenvolvimento: «São as inovações linguísticas as estratégias de que os falantes se podem servir para conseguirem ou aumentarem o seu sucesso comunicativo. E estas estratégias podem orientar-se ora em benefício do locutor, reduzindo o seu esforço linguístico e aumentando a sua eficácia comunicativa, ora em benefício do alocutário, evitando eventuais factores de distúrbio e assegurando a compreensão correcta.»

Ao contrário do que possa parecer, esta proposta de Geeraerts não negligencia, contudo, o papel da expressividade na mudança lexical. O autor afirma a este respeito: «the present framework makes explicit the asymmetrical relationship between expressivity and efficiency that was inherent in my original proposals (see Blank 1997: 362): expressivity is always a primary cause of change, whereas efficiency involves the choice of the linguistic means realizing the expressive intention.»

A mudança semântica processa-se, assim, em consequência de factores mentais e interaccionais, relacionados com a categorização da realidade com base em protótipos, por um lado, e com as estratégias de optimização comunicativa, por outro. O motor do processamento contínuo desta mudança é, em sintonia com Keller (1994: 100-101), um “processo de mão invisível”: «Eine Invisible-Hand-Erklärung erklärt ihr Explanandum, ein Phänomen der dritten Art, als die kausale Konsequenz individueller intentioneller Handlungen, die mindestens partiell ähnliche Intentionen verwirklichen.» Ou seja, a mudança linguística é o resultado causal de inúmeros actos comunicativos particulares, subjacentes a intenções individuais, que integram uma força não intencional no seu todo, mas que segue uma orientação comum.

À semelhança da sinonímia, o Eufemismo surge antes da observação do princípio da expressividade, nomeadamente na sequência de uma alteração da perspectiva subjectiva (individual ou colectiva) acerca de um dado estado de coisas, e ainda em atenção ao efeito do discurso no Interlocutor. O Eufemismo é a resposta a necessidades de natureza conceptual (e formal) que surgem quando se procura verbalizar realidades emocionalmente marcadas:

Conceptual expressive needs occur (roughly) when the world changes [...] or when our conception of the world changes [...]. The effect of expressive needs on the level of emotional meaning can be observed in euphemisms: in order to have a word at one's disposal that is less negatively marked, tumour receives growth as an alternative. (GEERAERTS 1997: 105)

Aqui de novo ganha expressão a relação entre o Eufemismo e o Tabu. Quando o Locutor se depara com a necessidade de referir determinados conceitos emocionalmente marcados ou mesmo tabu, susceptíveis de despertar reacções negativas, ele opta por expressões suavizantes ou ocultantes (Eufemismos), ou exclui totalmente essa referência, o que Blank (ibidem) considera a forma mais radical do Eufemismo.

O valor pragmático do Eufemismo reside exactamente aqui: antes de tudo, a expressão eufemística é a alternativa ideal ao alcance do Locutor, que, sem deixar de referir o Tabu, não o faz de uma forma directa. Mas mais significativo é o facto de as estratégias eufemísticas permitirem ao Locutor observar os sentimentos do Interlocutor face ao Objecto de Discurso, de tal forma que não suceda um eventual *acto ameaçador da face*⁵⁷. De

⁵⁷ Este conceito é apresentado por Brown e Levinson (1987) e retoma a noção de face, de Goffman (1974). A par dos actos ameaçadores da face (“face threatening acts – FTA’s”) podem surgir no discurso actos “lisonjeadores” de face (“face flattering acts – FFA’s”: esta designação em inglês é porposta por KERBRAT-ORECCHIONI (2000), a par de designações alternativas, como “face protecting acts” ou “face pleasing acts”).

Blank aponta alguns exemplos de actos ameaçadores de face: “Gesichtsgefährdende Sprechakte sind z.B. Drohungen, Befehle, Angebote, Komplimente, Gefühlsausdruck, Kritik, unangenehme Neuigkeiten und

um ponto de vista pragmático, o Eufemismo não se limita a suavizar a referência de domínios claramente tabu, mas alarga-se ainda à abordagem de temas susceptíveis de poder fazer surgir um acto ameaçador da face.

A expressão eufemística é uma alternativa à nomeação directa de realidades emocionalmente marcadas. Contudo, o Eufemismo não evita o tema problemático, apenas o aborda de forma diferente, ou seja, para que um Eufemismo seja pragmaticamente eficiente, tem de ser ao mesmo tempo suficientemente ocultante e minimamente explícito, para que a eficiência da comunicação não fique comprometida. O Locutor tem de assegurar-se que o Interlocutor compreende exactamente o que ele quer dizer, sem arriscar ferir emoções directamente relacionadas com o tema.

Retome-se, de seguida, a relação que existe entre o Eufemismo e a mudança linguística, tal como foi apresentada no início desta secção do trabalho. Nos seus estudos acerca da mudança linguística, Blank (1997, 1999) aponta seis motivações que a ela conduzem:

Versprachlichung eines neuen Konzepts, Abstaktes oder fernliegendes Konzept, Sozio-kultureller Wandel, Enge konzeptuelle oder sachliche Verbindung, Lexikalische Irregularität sowie Emotionale Markierung eines Konzepts.
(BLANK 1997: 404)

Entre os seis motivos apontados pelo autor conta-se a existência de conceitos emocionalmente marcados. Se esta qualificação emocional dos conceitos for negativa, pode dizer-se que se trata de conceitos ou de realidades tabu, cuja nomeação suscita a necessidade de uma expressão suavizante ou ocultante. O Eufemismo não é, em, primeira linha, um motivo de mudança, mas antes um mecanismo activado pelo tempo e pelo uso linguístico, e um dos domínios onde surgem inovações. A necessidade destas inovações surge da frequência de uso do Eufemismo, o que conduz ao progressivo enfraquecimento do seu poder atenuador ou

<gefährliche Themen> oder allein schon die Anrede des anderen.” (BLANK 1997: 398)

camuflante. Dito de outro modo, o uso regular de uma expressão eufemística, que embora atenuante designa um estado de coisas emocionalmente marcado (quer o Locutor, quer o Interlocutor estão cientes daquilo a que a expressão se refere) leva a que o Eufemismo se torne cada vez mais explícito e progressivamente menos ocultante: «And so euphemisms have a very high mortality rate, for they are always engaged in a losing battle.» (REDFERN 1994: 1181) Este desgaste da função do Eufemismo conduz inevitavelmente à criação de uma nova expressão que tenha um poder mais forte de camuflagem ou suavização. Surge assim um novo Eufemismo.

Ein Euphemismus soll zwar auf den Gesprächsgegenstand referieren, er soll dies aber möglichst schonend tun. Je mehr jedoch dieser Euphemismus verwendet wird, desto leichter wird er als Normalwort für den tabuisierten Sachverhalt betrachtet werden. Er nutzt sich ab. (BLANK 1997: 361)

Uma referência eufemística recorrente no corpus analisado que indicia já um processo de declínio da sua função de substituição é a expressão *danos colaterais*. Proveniente do vocabulário militar, esta expressão é utilizada na designação de mortos civis, ou seja, pessoas não directamente visadas pelas acções de guerra, mas que sofrem os seus efeitos. Estes referentes são naturalmente sensíveis num contexto informativo acerca da guerra, pelo impacto emocional que a sua revelação é susceptível de causar. Contudo, a expressão *danos colaterais* começa já a estar ela própria imbuída do mesmo conteúdo emocional que pretende evitar, pelo que a sua validade como expressão eufemística se prenuncia breve. A prová-lo está o facto de ela surgir sistematicamente entre aspas, nem sempre na sequência de uma citação, mas antes como indiciador da não correspondência entre significado e referente. Por outro lado, a expressão é por vezes desconstruída no texto informativo, no título e no corpo do texto.⁵⁸

⁵⁸ Considerem-se, como exemplo, as reportagens «Mais “danos colaterais”» (*Público*: 13.04.1999, p. 4) e «“Kolateralschaden”: das heißt Tote» (*Frankfurter Rundschau*: 14.04.1999, p. 5).

O Eufemismo é assim uma estratégia reveladora da dinâmica do uso linguístico e da mudança constante a que esta conduz. É em fenómenos como este que é possível reconhecer a energia mutante da linguagem, que a torna numa obra continuamente inacabada.

2.3 Funções do Eufemismo

Na introdução a este capítulo, colocou-se uma questão que tem sido a linha de orientação da análise da dimensão pragmática do Eufemismo: porquê e para quê o recurso a esta estratégia linguística nos textos de imprensa acerca da guerra no Kosovo? Esta dupla interrogação envolve dois olhares sobre o mesmo fenómeno. Por um lado, a perspectiva do Locutor e da sua relação com o referente envolvido no Objecto do Discurso, que o leva a optar por um Eufemismo na sua designação. Por outro lado, a posição do Interlocutor enquanto receptor visado no discurso, e os efeitos ou reacções que o uso desta estratégia nele desperta.

Se, na secção anterior, se abordaram as motivações que levam ao uso do Eufemismo, é chegado agora o momento de considerar os seus efeitos junto do Interlocutor, a que o Locutor não é alheio. Pelo contrário, há da parte deste um esforço no sentido de conciliar a sua intenção na opção por uma expressão eufemística com a reacção que esta pode desencadear no seu parceiro de discurso. É neste cenário que ganha expressão a problemática em torno das funções do Eufemismo. Luchtenberg (1985) reconhece nesta estratégia linguística dois papéis distintos, a que chama *Funktion des Verhüllens* [função de ocultação] e *Funktion des Verschleierns* [função de encobrimento]. A distinção entre ambas está longe de ser simples, tanto mais que os verbos substantivados na sua designação são sinónimos. Este facto prenuncia uma cumplicidade entre as duas funções, que muitas vezes se manifesta na co-ocorrência de ambas numa mesma expressão eufemística.

2.3.1 «Funktion des Verhüllens»

O conceito de função do Eufemismo, entendido como efeito, deixa adivinhar uma relação de coordenação recíproca entre a intenção do Locutor e a recepção do Interlocutor relativamente a este fenómeno. O controlo desta relação é assumido no discurso pelo Locutor, já que é a ele que cabe a decisão do recurso ao Eufemismo. Um dos motivos que pode conduzi-lo à utilização de

uma expressão eufemística é a necessidade de respeitar convenções sociais, decorrentes da ordem social em que quer ele quer o discurso se incluem. O condicionamento social da expressão linguística gera a necessidade de evitar um dado aspecto de uma palavra ou de um conceito, interpretado como uma ofensa ou violação das normas. Neste caso, a solução passa por uma suavização desse aspecto, materializada na opção por uma designação ocultante, que garanta o respeito pelas convenções.

As normas que condicionam o comportamento social de um grupo prolongam-se na língua, e o Eufemismo, cumprindo a sua função suavizante de ocultação, é uma das formas de demonstração de respeito por essas normas e a garantia da sua continuidade: «Die verhüllenden Euphemismen stellen also die sprachliche Möglichkeit dar, die Konventionen zu beachten und sie dadurch zu bewahren.» (LUCHTENBERG 1985: 168)

Na noção de convenção social está implícito o conceito de Tabu, que implica uma ligação emocional (expressiva) com um dado estado de coisas e com a expressão utilizada na sua referência. A inibição emotiva que envolve o Eufemismo é, antes de tudo, um produto social que é partilhado pela comunidade e prolongado pela educação e pelo ambiente social. Contudo, acresce a esta um condicionamento emotivo individual, ditado por vivências e valores de experiência pessoal, que influenciam a reacção aos Tabus sociais, por um lado, e que levam o Locutor a recorrer ao Eufemismo por respeito à sua sensibilidade e à sensibilidade do Interlocutor.

Euphemismen aus Rücksichtnahme auf die Gefühle des Gesprächspartners können einerseits differenziert werden in Richtung auf den Sprecher und seine Motive und zum anderen in Richtung auf den Hörer und die Auswirkung auf ihn. (LUCHTENBERG 1985: 171)

O Eufemismo resulta, pois, do respeito pelos interesses individuais e partilhados dos parceiros da interacção discursiva, sendo que a sua função ocultante consiste em contornar, e, assim, em manter os Tabus sociais. Exemplos de expressões eufemísticas que cumprem esta função encontram-se nas formas de delicadeza

da linguagem diplomática e na referência a temas socialmente tabu, como a doença, a morte, a guerra ou o corpo.⁵⁹ Neste sentido, as expressões que no *corpus* analisado surgem em substituição do lexema *guerra* ou *Krieg*, e que se enumeraram na abertura a este capítulo, cumprem esta função ocultante de apresentar uma realidade negativa de uma forma mais suave. Esta suavização pode ser alcançada pelo emprego de uma designação mais geral, e por conseguinte mais vaga, como *intervenção*, *questão* ou *crise*, ou ainda pela nomeação de apenas um aspecto dessa realidade, como sucede nas expressões metonímicas, como *(Luft)Angriffe*.

Casos há, contudo, em que é difícil distinguir entre esta função ocultante do Eufemismo e a segunda função apontada por Luchtenberg, a função de encobrimento, já que a mesma expressão pode cumprir as duas. Considere-se, de seguida, esta segunda função atribuída ao Eufemismo.

2.3.2 «Funktion des Verschleierns»

Se, num dado segmento do discurso, o Locutor opta por uma expressão eufemística para designar um determinado estado de coisas, esta opção pode materializar-se numa expressão que condicione a leitura do Interlocutor para um aspecto particular desse estado de coisas. É neste desvio da atenção para um aspecto, em detrimento da revelação explícita do todo que constitui esse referente, que se cumpre a função de encobrimento do Eufemismo (que se poderia igualmente designar por função desviante).

Wenn im folgenden in verhüllende und verschleiernde Funktion eingeteilt wird, so gelten solche Euphemismen als verhüllend, die primär einen für den Sprecher oder Hörer irgendwie unangenehmen Sachverhalt in gemilderter Form darstellen, wobei es sich um individuelle und gesellschaftliche Tabus handeln kann. Verschleiernd sind

⁵⁹ Cf. o inventário destes temas proposto por BLANK 1997 e citado na secção 1.1. deste trabalho.

solche Euphemismen, die primär einen Sachverhalt so darstellen, daß die Aufmerksamkeit des Hörers auf die vom Sprecher gewünschten Aussageteile, Meinungen etc. gelenkt wird. "Primär" besagt dabei, daß eine hundertprozentige Trennung nicht möglich ist, sondern mit Überschneidungen und Doppelfunktionen gerechnet werden muß. (LUCHTENBERG 1985: 167)

Esta função do Eufemismo cumpre o objectivo do Locutor em causar um determinado efeito no Interlocutor, que não é, como no caso do Eufemismo ocultante ou suavizante, a consideração do respeito que ambos partilham pelas convenções sociais e linguísticas. O objectivo aqui tem uma natureza manipulativa, já que o uso de um Eufemismo desviante é conscientemente planeado pelo Locutor em função da finalidade que pretende atingir junto do Interlocutor. O efeito que neste desperta a expressão eufemística no discurso é a resposta à intenção do Locutor na sua utilização no discurso.

Die Verschleierung, die mit dem Euphemismus angestrebt wird, betrifft in starkem Maße die Beziehung zwischen Sprecher und Hörer, wobei die Aktion in sprachstrategischem Sinne beim Sprecher liegt, während sich in der Reaktion des Hörers das Gelingen der Verschleierung zeigt. (LUCHTENBERG 1985: 173)

Ao contrário do Eufemismo suavizante ou ocultante, que considera os interesses do Locutor e do Interlocutor, que advêm do respeito partilhado por convenções, o Eufemismo de encobrimento ou desviante está mais orientado para o Locutor e as suas intenções, que estão ligadas a efeitos que aquele pretende causar no Interlocutor. A consciência que este possa ter dos resultados pretendidos pelo Locutor advêm do seu grau de conhecimento acerca do estado de coisas retratado no discurso. A uma maior informação corresponde proporcionalmente uma maior capacidade de reconhecer nas palavras do Locutor os verdadeiros referentes. Contudo, é interessante notar que esta manipulação que o Locutor faz do Interlocutor em função dos seus interesses não implica

necessariamente uma ameaça à sua face, já que no discurso não se transmite uma mentira.

Es ist dabei zu beachten, daß es sich nicht um I [Information] \neq R [Realgeschehen] im Sinne der Lüge handelt, sondern um I nicht \approx (angemessen) R. [...] Der Euphemismus hat dabei die Funktion, den Tatbestand in einer Weise zu umgehen, daß der Hörer die Aspekte, die ihm verschwiegen werden sollen, nicht erfährt, ohne daß eine Lüge gebraucht wird. (LUCHTENBERG 1985: 173, 177)

O Eufemismo desviante é, assim, um processo muito mais subtil de contorno da verdade.

Um dos domínios onde a expressão eufemística desempenha esta função é na linguagem dos media. Neste caso, há que considerar que ao Locutor, no plano da enunciação efectiva, corresponde, ao nível da situação de comunicação real, um Sujeito Falante colectivo. O Destinatário da interacção discursiva é também ele uma entidade plural, e é só nesta dimensão que ele se torna analisável para o Sujeito Falante. Assim, as intenções do Locutor, orientadas para o despertar de reacções específicas junto do Interlocutor, não são geralmente individuais, mas são partilhadas por um grupo com interesses específicos, que envolvem a opinião do Interlocutor colectivo em relação a um determinado estado de coisas. Estes interesses são muitas vezes camuflados sob a forma de justificações, como a necessidade de velar pela segurança de um grupo ou de uma colectividade mais alargada, na qual o Interlocutor pode estar inserido. Esta é a máxima subtileza envolvida no recurso a um Eufemismo desviante: no caso de o Interlocutor descobrir que a expressão não retrata fielmente o referente, a opção linguística do Locutor é-lhe apresentada como uma necessidade decorrente da defesa dos interesses do próprio Interlocutor.

Considere-se, de seguida, um exemplo extraído do *corpus* deste trabalho. Na notícia “Estragos dos diabos”, publicada no diário *Público* de 11 de Abril de 1999, o Primeiro Ministro britânico, Tony Blair, encobre a verdadeira razão para a eventual iniciativa de uma guerra no terreno, centrando a sua intervenção

apenas num dos objectivos que pode nela estar implícito, por sinal o mais nobre e certamente o mais apelativo à simpatia dos leitores: «Estamos prontos a utilizar tropas no terreno para garantir o regresso em segurança da população às suas casas no Kosovo.»⁶⁰ Esta afirmação não é uma mentira, mas tem um carácter desviante em relação à verdade. No primeiro plano da justificação surge um argumento que decerto não é o mais central para dar razão a esta guerra terrestre. Para o Interlocutor pouco crítico na matéria, a afirmação tem um carácter justificativo válido, e decerto ele não se questiona acerca de uma eventual camuflagem de outros motivos, como a necessidade de uma vitória absoluta desta guerra, que não ponha em questão a “força aliada” da NATO. Se é este o efeito atingido junto do Interlocutor, cumpre-se então a intenção do Locutor e com esta a função de encobrimento de uma afirmação que se pode, neste sentido, considerar eufemística.

⁶⁰ In: “Estragos dos diabos”, *Público*, 11.04.1999, p. 2.

3 A dimensão semântica do Eufemismo

Na introdução ao capítulo anterior, salientou-se a importância da inter-relação entre a Semântica e a Pragmática no âmbito da análise linguística. Este postulado é reiterado pela Linguística Cognitiva, uma vez que este novo paradigma linguístico defende que os significados são, antes de mais, determinados pelo uso:

La naturaleza enciclopédica de los significados supone que la semántica no puede ser separada de la manera en que los seres humanos viven el mundo. Desde esta perspectiva, entonces, la semántica lingüística tiene que ser enciclopédica, siendo la distinción entre semántica y pragmática básicamente un asunto de grado y de conveniencia descriptiva. (CIFUENTES HONRUBIA 1998: 68)

Esta complementaridade entre as duas disciplinas linguísticas transparece no caso do estudo sobre o Eufemismo, fenómeno em que se reconhece uma definição recíproca das suas dimensões semântica e pragmática. De facto, o valor eufemístico dos significados é determinado pelo uso destes no discurso, em resposta a motivações específicas e no cumprimento de funções determinadas junto do Interlocutor. O contexto pragmático é um factor significativo na construção do Eufemismo, o que leva a que, como já foi abordado num momento anterior deste trabalho, à partida, qualquer unidade linguística possa assumir um valor eufemístico no discurso, que, em princípio, lhe é alheio, se considerada isoladamente:

Grundsätzlich gilt, daß jeder Satz euphemistische Wirkung erzielen kann, wenn der entsprechende sprachliche und außersprachliche Kontext vorliegt. [...] Demzufolge sind auch die meisten Lexeme, die den Satz konstituieren, zunächst neutrale Elemente, die erst in den entsprechenden

Os elementos neutros constituintes da frase de que fala Zöllner adquirem um valor eufemístico mediante o co-texto em que surgem (ou contexto linguístico, tal como distingue Lewandowski, 1994, p. 613) e o contexto extra-linguístico ou situacional. Dito de outra forma, as situações, os eventos conduzem a um uso não literal de lexemas ou expressões, que partes ou o todo do texto onde estão integradas ajudam a reconhecer como eufemísticas. Assim entendido, o Eufemismo abre possibilidades ilimitadas de realização linguística, o que tira o sentido a qualquer tentativa de as listar e descrever. Contudo, e dado o limite e as características precisas do *corpus* que serve de base a este trabalho, é possível reconhecer algumas regras e critérios para a construção do Eufemismo e ainda relacionar algumas dessas construções com as funções que o Eufemismo cumpre no discurso: há, de facto, certas realizações linguísticas deste fenómeno que parecem adequar-se mais ao cumprimento de uma função de ocultação ou de encobrimento, e outras que servem melhor o propósito de desvio. Além disso, uma mesma expressão eufemística pode conjugar mais do que uma construção linguística, projectando uma interacção entre várias estratégias de conceptualização da realidade que essa expressão designa. Desde já se podem reconhecer dois planos de realização do Eufemismo, nomeadamente o plano lexical e o domínio sintáctico. De facto, o processo mais recorrente de substituição eufemística é o recurso a uma designação alternativa, a um outro lexema, cuja relação com o lexema que nomeia directa e explicitamente o referente pode ser de natureza diversa: metonímica, metafórica, vaga, ou ainda o resultado de uma integração conceptual. Para além do plano lexical, é ainda possível reconhecer estratégias de substituição eufemística ao nível da frase, quer através da substituição do predicado lexical, que gera uma alteração sintáctica e semântica relativamente à frase não eufemística, quer pela opção pela estrutura passiva.

No capítulo que aqui se inicia pretende-se fazer o levantamento dos processos de construção linguística do Eufemismo, relacionando-os com os mecanismos de

conceptualização que estão na sua base. As diferentes estratégias identificadas serão descritas partindo de casos encontrados no *corpus*, alguns dos quais ilustrarão a exposição. A opção por uma apresentação em subcapítulos tem por objectivo maior clareza e não a exclusão mútua das possibilidades de formação do Eufemismo, já que, como foi dito atrás, muitos são os casos em que as expressões encontradas denunciam mais do que uma estratégia conceptual e linguística na sua base.

3.1 Estratégias de substituição eufemística a nível lexical

3.1.1 A metonímia

Na visão tradicional, a metonímia é uma figura de retórica, um recurso estilístico em que o nome de uma entidade é substituído pela designação de uma realidade co-referente. Esta perspectiva redutora da metonímia restringe-a a um processo de substituição de natureza linguística, baseada na transferência do significado entre duas palavras que designam aspectos distintos, embora relacionados, de um mesmo referente. A relação entre as duas designações baseia-se, pois, num continuum, na contiguidade desses aspectos.

A Linguística Cognitiva assume uma posição alternativa em relação à metonímia, salientando a sua natureza conceptual, que aproxima cognitivamente não apenas as palavras, mas, antes de tudo, os conceitos que elas designam. Deste modo, e de acordo com Langacker (1993: 30), uma entidade normalmente designada por uma expressão metonímica serve como ponto de referência para o acesso mental à entidade a que se pretende de facto aludir. Langacker define assim esta estratégia conceptual: «We can define metonymy as occurring when an expression that normally designates one entity is used instead to designate another, associated entity.» (Langacker 1993: 29). As duas entidades envolvidas na nomeação de uma determinada realidade (a expressão efectivamente utilizada e a expressão literal, que é substituída por aquela) estão relacionadas, uma vez que servem a designação de um mesmo

referente. A natureza desta associação é variável, envolvendo aspectos diversos, como os que referem Lakoff e Johnson (1980: capítulo 8): O PRODUTOR PELO PRODUTO, O OBJECTO USADO PELO UTILIZADOR, O CONTROLADOR PELO (OBJECTO) CONTROLADO, A INSTITUIÇÃO PELAS PESSOAS RESPONSÁVEIS, O LOCAL PELA INSTITUIÇÃO ou O LOCAL PELO ACONTECIMENTO. Para além destas, os autores incluem nas relações metonímicas os casos de associação entre PARTE e TODO, tradicionalmente designada por sinédoque, onde é possível reconhecer a mesma função referencial, subjacente aos restantes casos de metonímia:

We are including as a special case of metonymy what traditional rhetoricians have called synecdoche, where the part stands for the whole [...]. In these cases, as in the other cases of metonymy, one entity is being used to refer to another. (LAKOFF e JOHNSON 1980: 36)

Na perspectiva da Linguística Cognitiva, a metonímia não é, assim, apenas uma estratégia de substituição linguística, mas sobretudo um processo cognitivo. A sua natureza conceptual manifesta-se na capacidade de conceptualizar uma determinada realidade através de um aspecto particular dela mesma. Ou seja, a relação entre os dois aspectos envolvidos na conceptualização é uma relação de proximidade ou de contiguidade, que não se restringe ao nível linguístico, como na visão tradicional, mas está presente, à partida, ao nível dos domínios cognitivos, como defendem Kövecses e Radden:

The traditional notions of “contiguity” or “proximity” can be accounted for by knowledge structures defined by “domains” or “idealized cognitive models” (ICMs). Thus, if we have a theory of knowledge structured as defined by “domains” or “ICMs”, we can naturally account for one of the basic assumptions in the traditional view of metonymy, namely that metonymy is a relation between two contiguously related conceptual entities. (KÖVECSESES e RADDEN 1998: 39)

Deste modo, e relativamente à visão tradicional, para a Linguística Cognitiva a metonímia assume-se acima de tudo como uma estratégia de conceptualização, presente na linguagem literal, e não apenas no contexto da retórica, como um adorno ou uma figura de estilo. Num desenvolvimento posterior do texto atrás citado, Radden e Kövecses propõem uma definição de trabalho de metonímia, em alternativa à visão tradicional:

Metonymy is a cognitive process in which one conceptual entity, the vehicle, provides mental access to another conceptual entity, the target, within the same idealized cognitive model. (RADDEEN e KÖVECSES 1999: 21)

Os pontos de referência usados na conceptualização e na recuperação das entidades conceptualizadas por processo de metonímia são cognitivamente salientes, o que permite que a metonímia seja não só um mecanismo cognitivo eficaz, mas também uma estratégia linguística facilmente recuperável no discurso, onde na generalidade dos casos passa despercebida, como estratégia conceptual, aos participantes na interacção. A naturalidade da utilização e descodificação da metonímia é o efeito mais visível do processo de lexicalização, que integra progressivamente a expressão metonímica num contexto linguístico figurativamente neutro:

A lexicalização da metáfora, da metonímia e da sinédoque dá-se quando, por repetição da palavra (ou expressão) nos mesmos contextos, o significado figurado se estabelece como significado fixo e constante no saber linguístico interindividual, ao mesmo tempo que o seu valor simbólico é parcial ou totalmente esquecido. (SILVA 1992: 315)

A aceitabilidade da metonímia confirma-a ainda como um instrumento de conhecimento importante, uma estratégia de relação semântica e ainda um motor produtivo no processo de criatividade lexical.

Kövecses e Radden (1998) levantam, porém, uma questão pertinente: após terem procedido ao levantamento dos tipos de

relações semânticas entre os aspectos envolvidos na conceptualização e na expressão metonímicas, os autores questionam-se acerca dos princípios que estão na base da selecção das entidades utilizadas como veículos na referência a entidades alvo e porque é que esses veículos são preferidos a outros possíveis. Por outras palavras, o que leva a que numa relação metonímica PARTE-TODO, por exemplo, haja uma parte específica que é seleccionada, enquanto outras, que se poderiam reclamar igualmente importantes, sejam rejeitadas.⁶¹

Segundo os autores, os princípios que determinam a saliência relativa das entidades conceptuais, que levam à sua selecção como pontos de referência numa construção metonímica, são antes de tudo princípios cognitivos. Estes princípios estão relacionados com três factores determinantes da organização conceptual e são a experiência humana, a selectividade perceptual e a preferência cultural⁶². Os dois primeiros factores derivam da visão antropocêntrica da realidade, que condiciona a percepção do mundo (factor estruturante na organização conceptual da realidade) e a interacção com este. As preferências culturais são variáveis e dão forma à estrutura interna das categorias conceptuais, organizando-as em torno de elementos prototípicos, com base em ideais e estereótipos. A conjugação destes diferentes factores pode tornar uma entidade suficientemente saliente para que sirva como ponto de referência metonímica. Langacker dá alguns exemplos:

There are, for one thing, certain principles of cognitive salience that generally hold [...]: human>non-human; whole>part; concrete>abstract; visible>non-visible; etc.
(LANGACKER 1993: 30)

⁶¹ Os autores formulam assim esta questão: «given Langacker's (1993) idea that certain mental entities (vehicles) can direct attention to other mental entities (targets), we need to ask, with him, which mental entities can achieve this best. In other words, are there any preferred 'routes' through which we access an intended or implied target?» (KÖVECSES e RADDEN 1998: 40)

⁶² Estes factores são referidos em KÖVECSES e RADDEN (1998, ponto 3, pp. 62-71) e de novo abordados em RADDEN e KÖVECSES 1999 (ponto 4, pp. 44-52).

Nestes exemplos de princípios de saliência cognitiva, que determinam que uma dada entidade funcione como ponto de referência numa construção metonímica, é fácil reconhecer a influência de factores como a percepção do real (que é, em primeira linha, concreta) e a base experiencial, organizadora da conceptualização.

Além destes princípios cognitivos, na base da saliência e da selecção natural de entidades como veículos de referência conceptual de entidades alvo, estão dois princípios comunicativos: o princípio da clareza e o princípio da relevância⁶³. Segundo Langacker, a metonímia oferece uma possibilidade de conciliação de dois factores divergentes à partida:

Metonymy allows an efficient reconciliation of two conflicting factors: the need to be accurate, i.e., of being sure that the addressee's attention is directed to the intended target; and our natural inclination to think and talk explicitly about those entities that have the greatest cognitive salience for us. (LANGACKER 1993: 30)

Em síntese, há princípios cognitivos e comunicativos específicos que determinam que certos veículos referenciais sejam escolhidos como naturais (“default”, nas palavras de Kövecses e Radden 1998) na conceptualização e expressão metonímicas de realidades alvo. No entanto, e ainda segundo os autores, é possível encontrar casos não naturais (“non-default”) de metonímias, onde os mesmos princípios não são observados. Contudo, esta transgressão das normas cognitivas ou comunicativas não resulta em dificuldades de descodificação da expressão, mas antes obedece a um propósito bem definido, uma motivação de natureza social ou comunicativa, que faz retomar o que já foi dito a respeito das

⁶³ Estes dois princípios podem relacionar-se com duas das quatro máximas de conversação de Grice (em Levinson 1983, pp. 101-102), implícitas na aplicação do princípio da cooperação: a máxima da qualidade (*maxime of quality*) e a máxima do modo (*maxime of manner*), esta última enquanto princípio de economia. Pode ainda propor-se uma intersecção com os princípios de expressividade e eficiência, tal como os define Blank (1997 e 1999) e já aqui citados, no capítulo anterior deste trabalho.

motivações e das funções subjacentes ao uso do Eufemismo (cf. capítulo anterior). Mais uma vez, os autores explicam:

Social considerations in a communicative situation may require speakers to override some of the cognitive principles. This is especially obvious in the use of metonymy-based euphemisms. [...] the expression They did it for “they had sex” bluntly violates the clarity principle [...] Mentioning an irrelevant aspect of a taboo ICM achieves the effect of distracting from the intended target, which is exactly the communicative and social purpose of euphemisms. (KÖVECSES e RADDEN 1998: 72)

O propósito comunicativo e social que referem os autores não é mais do que a função desviante do Eufemismo, que se considerou no capítulo anterior (*Funktion des Verschleierns*). A metonímia é, deste modo, um processo conceptual com função referencial, que permite designar uma determinada realidade, nomeando um seu aspecto particular. A saliência e a selecção desse aspecto específico devem-se, nos casos prototípicos, à acção de princípios cognitivos, presentes noutras estratégias de conceptualização. Em casos mais periféricos ou menos naturais, a motivação que leva à determinação de um aspecto atípico como cognitivamente saliente, é uma motivação extra-linguística, que terá de ser procurada na ordem social em que se inscreve o discurso e nas motivações e funções que o condicionam. Afinal, até na definição do caso típico de metonímia estão presentes motivos que remetem para a essência do Eufemismo:

*By virtue of our reference-point ability, a well-chosen metonymic expression lets us mention one entity that is salient and easily coded, and thereby evoke – essentially automatically – a target that is either of lesser interest or **harder to name**.⁶⁴ (LANGACKER 1993: 30)*

⁶⁴ O negrito foi acrescentado ao original.

Se uma determinada realidade é difícil de nomear, um dos motivos dessa dificuldade pode ser o eventual embaraço ou desconforto que a evocação dessa realidade desperta nos participantes na interacção discursiva. Ou seja, essa realidade pode ser um tabu, que uma expressão eufemística por metonímia pode ajudar a contornar.

Em síntese, a metonímia envolve não só a substituição de uma designação por uma nomeação co-referente, mas traduz ainda uma atitude perante o estado de coisas:

Metonymy, then involves replacing the name of something with something that is connected to it, without being the whole thing itself; and in doing so it affects the audience's perception of and attitude to the original thing. (BEARD 2000: 26)

Os exemplos encontrados no *corpus* confirmam estas afirmações sobre a substituição eufemística por metonímia. Um dos domínios onde se reconhece a importância desta estratégia é na designação das partes envolvidas na guerra do Kosovo. É importante lembrar que as fontes de imprensa são de dois países da Europa ocidental envolvidos na guerra por pertencerem à NATO, o que de alguma forma orienta a visão destes jornais acerca de toda a guerra, e em particular dos responsáveis e intervenientes mais directos. Considerem-se os seguintes exemplos:

- 1) *Ao 20º dia de bombardeamentos sobre a Jugoslávia, a NATO mantém a sua determinação de obter a rendição do **Presidente Slobodan Milosevic**.*⁶⁵
- 2) ***O Ocidente** ainda pode negociar com **Milosevic**?*⁶⁶
- 3) *Sublinhando acusações antigas, **os aliados** querem agora responsabilizar pessoalmente **Milosevic** pela actual crise dos Balcãs.*⁶⁷

⁶⁵ In: "NATO procura solução política", *Público*, 13.04.1999, p. 2.

⁶⁶ In: "O Ocidente ainda pode negociar com Milosevic?", *Público*, 11.04.1999, p. 6.

⁶⁷ In: "Aliados divididos sobre futuro dos Balcãs", *Correio da Manhã*, 13.04.1999, p. 25.

- 4) *Auch Europa und die USA haben den Kriegsverbrecher Milosevic jahrelang hofiert, doch nicht so hartnäckig, nicht so lange wie Moskau.*⁶⁸

Nestes exemplos, é possível identificar vários esquemas metonímicos: A INSTITUIÇÃO PELAS PESSOAS RESPONSÁVEIS (*NATO*), OS PAÍSES MEMBROS DA INSTITUIÇÃO PELAS PESSOAS RESPONSÁVEIS (*os aliados*) ou O LOCAL PELA INSTITUIÇÃO (*o Ocidente, Europa, USA e Moskau*).

A nomeação de uma instituição (*NATO*), de uma área geopolítica (*o Ocidente, Europa, USA, Moskau*) ou ainda de um grupo de países (*os aliados*) surge em substituição das pessoas individuais que estão realmente em questão (os chefes de Estado e de Governo dos países pertencentes à NATO e entidades militares responsáveis pelas decisões desta instituição). A verdadeira referência está implícita na designação metonímica, o que se pode ver, por exemplo, na escolha dos predicados, que nos quatro exemplos apontariam para o traço [+HUM] do participante no lugar de sujeito, no esquema semântico das frases: manter a determinação, poder negociar, querer responsabilizar ou ainda *hofieren* [“cortejar”, aqui em sentido metafórico] são predicados que designam acções levadas a cabo por um agente animado humano. Contudo, não causa estranheza a ausência destes traços de sentido nos participantes seleccionados para o lugar de sujeito, já que eles são recuperáveis pelo reconhecimento dos verdadeiros referentes implícitos na metonímia.

O recurso à metonímia nos exemplos acima evidencia-se no contraste com a nomeação directa da outra parte envolvida na guerra, a Jugoslávia, na pessoa do seu representante máximo, o Presidente Slobodan Milosevic.

O uso da metonímia leva, assim, a uma visão favorável da posição da NATO. Uma situação de guerra causa naturalmente apreensão e torna urgente a procura de um responsável que a justifique e legitime aos olhos dos que nela se vêem directa ou potencialmente envolvidos. Os receios em torno da guerra ganham forma na pessoa de Milosevic, que a imprensa, em exemplos como

⁶⁸ In: “Moskaus verengter Spielraum”, *Frankfurter Rundschau*, 16.04.1999, p. 3.

o último acima, ajuda a confirmar. Neste excerto particular, para além do contraste na designação dos intervenientes na guerra (referência metonímica aos responsáveis da NATO e nomeação directa de Milosevic), o Presidente jugoslavo é ainda apelidado de criminoso de guerra (*Kriegsverbrecher*), expressão emocionalmente marcada, que poderá condicionar a avaliação que o leitor faz da pessoa em causa e da situação em si.⁶⁹

Assim, nenhuma figura política dos países da NATO é referida, o que atribui à iniciativa de guerra desta instituição um anonimato mais confortável ou, pelo menos, uma partilha de responsabilidades menos gravosa. Por outro lado, a nomeação individual de Milosevic em representação do país e dos cidadãos faz com que pareça ser apenas o Presidente jugoslavo o único a sofrer as consequências das acções de guerra aliadas. Neste sentido, os exemplos de metonímia apontados desempenham uma função eufemística desviante neste contexto discursivo, uma vez que orientam a atenção do Interlocutor para instituições ou lugares gerais e anónimos, ocultando pessoas individuais específicas realmente visadas pelo contexto. Em contraste, a nomeação da outra parte envolvida na guerra é directa e focaliza um agente humano específico, ao qual é fácil fazer corresponder atributos como a responsabilidade, a iniciativa ou a causa de uma determinada acção.

Noutros casos de substituição eufemística por metonímia, é possível reconhecer uma função desviante análoga:

- 5) *Rússia nega ter apontado mísseis a países da NATO.*⁷⁰
- 6) *Mas espanta-se com a apatia do mundo perante o Kosovo.*⁷¹

⁶⁹ Neste caso particular, poder-se-ia considerar esta classificação do Presidente Milosevic, enquanto criminoso de guerra, como um exemplo de disfemismo, o processo oposto ao Eufemismo. Trata-se, pois, de uma designação negativa de um estado de coisas à partida não marcado: «Dysphemismen zielen auf die negative Darstellung eines Sachverhalts oder einer Person ab und bilden das Gegenstück zum Euphemismus.» (ZÖLLNER 1997: 392)

⁷⁰ In: “Rússia nega ter apontado mísseis a países da NATO”, *Correio da Manhã*, 10.04.1999, p. 25.

⁷¹ In: “Há dez anos que tentam destruir-me” [Entrevista a Benazir Bhutto], *Público*, 14.04.1999, p. 13.

7) *Schröders Wahl und Kosovo beschäftigen den Sonderparteitag.*⁷²

Nestes exemplos, as entidades seleccionadas para a referência são designações de espaços geo-políticos, que surgem em substituição de outras entidades, com as quais estabelecem uma relação de contiguidade. Poder-se-iam traduzir estas relações como O PAÍS PELO PRESIDENTE (Rússia por Boris Yeltsin), e, nas duas últimas frases, O LOCAL PELO ACONTECIMENTO. Dado o contexto de guerra e a tensão que normalmente a ele se encontra associada, pode fazer-se uma leitura eufemística na utilização destas referências metonímicas. No primeiro caso, o que leva à nomeação do país em lugar do Presidente são razões semelhantes às que justificam as designações metonímicas nos exemplos 1 a 4: a não atribuição de responsabilidade por um acto gravoso (apontar mísseis, isto é, lançar a ameaça de uma eventual acção armada violenta) a uma pessoa singular, mas dissipá-la num todo maior de entidades anónimas.

Nos exemplos 6 e 7, a designação geográfica surge em substituição da situação de guerra que nela ocorre. Se a designação directa é evitada, este cuidado fica a dever-se ao compromisso gerado da necessidade de uma designação não ambígua, mas simultaneamente não agressiva para o Interlocutor. Pela sistematicidade do padrão metonímico O LOCAL PELO ACONTECIMENTO, a referência directa é recuperada da designação eufemística.

Considerem-se ainda outros exemplos :

- 8) *Die Bundesregierung, bemüht mit einer Zunge zu reden, ist am Freitag auf die Formulierung verfallen, **Bodentruppen** seien "kein Thema".*⁷³
- 9) *Hätte sie das gewußt, hätte sie dem Beginn der **Luftangriffe** nicht zugestimmt.*⁷⁴

⁷² In: "Nicht als 'Kriegskanzler' auf dem Weg zum SPD-Chef", *Frankfurter Rundschau*, 12.04.1999, p. 1.

⁷³ In: "Nachrichtenwert", *Frankfurter Rundschau*, 10.04.1999, p. 3.

⁷⁴ In: "Beer geht auf Distanz zu NATO-Einsatz", *Frankfurter Rundschau*, 12.04.1999, p. 4.

- 10) *Mit dem gesammelten Geld wollen die Hilfsorganisationen und der Landrat nach dem Ende der **Kämpfe** beim Wiederaufbau im Kosovo helfen.*⁷⁵
- 11) *Seria [...] uma resolução sem **os capacetes azuis**.*⁷⁶
- 12) *Auch UNO-Generalsekretär Annan ist dafür, **Blauhelme** ins Kosovo zu schicken.*⁷⁷

Na substituição metonímica destacada nestas citações, a relação de contiguidade explorada é A PARTE PELO TODO, embora variem as entidades envolvidas na referência. Assim, no exemplo 8, discute-se o envio de tropas terrestres (*Bodentruppen*) para o Kosovo. Naturalmente, este eventual destacamento de militares é parte de um acontecimento maior, isto é, de uma guerra terrestre. As razões para a substituição deste grupo nominal parecem evidentes: a acontecer, esta guerra terrestre seria travada entre as tropas dos países aliados e o exército sérvio no Kosovo. Assim, parece menos ameaçador falar de tropas terrestres, que são uma realidade independente dos momentos em que tenham de intervir, e de uma guerra terrestre efectiva no Kosovo, onde poderiam vir a combater concidadãos dos potenciais leitores desta notícia.

Nos exemplos 9 e 10, os substantivos *Luftangriffe* (ataques aéreos) e *Kämpfe* (combates) têm uma abrangência maior do que o referente que designam: falar do início dos ataques aéreos é falar do início da guerra, do mesmo modo que apontar o fim dos combates é ditar o termo deste conflito armado. Se a metonímia é facilmente identificada, o propósito eufemístico parece menos evidente. Contudo, pode ensaiar-se uma interpretação eufemística para estes lexemas. Antes de tudo, eles permitem evitar a designação *guerra*, que aponta para um referente reconhecidamente tabu. Neste sentido, cumprem uma função desviante, já que dirigem a atenção do Interlocutor para um dos aspectos que fazem a guerra, não referindo outros que o lexema *guerra* envolve, como as consequências dos bombardeamentos para a população civil do Kosovo. Por outro lado, falar de ataques aéreos é diferente de falar

⁷⁵ In: "Hilfe mit Hand und Fuß für Kriegsflüchtlinge", *Frankfurter Rundschau*, 14.04.1999, p. 1.

⁷⁶ In: "NATO procura solução política", *Público*, 13.04.1999, p. 3.

⁷⁷ In: "Der Friedensplan", *Bild*, 14.04.1999, p. 2.

de guerra, para a qual é necessária, pelo menos, uma declaração formal, assumida por entidades individuais dos países que a irão travar⁷⁸. Assim, também neste aspecto a atenção do Interlocutor é desviada das entidades a quem cabe a iniciativa de começar a guerra, isto é, das pessoas individuais responsáveis pelo início real da guerra. Os bombardeamentos, os combates são dela uma parte inevitável, mas não necessariamente a primeira acção.

Nos exemplos 11 e 12, é a mesma relação de contiguidade entre duas entidades ou aspectos de um mesmo referente que é explorada. *Capacetes azuis*, ou na versão alemã *Blauhelme*, é uma designação metonímica na qual é possível reconhecer uma função eufemística, já que permite evitar a designação *soldados*⁷⁹.

É ainda a relação metonímica A PARTE PELO TODO que se pode ler em *defesa*, em expressões lexicalizadas como as que se seguem:

- 13) *Não há nenhuma informação oficial sobre a chegada dos helicópteros, mas uma fonte do Ministério da Defesa afirmou ao PÚBLICO que os primeiros deveriam ter chegado sexta-feira passada.*⁸⁰

⁷⁸ Este assunto suscitou, nesta altura, uma acesa discussão na imprensa, e as opiniões dividiram-se entre as vozes em defesa da ideia de que o início da guerra se terá dado com os primeiros bombardeamentos da Aliança, e outras para quem a guerra terá começado num tempo anterior indefinido, em que as acções violentas dos sérvios contra os albaneses do Kosovo se agravaram. Estas duas perspectivas acerca do início da guerra no Kosovo apontam para dois responsáveis diferentes: os Chefes de Estado dos países da NATO, que tomaram a iniciativa dos ataques aéreos, e o Presidente Milosevic, autoridade máxima da Sérvia, pátria étnica dos que iniciaram a violência contra os kosovares de etnia albanesa. Entre estas duas versões sobre a iniciativa de guerra parece existir, porém, uma dúvida comum: a da designação adequada a atribuir a esta situação, já que lhe faltam alguns dos traços que a caracterizariam como uma guerra, no sentido prototípico do termo. Exemplos desta dúvida encontram-se, sobretudo, em artigos de opinião (considerem-se os seguintes exemplos: «Jogos de guerra e jogos de palavras», in *Público*, 14.04.1999, p. 10, «Maus costumes», in *Correio da Manhã*, 14.04.1999, p. 2 e ainda «Laxer Umgang mit dem Völkerrecht», in *Frankfurter Rundschau*, 15.04.1999, p. 11.).

⁷⁹ É difícil não associar imagens violentas à designação *soldados*. Na verdade, eles são os verdadeiros protagonistas da guerra, os iniciadores de ataques, bombardeamentos ou outras acções militares e também as suas primeiras vítimas.

⁸⁰ In: “Albânia ao serviço da NATO”, *Público*, 12.04.1999, p. 2.

- 14) *Ob Kanzleramt, das Büro von Verteidigungsminister Scharping, Außen- und Innenminister bis hin zur Hamburger Ausländerbehörde – die Hilfe war spontan und effektiv.*⁸¹
- 15) *Mas [a UEO] não pode, por si só, aumentar os orçamentos da **defesa**, fazer avançar a indústria de **defesa** europeia ou cristalizar uma vontade política na UE.*⁸²
- 16) *[...] devemos manter e preservar a Aliança Atlântica como uma organização de **segurança** e **defesa** da Europa.*⁸³
- 17) *Sampaio [...] falou também da urgência de construir uma Europa politicamente mais forte dotada de uma política externa e de **segurança** comum e de uma capacidade de **defesa** autónoma [...].*⁸⁴
- 18) *Warum muß Montenegro [...] jetzt auch die Waffen des westlichen **Verteidigungsbündnisses** (heißt es wirklich so?) fürchten?*⁸⁵

Nos exemplos acima, particularmente nos dois primeiros, o lexema *defesa* regista um uso convencional, lexicalizado na referência a uma instituição e ao seu representante máximo. Quer como parte integrante de uma formação composta, no caso da designação alemã, quer enquadrada na forma de um grupo nominal, no caso português, a palavra *defesa* é usada como referência metonímica para uma realidade mais abrangente, a guerra, cuja nomeação directa é, mais uma vez, evitada. Zöllner recupera na História as razões desta substituição:

Spätestens nach den zwei Weltkriegen ist das Wort Krieg in Verruf gekommen. Die Kriegsminister wurden nahezu überall in Verteidigungsminister umgewandelt, und ihre

⁸¹ In: “Hilfe ist möglich!” *Bild*, 10.04.1999, p. 2.

⁸² In: “‘Não é preciso recorrer à UEO’ – Entrevista com José Cutileiro, secretário-geral da União Europeia ocidental”, *Público*, 10.04.1999, p. 8.

⁸³ In: “Globalização da Aliança Atlântica”, *Correio da Manhã*, 11.04.1999, p. 2.

⁸⁴ In: “Portugal e Hungria desejam solução política”, *Público*, 13.04.1999, p. 8.

⁸⁵ In: “Warum?”, *Frankfurter Rundschau*, 10.04.1999, p. 7.

Kriegsministerien wurden zu Verteidigungsministerien.
(ZÖLLNER 1997: 374)

Esta substituição de *guerra* por *defesa* em designações oficiais obedece, portanto, a motivações de ordem histórica. Ela é comum às duas línguas do *corpus* e a outros idiomas ocidentais (a autora aponta exemplos de designações equivalentes em Francês e Inglês). A razão de ser desta substituição, que hoje já não é reconhecida como tal, mas como uma designação convencional, estabelecida, ultrapassa, porém, as motivações exclusivamente históricas. Na sua origem, esta substituição terá sido criada a fim de afastar uma imagem mental que não era de guerra, em sentido geral, mas de duas guerras específicas, das quais havia uma experiência directa. No entanto, não é difícil perceber que esta substituição pode trazer consigo vantagens que ultrapassam esta ligação semântica entre a designação, a imagem mental e o referente. Zöllner afirma a este respeito:

Niemand kann etwas gegen Verteidigung haben, und so ist es auch einfacher, das defense budget zu erhöhen, als Gelder für die Kriegführung zu bewilligen. Zwar besteht die Aufgabe der defense departments nach wie vor darin, Kriege vorzubereiten und notfalls auch zu führen, doch werden alle diese Anstrengungen unternommen for the cause of peace. (ZÖLLNER 1997: 375)

É precisamente este argumento, de que o investimento na *defesa* de um Estado não desencadeia reacções negativas, como as que suscitaria o investimento numa política de *guerra*, que está patente nos exemplos acima, particularmente nos casos 15 a 17, onde se discute a criação e o financiamento de uma organização europeia responsável pelos assuntos de guerra. As designações *defesa* e *segurança* legitimam, assim, as eventuais decisões e acções de uma tal organização. Esta aceitabilidade torna-se inquestionável, pelo facto de a designação *defesa* ter implícito o traço de sentido de reacção a uma ameaça, e não de uma iniciativa de um conflito armado. *Segurança*, por seu turno, remete para

estabilidade e paz, motivos por si só suficientes para apoiar, ou pelo menos não questionar, qualquer iniciativa que a assegure⁸⁶.

O exemplo 18, extraído de um texto de opinião assinado por um leitor do diário alemão, regista um uso semelhante do lexema *defesa* (aqui, de novo, integrado numa palavra composta). No entanto, a interrogação que o leitor deixa a seguir questiona precisamente a ligação entre a designação e o referente. Pode dizer-se que este leitor demonstra ter-se apercebido não só do uso da referência metonímica, mas sobretudo da intenção eufemística por detrás da opção por *defesa*, em lugar de outra designação.

Os exemplos analisados apontam para uma função de desvio na substituição eufemística por metonímia (*Funktion des Verschleierns*, cf. capítulo anterior). Optar pela designação de um aspecto particular de uma realidade em vez do todo que a compõe não é uma decisão arbitrária, mas antes obedece a uma clara intenção de ocultar esse todo, nitidamente negativo, optando por orientar a atenção para apenas uma parte. A parte seleccionada na designação não está emocionalmente marcada de forma negativa, mas é uma parte cuja nomeação é inofensiva, não só para o Locutor, mas fundamentalmente para o Interlocutor, que é poupado a uma imagem mental negativa da realidade no seu todo. A

⁸⁶ ZÖLLNER (1997: 374-390) considera esta substituição de *guerra* por *defesa* ou *segurança* um caso evidente de utilização política do Eufemismo, presente ainda nas designações atribuídas a equipamento militar e a acções de guerra. No *corpus* em análise encontram-se exemplos deste tipo de designações: «[...] 16 **mísseis Hellfire**, também designados “**fire-and-forget**”.» (In: “O melhor helicóptero para uma guerra terrestre”, *Público*, 12.04.1999, p. 3), «Großbritannien schickt den Flugzeugträger “**Invincible**” in die Adria» (In: “Nato verstärkt Luftstreitmacht”, *Frankfurter Rundschau*, 12.04.1999, p. 1), «[...] mit **Tornadoflugzeugen** an dem Nato-Einsatz» (In: “In jeder militärischen Operation steckt Ungewißheit”, *Frankfurter Rundschau*, 12.04.1999, p. 5) ou ainda «**Der “Wiesel”** kann eine Geschwindigkeit von bis zu 80 Stundenkilometern erreichen [...]» (In: “Hardthöhe: Gerüchte über Bodeneinsatz ‘Unsinn’”, *Frankfurter Rundschau*, 13.04.1999, p. 5). Segundo Zöllner, a designação de armas por aproximação a animais permite estabelecer um paralelismo entre instrumentos de destruição da vida e a própria vida. A aproximação destas designações a forças da natureza desvia a atenção da responsabilidade directa para o que estas armas venham a causar, em analogia com a inevitabilidade incontrolada das catástrofes naturais. A própria designação da acção de guerra da NATO no Kosovo como “**Força Aliada**” (In: “Albânia ao serviço da NATO”, *Público*, 12.04.1999, p. 2) explora um potencial eufemístico de desvio das imagens de guerra.

designação efectivamente escolhida para a referência é avaliativamente neutra (como é o caso da designação do local em vez da guerra que nele acontece), podendo em certos casos ter uma avaliação positiva junto do Interlocutor (este é o caso da utilização de *defesa* e *segurança* no último grupo de exemplos).

A tabela a seguir dá conta dos esquemas metonímicos com um valor eufemístico, detectados na análise do *corpus*. Na sequência da proposta de apresentação de Cuenca e Hilferty (1999: 112), o quadro inclui as metonímias conceptuais, suportadas por exemplos atrás referidos, o ponto de referência (o elemento saliente no domínio conceptual, utilizado na expressão) e a zona activa (o referente do mesmo domínio cognitivo implicado na nomeação). Para além destes elementos de identificação das metonímias conceptuais em causa, a última coluna apresenta brevemente o potencial eufemístico dos diferentes esquemas metonímicos.

Metonímia conceptual e léxico de suporte	Ponto de referência	Zona activa	Potencial eufemístico
A INSTITUIÇÃO PELAS PESSOAS RESPONSÁVEIS			
1) [...] <i>a NATO mantém a sua determinação de obter a rendição do Presidente Slobodan Milosevic.</i>	a NATO	Governos dos países membros da NATO	Anonimato das pessoas que integram os governos (responsáveis políticos dos países da NATO), em contraste com a referência directa e explícita de Milosevic
2) <i>O Ocidente ainda pode negociar com Milosevic?</i>	o Ocidente	Governos dos países membros da NATO	
3) [...] <i>os aliados querem agora responsabilizar pessoalmente Milosevic pela actual crise dos Balcãs.</i>	os aliados	Governos dos países membros da NATO	
O LOCAL PELA INSTITUIÇÃO			
	Europa	Governos da	Anonimato das

4) <i>Auch Europa und die USA haben Milosevic jahrelang hofiert, doch [...] nicht so lange wie Moskau.</i>	EUA Moscovo	Europa, dos EUA e de Moscovo	pessoas que integram os governos europeus, americano e russo, em contraste com a referência directa e personalizada de Milosevic
O LOCAL PELA INSTITUIÇÃO (PELA PESSOA)			
5) <i>Rússia nega ter apontado misseis a países da NATO</i>	Rússia	Governo/ Presidente russo	Omissão da referência directa e explícita da pessoa responsável
O LOCAL PELO ACONTECIMENTO			
6) <i>Mas espanta-se com a apatia do mundo perante o Kosovo.</i>	Kosovo	A Guerra do Kosovo	Destaque do local (avaliativamente neutro) em lugar do acontecimento
7) <i>Schröders Wahl und Kosovo beschäftigen den Sonderparteitag.</i>			negativo
A PARTE PELO TODO			
8) [...] <i>Bodentruppen seien "kein Thema".</i>	Boden- truppen (tropas terrestres)	Guerra terrestre	Desvio da atenção dos actos de guerra a praticar por estas tropas
9) [...] <i>hätte sie dem Beginn der Luftangriffe nicht zugestimmt.</i>	Luft- angriffe (ataques aéreos)	Guerra	Supressão de referências dos resultados das lutas, parte integrante do domínio da guerra (destruição, mortes)
10) [...] <i>nach dem Ende der Kämpfe [...]</i>	Kämpfe (lutas)	Guerra	
11) [...] <i>uma resolução sem os capacetes azuis.</i>	Capacetes	Soldados com capacetes azuis	

12) [...] <i>Blauhelme ins Kosovo zu schicken.</i>	azuis Blauhelme	(símbolo dos soldados da ONU)	Supressão da referência aos soldados (autores dos actos de guerra)
(exemplos 13 a 18)			
15) [...] <i>aumentar os orçamentos da defesa, fazer avançar a indústria de defesa [...]</i>	defesa	Guerra, de que faz parte a defesa e o ataque	Desvio da atenção da outra componente de guerra (ataque), tornando-a moralmente aceitável
16) [...] <i>a Aliança Atlântica como uma organização de segurança e defesa da Europa.</i>	segurança		

Fig. 8 – As metonímias conceptuais ao serviço da conceptualização eufemística da guerra do Kosovo.

Para além dos esquemas metonímicos detectados nesta secção, é possível reconhecer ainda a metonímia conceptual O EFEITO PELA CAUSA em expressões de substituição, onde a função eufemística se evidencia mais destacadamente através de outras estratégias conceptuais. Trata-se de expressões metafóricas, traduções linguísticas de integrações conceptuais, orações passivas e ainda construções sintácticas subordinadas a uma selecção do predicado lexical.

O quadro a seguir dá conta de alguns exemplos, que serão retomados nas secções que ao longo deste capítulo serão dedicadas a cada uma das estratégias de substituição eufemística a nível lexical e sintáctico⁸⁷.

Metonímia conceptual e léxico de suporte	Ponto de referência	Zona activa	Potencial eufemístico
--	---------------------	-------------	-----------------------

⁸⁷ Para uma análise da relação de interacção entre a metáfora e a metonímia, veja-se GOOSSENS (1990). TURNER e FAUCONNIER (2000) alargam o objecto de análise à interacção entre metáfora, metonímia e blending (a que os autores atribuem igualmente a designação de binding).

O EFEITO PELA CAUSA

79) <i>Toda a acção armada é terrível, porque nela caem sempre inocentes.</i> (metáfora)	caem	caem porque são mortos	<i>Cair</i> é a primeira consequência de ser atingido; o lexema não evoca a mesma imagem mental de <i>morrer</i> , ou ainda <i>ser morto</i>
133c) <i>Shea afirmou que um veículo foi atingido [...]</i> (passiva sem agente)	foi atingido	Foi atingido por uma bomba lançada por um piloto da NATO	A omissão do agente desvia a atenção da origem causal do evento (e até do instrumento), centrando-a nos seus efeitos
135a) <i>Unklar war, wieso Zivilisten bombardiert wurden.</i> (passiva sem agente)	foram bombardeados	Foram bombardeados por um piloto da NATO	Omissão do Agente (o instrumento está integrado no significado do predicado verbal)
140) <i>Danos provocados por um míssil que aterrou perto, às 3h30.</i> (selecção do predicado lexical)	aterrou	Aterrou na sequência de ter sido lançado pelo piloto	Supressão da referência da causa directa, uma acção levada a cabo por um agente responsável

Fig. 9 – O EFEITO PELA CAUSA: a interacção entre a metonímia conceptual e outras estratégias semânticas de conceptualização e expressão eufemística.

Uma das estratégias em interacção com a metonímia conceptual neste quadro é a metáfora conceptual, que será abordada na secção a seguir.

3.1.2 A metáfora

No âmbito do paradigma cognitivo do estudo da linguagem, a metáfora, tal como a metonímia, é, antes de tudo, uma importante

estratégia de conceptualização da realidade. Esta perspectiva é mais abrangente do que a visão tradicional da metáfora, que a reduz a uma artefacto de retórica, a uma figura de estilo, portanto a um processo estritamente linguístico, normalmente reservado ao domínio do registo literário. George Lakoff, em conjunto com outros autores, cujos nomes ficam ligados ao desenvolvimento da perspectiva cognitiva em Linguística, particularmente em Semântica, contesta esta visão redutora da metáfora, em obras que se tornaram já referências clássicas nesta disciplina: Lakoff & Johnson (1980, 1999), Lakoff & Turner (1989), Lakoff (1987, 1993) ou Johnson (1987)⁸⁸. No primeiro destes estudos, os autores distinguem entre metonímia e metáfora, partindo do que as aproxima, nomeadamente o facto de serem dois importantes mecanismos de conceptualização e compreensão da realidade:

Metaphor and metonymy are different kinds of processes. Metaphor is principally a way of conceiving one thing in terms of another, and its primary function is understanding. Metonymy, on the other hand, has primarily a referential function, that is, it allows us to use one entity to stand for another. But metonymy is not only a referential device. It also serves the function of providing understanding. (LAKOFF & JOHNSON 1980: 36)

A metáfora, tal como a metonímia, é, portanto, antes de tudo, um fenómeno de natureza conceptual, que se exprime na linguagem. Lakoff (1993: 208) distingue claramente entre estes dois níveis: «The metaphor is not just a matter of language, but of thought and reason. The language is secondary.» Deste modo, uma pluralidade de expressões metafóricas podem reproduzir uma única metáfora conceptual⁸⁹. Esta assimetria é possível pela natureza

⁸⁸ Veja-se, ainda, DIRVEN (1993), acerca das diferenças entre a metáfora e metonímia, enquanto estruturas cognitivas.

⁸⁹ Lakoff chama de novo a atenção para a diferença entre o plano conceptual e o plano linguístico da metáfora, subscrevendo uma distinção terminológica: «It should be noted that contemporary metaphor theorists commonly use the term ‘metaphor’ to refer to the conceptual mapping, and the term ‘metaphorical expression’ to refer to an individual linguistic expression [...] that is sanctioned by a mapping. We have adopted this terminology for the following reason: Metaphor,

sistemática e convencional da metáfora, que torna o seu uso no discurso um processo automático e inconsciente. Muitas metáforas conceptuais estão de tal forma enraizadas no modo de pensar de uma comunidade linguística, que as expressões linguísticas que as traduzem já não são reconhecidas como metafóricas. Esta convencionalidade da metáfora conceptual advém, em primeira linha, da essência da sua natureza: a metáfora baseia-se fundamentalmente em correspondências entre experiências imediatas, nomeadamente no domínio físico⁹⁰, de interacção entre o corpo e a realidade, partilhadas pela comunidade linguística e enraizadas em modelos culturais, também designados por “folk models”. A validade da metáfora conceptual manifesta-se no número e na frequência das expressões que a traduzem e que, dado o seu grau de lexicalização, estão profundamente enraizadas no discurso, sendo que a sua origem metafórica passa geralmente despercebida.⁹¹

De um ponto de vista estrutural, se a metonímia se baseia na contiguidade entre aspectos de um mesmo domínio cognitivo, a metáfora assenta numa relação de similaridade entre dois domínios diferentes. Esta estratégia consiste, assim, na conceptualização de um domínio mental (domínio alvo) em termos de um outro (domínio origem). Esta projecção entre domínios conceptuais é designada por mapeamento:

A metaphoric mapping involves a source domain and a target domain. [...] The mapping is typically partial; it maps the structure of the source domain onto a

as a phenomenon, involves both conceptual mappings and individual linguistic expressions. It is important to keep them distinct.» (LAKOFF 1993: 209)

⁹⁰ Veja-se a este respeito Johnson (1987).

⁹¹ Contudo, não é correcto falar nestes casos da *morte* da metáfora. O facto de as expressões que traduzem linguisticamente uma metáfora conceptual se enraizarem (evita-se intencionalmente a palavra *fossilização*) na língua através de um processo de lexicalização, não implica que a metáfora conceptual original se tenha esgotado, enquanto motor gerador de significação. A prova disso encontra-se na dinâmica da mudança linguística: novas expressões metafóricas vão surgindo em resposta a motivações específicas, mas a metáfora conceptual mantém-se inalterada e é a garantia da compreensão das novas expressões metafóricas. Veja-se a este respeito o exemplo da metáfora conceptual LOVE-IS-A-JOURNEY em Lakoff (1993: particularmente 210).

corresponding structure in the target domain. (LAKOFF 1987: 288)

A projecção metafórica implica um conjunto fixo de correspondências ontológicas entre as entidades do domínio origem e as entidades do domínio alvo da conceptualização, e ainda uma analogia a nível estrutural: as características das entidades e as relações entre estas no domínio origem são igualmente projectadas na conceptualização do domínio alvo, tornando, assim, real a correspondência epistémica entre domínios.

A proximidade entre os dois domínios conceptuais envolvidos na metáfora pode não existir ao nível da realidade em si, mas dar-se primeiramente a nível mental. Neste sentido, Silva distingue entre similaridade metafórica e similaridade não metafórica:

Embora não seja fácil precisar os limites entre a similaridade metafórica (figurativa) e a similaridade não metafórica (ou literal), compreenda-se que a primeira implica uma grande distância e um grande contraste conceptuais, na medida em que [...] envolve a transposição de um domínio para outro diferente. (SILVA 1999a: 46)

A metáfora baseia-se, portanto, sobretudo em correspondências entre experiências, e não numa relação de semelhança directa, o que é ainda mais evidente no caso da conceptualização metafórica de conceitos abstractos. A função central da metáfora é permitir a compreensão. No caso de noções abstractas, a sua conceptualização define-se, em geral, em termos de um conceito mais concreto, baseado na experiência física da interacção com o espaço e o movimento, na percepção e na mentalidade que decorre da existência numa sociedade e cultura determinadas. Daí resulta que haja padrões metafóricos recorrentes na conceptualização de conceitos básicos em comunidades linguística e culturalmente distantes.⁹²

⁹² Veja-se, a título de exemplo, a regularidade de padrões metafóricos na conceptualização de emoções básicas, como a raiva, em Kövecses (1995), e a contrapartida de Gereraerts (1995). O primeiro defende a universalidade na

A regularidade das projecções entre domínios, manifestada na proximidade entre as expressões linguísticas da metáfora e na transparência das novas extensões desta, resulta da sistematicidade das correspondências fixas entre a estrutura do domínio de origem e a estrutura do domínio alvo da conceptualização. Diversas áreas da experiência são metaforicamente estruturadas por um número reduzido de esquemas imagéticos (“image schemas”⁹³), estruturas abstractas recorrentes, que decorrem da experiência humana de eventos canónicos, muitos deles resultantes da interacção imediata, física ou corporal com a realidade. Alguns destes esquemas são, por exemplo, o esquema do CONTENTOR (na base de metáforas conceptuais como A MENTE É UM CONTENTOR, onde “cabem” ou não determinadas ideias), o esquema do CAMINHO (na origem da metáfora A VIDA É UMA VIAGEM), o esquema da ORIENTAÇÃO EM CIMA – EM BAIXO (na estruturação metafórica de conceitos abstractos, como O BEM ESTÁ EM CIMA, O MAL ESTÁ EM BAIXO), entre outros. Nos exemplos apontados, os esquemas imagéticos que caracterizam o domínio origem na projecção metafórica são mapeados para o domínio alvo da conceptualização. Esta ideia constitui a base de uma hipótese desenvolvida por Lakoff (1990, 1993), a que o autor atribuiu a designação de Princípio da Invariância:

The Invariance Hypothesis: Metaphorical mappings preserve the cognitive topology (this is, the image-schema structure) of the source domain. (LAKOFF 1990: 54)

Num estudo posterior, Lakoff ilustra este princípio teórico com alguns exemplos da sistematicidade ontológica e estrutural na projecção de esquemas imagéticos:

conceptualização desta emoção básica, enquanto o segundo a questiona, contrapondo argumentos culturalmente específicos na origem de expressões metafóricas. As duas visões não necessitam de se excluir, já que a uma motivação de ordem cultural num processo de conceptualização não são alheias motivações primárias de ordem experiencial física.

⁹³ A noção de “image schema” é desenvolvida por LAKOFF (1987, 1990, 1993). Em CIENKI (1997) é possível encontrar um inventário agrupado dos esquemas imagéticos mais recorrentes. DEWELL (1994) propõe uma análise dos esquemas imagéticos e da sua transformação no âmbito da análise semântica.

What the Invariance Principle does is guarantee that, for container schemas, interiors will be mapped onto interiors, exteriors onto exteriors and boundaries onto boundaries; for path-schemas, sources will be mapped onto sources, goals onto goals, trajectories onto trajectories, and so on. (LAKOFF 1993: 215)

As projecções metafóricas obedecem a este Princípio da Invariância, na medida em que a estrutura dos esquemas imagéticos do domínio origem é projectada no domínio alvo de forma consistente com a estrutura inerente deste último. Uma das teses decorrentes da aplicação deste princípio é a de que os conceitos abstractos são tendencialmente conceptualizados em termos de noções concretas de base experiencial, o que ajuda a prever um certo grau de convencionalidade nas projecções metafóricas.

Esta abordagem, porquanto breve, de alguns dos traços mais relevantes da perspectiva sobre a metáfora no âmbito da Linguística Cognitiva, ajuda a reconhecer a sua relevância conceptual, enquanto estratégia de conceptualização e compreensão de segmentos da realidade. Um destes segmentos é a guerra, entre o contexto que leva até ela, o seu desenrolar e as consequências que implica. No final de uma reflexão sobre a relação conceptual entre guerra (realidade) e metáfora (estratégia utilizada para a sua conceptualização), Lakoff (1992) denuncia o perigo das implicações da conceptualização metafórica da guerra. Sem aludir ao potencial eufemístico da metáfora nem referir abertamente o seu uso manipulativo, o autor deixa contudo um aviso inequívoco:

*What metaphor does is **limit what we notice**, highlight what we do see, and provide part of the inferential structure that we reason with. [...] There is no way to avoid metaphorical thought, especially in complex matters like foreign policy. I am therefore not objecting to the use of metaphor in itself in foreign policy. My objections are, first, to the ignorance of the presence of metaphor in foreign policy deliberations, second to the failure to look systematically at **what our metaphors hide**, and third, to the failure to think*

imaginatively about what new metaphors might be more benign. (LAKOFF 1992: 481)⁹⁴

O autor vai ainda mais longe, revelando o poder efectivo da metáfora, tal como pode ser explorado em relatos sobre situações de guerra:

It is in the service of reality that we must pay more attention to the mechanisms of metaphorical thought, especially because such mechanisms are necessarily used in foreign policy deliberations, and because [...] metaphors backed up by bombs can kill. (LAKOFF 1992: 481)⁹⁵

A conceptualização metafórica da guerra e a sua tradução linguística num discurso dirigido a um Interlocutor plural, pode, assim, ser motivada por um propósito de natureza suavizante ou desviante, isto é, eufemístico, na abordagem da realidade retratada. Um primeiro olhar sobre as expressões metafóricas mais recorrentes no *corpus* seleccionado, pode levantar interrogações relativamente à coerência dos padrões de projecção e à sistematicidade dos domínios envolvidos nos mapeamentos. Do teatro à política, da economia à medicina, são vários e distintos os domínios cognitivos que servem de base à conceptualização metafórica da guerra. De seguida, considerar-se-ão as metáforas mais recorrentes no *corpus* e a sua interacção conceptual, após o que se procederá a uma reflexão sobre o efeito eufemístico desta forma de entender e dar a entender a guerra.

Uma das metáforas mais produtivas nos textos analisados, utilizada na compreensão de assuntos de política internacional geral, como a relação entre as nações, e importante também para a conceptualização da guerra do Kosovo, é O ESTADO COMO PESSOA. A natureza ontológica desta metáfora explica a sua generalização em expressões diversas, que traduzem o conjunto sistemático de correspondências entre o domínio origem (a pessoa) e o domínio alvo (o Estado). Tal como uma pessoa, um Estado tem uma

⁹⁴ O destaque a negrito foi acrescentado ao original.

⁹⁵ O destaque a negrito foi acrescentado ao original.

existência simultaneamente individual e colectiva. Um Estado, como uma pessoa, existe numa área territorial determinada (a sua “casa”) e é susceptível de se relacionar com entidades análogas, fisicamente mais próximas (os seus “vizinhos”). A natureza dessas relações é determinada pelo percurso histórico de ambos (tal como sucede com a história de vida de uma pessoa), e reflecte-se em estados de espírito que desencadeiam reacções mais ou menos positivas. À semelhança das pessoas, os países têm amigos e inimigos, com alguns associam-se em alianças, com outros medem forças. Vejam-se os exemplos:

- 19) *A Albânia, insegura com a vizinhança, transformou-se num quartel da Aliança.*⁹⁶
- 20) *Antes do anúncio de Downer, o vice-primeiro-ministro jugoslavo, Vuc Draskovic, prometera tudo fazer para localizar os dois homens, afirmando que os australianos não são inimigos da Jugoslávia.*⁹⁷
- 21) *A Constituição só permite a declaração de guerra no caso de **legítima defesa** contra a **agressão** ao território nacional.*⁹⁸
- 22) *[...] uma tentativa de encontrar uma porta de saída para o **braço-de-ferro** travado entre a NATO e o Presidente jugoslavo.*⁹⁹
- 23) *Es müsse der Abzug aller militärischen und paramilitärischen **Kräfte** sowie der Sonderpolizei folgen.*¹⁰⁰
- 24) *A Jugoslávia deve “usar a **força** bruta de um Estado organizado, [porque] se não **ajustarmos contas** com eles [os albaneses] na altura certa, daqui a 20-30 anos teremos de lidar com um terrível irredentismo.”*¹⁰¹

⁹⁶ In: “Albânia ao serviço da NATO”, *Público*, 12.04.1999, p. 2.

⁹⁷ In: “Australianos detidos pelos sérvios”, *Correio da Manhã*, 10.04.1999, p. 24.

⁹⁸ In: “inquérito – ‘A acção é duvidosa, mas não houve violação’”, *Público*, 13.04.1999, p. 8.

⁹⁹ In: “Um protectorado europeu”, *Público*, 15.04.1999, p. 2.

¹⁰⁰ In: “‘Kosovo-Votum bestimmt für Jahre Richtung der Politik’”, *Frankfurter Rundschau*, 14.04.1999, p. 34.

¹⁰¹ In: “Plano Ferradura: 1878-1999”, *Público*, 14.04.1999, p. 5.

A força de um Estado é, portanto, a força militar, e o seu uso é desencadeado pela violação dos seus interesses. Se uma pessoa usa a força quando se sente ameaçada, também um Estado pode recorrer à violência para salvaguardar os seus interesses próprios. Aqui entra uma questão tão decisiva como difícil: a moralidade como justificação para uma acção armada. Sem ousar responder a uma questão que despoletou um aceso debate e que até hoje parece ter ficado em aberto – a da legitimidade moral da iniciativa de guerra pelos países da NATO –, importa aqui considerar o que para ambas as partes envolvidas nesta acção armada poderia ser visto como interesse próprio (ou, não sendo próprio, pudesse ser considerado moral), e portanto como justificação legítima para haver ou não uma guerra. Para tal, e antes de prosseguir a análise dos padrões de conceptualização metafórica da guerra, vale a pena considerar o conceito de moralidade e os esquemas metafóricos activados na sua conceptualização. A este respeito afirma Lakoff (1996):

Morality around the world has its basis in the promotion of the material well-being of others and the avoidance and prevention of material harm to others. [...] The dimensions of material well-being – strength, health, happiness, wealth, freedom, safety, protection, nurturance, empathy, cleanliness, beauty, uprightness, and light – provide the basis for metaphors for morality. (LAKOFF 1996: 250-251)

A conceptualização da moral e o modelo cultural que dela resulta é, na sua essência, metafórica e assenta na analogia e na projecção ontológica e estrutural entre domínios¹⁰².

Como sucede na generalidade dos conceitos abstractos, também a conceptualização da moralidade parte de noções

¹⁰² Esta é a posição assumida por Johnson, numa obra dedicada à conceptualização e expressão da moralidade: «Metaphors [...] provide the basic structure of our common moral understanding. They are instead, constitutive of our sense of morality.» (JOHNSON 1993: 52) Em SILVA 1999b é retomada a estrutura metafórica do modelo cultural da moralidade, na perspectiva da análise de conceitos permissivos e proibitivos.

concretas, do domínio físico da experiência. Lakoff aponta a existência de uma moralidade experiencial, a primeira a ser sujeita a uma abordagem cognitiva, que constitui a base da conceptualização de uma moralidade abstracta, assente numa noção abrangente de procura do bem-estar:

Every form of metaphorical morality has its source in experiential morality. Consequently we shall speak of abstract morality as being “grounded” in experiential morality, that is, in the promotion of experiential well-being. (LAKOFF 1996: 251)

Sendo a noção de bem-estar, mesmo na sua acepção mais concreta, muito abrangente, envolvendo noções que vão desde a saúde à riqueza, da limpeza à claridade, os esquemas conceptuais associados ao conceito envolvem uma lógica particular e espelham-se em expressões próprias. Lakoff dá conta de alguns destes esquemas, que ilustram a diversidade de aplicações do conceito, não restrito à procura do bem-estar do outro: a contabilidade moral, a reciprocidade, a retribuição, o altruísmo, a justiça, o interesse próprio, os limites morais, a autoridade moral, a força moral, a moralidade como saúde, como luz ou pureza. Das diferenças que particularizam todas estas concepções metafóricas da moralidade destaca-se, porém, uma essência comum: são estes esquemas que permitem agrupar segmentos da realidade, nomeadamente aqueles que resultam da acção humana, em dois grupos distintos: morais e não morais (ou imorais). Sendo, por outro lado, a noção de moralidade não apenas individual, mas sobretudo uma noção que resulta da existência colectiva, este conceito é ele próprio avaliativo e, aplicado a eventos, transfere para estes essa avaliação positiva ou negativa. No caso específico desta guerra, o conceito de moralidade, nomeadamente nos esquemas metafóricos activados na sua conceptualização, preside à avaliação que é feita no momento da tomada de conhecimento dos acontecimentos, e reflecte-se ainda na forma como são concebidas as partes envolvidas no conflito. Se, por um lado, a guerra é uma consequência da vida colectiva e, por outro, também é colectivo o relato que dela se faz na imprensa, a perspectiva de quem escreve a notícia, sendo individual à partida,

torna-se ela própria colectiva, condicionando a forma de entender a guerra de todo um grupo abrangente de pessoas.

Atente-se, assim, à imagem que os jornais analisados têm e dão da guerra do Kosovo, através da linguagem metafórica que denuncia a conceptualização de acontecimentos e das partes neles envolvidas.

Um esquema metafórico recorrente no *corpus* analisado é o resultado da aproximação do conceito de guerra à noção de economia: GUERRA É ECONOMIA.

- 25) Para **capitalizar** aliados no conflito com a NATO, o Parlamento jugoslavo aprovou, ontem, por maioria, a adesão do país à União Eslava [...].¹⁰³
- 26) [...] criar mecanismos que permitem aos europeus intervir na **gestão** de crises [...].¹⁰⁴
- 27) Se os sérvios **tomarem** a aldeia de Padeshi [...] facilmente conquistarão todo o distrito de Tropoja.¹⁰⁵
- 28) Aquilo que existiu, no que toca ao Kosovo, foi **empenhamento** de forças militares portuguesas no exterior [...].¹⁰⁶
- 29) Não tem valor **o custo “humano”** da guerra contra a Jugoslávia.¹⁰⁷

Os exemplos demonstram a aproximação clara entre os dois domínios, através de uma série de correspondências sistemáticas: a participação na guerra é vista como um investimento de recursos humanos e logísticos e, como em qualquer operação financeira, o sucesso no final é o resultado de uma boa gestão dos investimentos face aos objectivos. Esse sucesso traduz-se na proporção assimétrica de ganhos (como a derrota do inimigo ou a tomada ou

¹⁰³ In: “Parlamento jugoslavo aprova adesão à união eslava”, *Correio da Manhã*, 13.04.1999, p. 26.

¹⁰⁴ In: “‘Não é preciso recorrer à UEO’ – entrevista a José Cutileiro”, *Público*, 10.04.1999, p. 8.

¹⁰⁵ In: “Ataque ou invasão?”, *Público*, 14.04.1999, p. 3.

¹⁰⁶ In: “Que poderia Portugal fazer?”, *Público*, 14.04.1999, p. 6.

¹⁰⁷ In: “Mulheres kosovares vítimas de violações”, *Correio da Manhã*, 14.04.1999, p. 27.

ocupação de territórios), cuja rentabilidade é medida pelos baixos custos (humanos e outros) envolvidos.

Lakoff (1992) aponta para um conceito intermédio nesta metáfora conceptual: a política. Para tal, evoca uma outra metáfora conceptual formulada pelo general prussiano Carl von Clausewitz: «Der Krieg ist die Fortsetzung der Politik mit anderen Mitteln.»¹⁰⁸ Nesta metáfora, o mapeamento conceptual envolve a política, como domínio origem, e a guerra, como o domínio alvo da conceptualização. A aproximação final entre a guerra e a economia faz-se através do conceito de política, que funciona conceptualmente como a ponte entre os domínios anteriores: se GUERRA É POLÍTICA e POLÍTICA É ECONOMIA, então GUERRA É ECONOMIA. Lakoff (1992: 468-471) afirma que esta conceptualização se baseia em aspectos pragmáticos e não permite uma justificação moral para a guerra. Este pragmatismo remete esta conceptualização metafórica para o plano dos especialistas, cuja forma de analisar a política, como o resultado de um equilíbrio delicado entre ganhos e custos, é projectada na forma como interpretam a guerra, justificada mediante os ganhos políticos propostos à partida e os custos eventualmente implicados, ou seja, o preço político a pagar pela obtenção desses lucros.

Since politics is business, war becomes a matter of maximizing political gains and minimizing losses. In Clausewitzian terms, war is justified when there is more to be gained by going to war than by not going to war. Morality is absent from the Clausewitzian equation [...].
(LAKOFF 1992: 470)

A metáfora de Clausewitz é evocada com relativa frequência nos artigos recolhidos do diário alemão *Frankfurter Rundschau*, como o demonstram os exemplos:

¹⁰⁸ SCOLTZE-STUBENRECHT (1993: 267). LAKOFF (1992: 471) justifica a natureza metafórica desta afirmação pelo recurso implícito à metáfora conceptual O ESTADO COMO PESSOA e pela conceptualização da guerra restrita a uma das suas dimensões, nomeadamente o lado político. Para além disso, o autor aponta para a redução que esta metáfora conceptual permite fazer de efeitos qualitativos da guerra em pessoas a aspectos meramente quantificáveis (ganhos e custos).

- 30) *“Der Krieg ist die Fortsetzung der Politik mit anderen Mitteln”*. Diesen Satz des berühmten preußischen Kriegstheoretikers Clausewitz scheint der Nato-Einsatz im Kosovo tagtäglich zu bestätigen. Fraglich ist allerdings, wieweit die Planer dieses Einsatzes auch Clausewitz’ Nachsatz begriffen haben: *“... und niemals kann das Mittel ohne Zweck gedacht werden.”*¹⁰⁹
- 31) Riedel grübelt: *“Man darf Krieg nicht als Mittel der Politik akzeptieren – aber was macht man, wenn man auf einen Gegner trifft, der das tut?”*¹¹⁰
- 32) *Das Denken kennt auf einmal keine “Friktionen” mehr, die nach Clausewitz den realen Krieg von dem auf dem Papier trennen [...].*¹¹¹

No caso concreto do exemplo 31, é notória a intenção manipuladora no uso da metáfora de Clausewitz: O autor da afirmação, citado pelo jornalista, nega publicamente a conceptualização metafórica da guerra, uma vez que, como atrás se viu, ela não permite uma justificação moral para a participação ou iniciativa de guerra. Evocá-la publicamente seria, assim, um arriscado custo político. Contudo, ele remete para a sua validade no lado inimigo, o que leva a que se justifique combatê-lo.

A natureza eufemística desta metáfora conceptual não é difícil de adivinhar: conceptualizar efeitos qualitativos da guerra em comunidades humanas como ganhos e custos quantificáveis é desviar a atenção de imagens mentais de realidades negativas, como a destruição e a morte, em números e estatísticas sem rosto. Contudo, esta metáfora, válida no universo de especialistas, não permite uma justificação moral para a guerra, importante para o cidadão comum (e que integra o ‘folk model’ que serve a sua conceptualização). Deste modo, encontram-se outras metáforas

¹⁰⁹ In: “Die Folgen eines Völkerrechtsbruchs zu Ende denken”, *Frankfurter Rundschau*, 10.04.1999, p. 7.

¹¹⁰ In: “Einige wollen Fischer aus der Partei werfen”, *Frankfurter Rundschau*, 10.04.1999, p. 21.

¹¹¹ In: “Schlachtenlärm”, *Frankfurter Rundschau*, 12.04.1999, p. 13.

conceptuais que procuram responder a esta necessidade. Uma destas metáforas é a que Lakoff designa por “the fairy tale of the just war”, ou seja, O CONTO DE FADAS DA GUERRA JUSTA. Da aproximação conceptual entre estes dois domínios resulta um conjunto sistemático de correspondências ontológicas e estruturais. Relativamente às entidades participantes, as três figuras centrais do conto de fadas – o vilão, a vítima e o herói – correspondem, no domínio desta guerra, respectivamente a Slobodan Milosevic (e por referência metonímica, aos soldados e mesmo aos cidadãos sérvios), aos kosovares de etnia albanesa e aos militares dos países que integram a NATO. A construção destas três identidades na imprensa sublinha a metáfora conceptual em causa. Assim, o nome de Slobodan Milosevic, muitas vezes nomeado por referência metonímica em vez dos militares que dirige ou até do povo sérvio, faz-se acompanhar, nos artigos analisados, de designações várias, que tendencialmente se afastam da neutralidade, se a referência surge em artigos de opinião (cartas de leitores) ou em citações de políticos e outras pessoas no corpo da notícia. Esta referência personalizada a Milosevic contrasta com a nomeação impessoal dos responsáveis políticos e militares dos países da NATO que participam nesta guerra¹¹²:

- 33) *Der jugoslawische Präsident Slobodan Milosevic bewegt sich nicht wie gewünscht [...]*.¹¹³
- 34) *O Presidente jugoslavo está disposto a aceitar uma presença internacional no Kosovo [...]*.¹¹⁴
- 35) *Sich nun noch einen Staatsverbrecher wie Slobodan Milosevic ins Boot zu holen, will in der Regierung niemand.*¹¹⁵
- 36) *Als ich mich in den letzten Tagen mit dem Krieg in der Volksrepublik Jugoslawien beschäftigte, dachte ich an die Kinder, Frauen und Männer, die unschuldig unter der von einem großserbischen Reich träumenden*

¹¹² Recorde-se aqui a referência metonímica nos relatos de guerra no *corpus* analisado (cf. secção anterior).

¹¹³ In: “Nachrichtenwert”, *Frankfurter Rundschau*, 10.04.1999, p. 3.

¹¹⁴ In: “Aliança venceu batalha do ar”, *Público*, 10.04.1999, p. 5.

¹¹⁵ In: “Moskaus verengter Spielraum”, *Frankfurter Rundschau*, 16.04.1999, p. 3.

Diktator Slobodan Milosevic leiden müssen.[...] und deshalb finde ich es gut, daß **die Nato** sich gegen **einen neuen “Adolf Hitler”** auflehnt.¹¹⁶

- 37) *Bomben träfen immer **Unschuldige**, nie den **Diktator**, den sie treffen sollten.*¹¹⁷
- 38) [...] disse-nos Pjeter Arbnori, um velho dissidente do regime [...] “*Não se pode confiar em **Milosevic**. [...] Ele é **fascista, racista, comunista**.*”¹¹⁸
- 39) *Der “**Schlächter**” **Milosevic** – er schickt Menschen gnadenlos in den Tod und Verderben.*¹¹⁹

A nomeação de Slobodan Milosevic adquire uma conotação ainda mais negativa, quando comparada com a identificação da entidade que aqui assume o papel de vítima. O exemplo 36 não é isento neste sentido: a identificação dos kosovares albaneses parte do grupo mais vulnerável, as crianças, o que sublinha a injustiça das acções sérvias contra esta etnia.

Para além das três figuras centrais já apresentadas, a narrativa de guerra do Kosovo conta ainda com outra figura: o UÇK, acrónimo para Exército de Libertação do Kosovo. A atribuição desta designação a um grupo armado, cuja legitimidade não está reconhecida, não deixa de causar alguma perplexidade, como revela o testemunho de um leitor do *Frankfurter Rundschau*:

- 40) *Die Frage drängt sich auf, weshalb bei der UÇK von einer **Befreiungsarmee** die Rede ist und z.B. bei der PKK von einer Terrororganisation.*¹²⁰

No *corpus* analisado, encontram-se outros exemplos de referência ao UÇK, que remetem para um certo estatuto de legalidade e o aproximam a um exército nacional:

¹¹⁶ In: “Es kommt der Tag”, *Frankfurter Rundschau*, 10.04.1999, p. 7.

¹¹⁷ In: “Parteikanzler in den Zeiten des Krieges”, *Frankfurter Rundschau*, 13.04.1999, p. 3.

¹¹⁸ In: “Ataque ou invasão?”, *Público*, 14.04.1999, p. 3.

¹¹⁹ In: “...und Milosevics Sohn floh ins sonnige Griechenland”, *Bild-Zeitung*, 12.04.1999, p. 2.

¹²⁰ In: “Fehlende Weitsicht”, *Frankfurter Rundschau*, 10.04.1999, p. 7.

- 41) *Os incidentes [...] suscitaram receios que os efectivos do UÇK estejam demasiado ansiosos para começar uma ofensiva [...]*.¹²¹
- 42) *UÇK-Ausbildungslager befinden sich in Grenznähe zum Kosovo*.¹²²

Esta perspectiva sobre o movimento para-militar parece, assim, marcada por alguma subjectividade ocidental, que reconhece no UÇK um exército, treinado em campos de instrução (*Ausbildungslager*), e contando com efectivos, como o que acontece em exércitos legais e reconhecidos. Curioso é verificar que estas referências ao UÇK acompanham designações mais directas deste grupo¹²³, o que pode interpretar-se como alguma dificuldade em identificá-lo com um dos lados do restrito elenco dos acontecimentos.

Considere-se, de seguida, a estrutura dos eventos no âmbito do conto fantástico e as correspondências resultantes da sua projecção metafórica no domínio da guerra. Na metáfora conceptual em causa (O CONTO DE FADAS DA GUERRA JUSTA), a representação das duas entidades em oposição revela uma assimetria: o vilão é reconhecidamente cruel e irracional, em aberto contraste com o herói, que age racionalmente e em favor do restabelecimento da ordem moral. Daqui resulta o desenrolar dos acontecimentos, cuja estrutura é semelhante nos dois domínios conceptuais em causa. Assim, tudo se inicia com um acto criminoso levado a cabo pelo vilão contra a vítima indefesa, o que gera um desequilíbrio de poder, que se reflecte ao nível moral. O herói, só ou com o apoio de ajudantes, dispõe-se a restabelecer o equilíbrio de justiça, enfrentando o vilão e correndo eventualmente riscos. Dada a natureza genuinamente má do vilão, negociar com ele está fora de

¹²¹ In: “Tirana admite entrar com tropas no Kosovo”, *Público*, 10.04.1999, p. 2.

¹²² In: “Albanien: Blitzüberfall der Serben-Panzer”, *Bild-Zeitung*, 14.04.1999, p. 2.

¹²³ Considerem-se os seguintes exemplos: «[...] Feuergefechte zwischen der jugoslawischen Armee und Truppen der kosovo-albanischen **Untergrundarmee** UCK.» (In: “Berichte über Vergewaltigungen”, *Frankfurter Rundschau*, 12.04.1999, p. 4); «[...] um combate entre as forças sérvias e os **guerrilheiros** do Exército de Libertação do Kosovo (UÇK) [...]» (In: “Ataque ou invasão?”, *Público*, 14.04.1999, p. 2).

questão, pelo que o herói decide enfrentá-lo pela força, derrotado-o no final e salvando a vítima. Os riscos que correu na batalha são reconhecidos como um mal necessário para o restabelecimento do equilíbrio moral. O herói é aclamado pela vítima e pela comunidade.

O período de publicação do *corpus* em análise corresponde, nesta estrutura dos eventos, ao momento do confronto entre o vilão e o herói, pelo que não é conhecido ainda o desfecho da história. Contudo, formulam-se já desejos neste sentido:

43) *Pode ser que tudo isto **acabe menos mal**.*¹²⁴

Neste exemplo, as expectativas assumem a forma do desfecho tradicional da narrativa fantástica, ou seja, um final feliz, em que a justiça foi restabelecida. Outros exemplos encontrados sugerem ainda que para tal acontecer, o herói assume a responsabilidade moral de “justiceiro” em favor da vítima, um papel à partida reservado a entidades metafísicas. Este perfil legitima as suas acções de punição do vilão e assegura a protecção necessária à vítima:

44) *Slobodan Milosevic sei selbst an der Nato-**Strafaktion** schuld [...]*.¹²⁵

45) *Questionados se estão ou não de acordo com o **castigo militar** da NATO à Jugoslávia [...]*.¹²⁶

46) *Quem não se lembra de Srebrenica, **santuário** sob a protecção das tropas das Nações Unidas [...]*?¹²⁷

47) *A existência no Montenegro, na Albânia, na Macedónia e em outras zonas de mais de 700 mil refugiados albaneses do Kosovo redespertou o debate*

¹²⁴ In: “Portugal no Kosovo”, *Público*, 14.04.1999, p. 10.

¹²⁵ In: “Das vom Krieg aktualisierte Theater”, *Frankfurter Rundschau*, 13.04.1999, p. 10.

¹²⁶ In: “Inquéritos ‘online’ cada vez mais a favor da NATO”, *Público*, 10.04.1999, p. 9.

¹²⁷ In: “Não intervir é tomar partido”, *Público*, 16.04.1999, p. 9.

sobre a criação de um “**santuário humanitário**”
naquela província do sul da Sérvia.¹²⁸

48) *É o mundo dos **deuses** criados pelos homens.*¹²⁹

A última das afirmações recolhidas é marcada pela crítica. Contudo, acaba por denunciar a aceitação generalizada desta metáfora na conceptualização da guerra, sobretudo na clara definição do papel do herói. A justiça das suas acções mede-se pela moralidade dos seus intentos (estabelecer um “santuário”, isto é, um espaço sagrado, intocável, onde a vítima está a salvo de qualquer agressão, que, a acontecer, assumiria uma dimensão de redobrada gravidade, pela natureza sacrílega).

O tom crítico apontado ao último dos exemplos acima encontra um paralelo com outras afirmações apontadas, que questionam a aplicação desta metáfora e com ela a forma de entender esta guerra:

49) *A crise balcânica fez reviver a discussão sobre a ‘**guerra justa**’.*¹³⁰

50) *[...] mais do que discutir a ‘**guerra justa**’, importa sobretudo reflectir sobre a ‘**paz justa**’ [...]*¹³¹

Uma outra metáfora frequentemente utilizada na conceptualização da guerra e denunciada na recorrência de expressões no *corpus* analisado, resulta da aproximação conceptual dos domínios da guerra e da medicina: A GUERRA COMO MEDICAMENTO. Considerem-se os exemplos:

51) *Scheer [...] vergleicht die Situation in Kosovo mit einer “**tödlichen Epidemie**”. Nun sei die “**Fieberkurve gestiegen**” und es sei “**Zeit, die Medikamente abzusetzen**”.*¹³²

¹²⁸ In: “Um ‘santuário’ ou um ‘protectorado’?”, *Público*, 10.04.1999, p. 3.

¹²⁹ In: “A América e os deuses humanos”, *Público*, 12.04.1999, p. 10.

¹³⁰ In: “destaque – na imprensa estrangeira”, *Público*, 14.04.1999, p. 6.

¹³¹ In: “destaque – na imprensa estrangeira”, *Público*, 14.04.1999, p. 6.

¹³² In: “Parteikanzler in den Zeiten des Krieges”, *Frankfurter Rundschau*, 13.04.1999, p. 3.

- 52) *Aber als das Zeugnis eines wider alle Hoffnungen dennoch gegen den **“Pestgeist”** des Militarismus und **“Primitivismus”** [...] kämpfenden Intellektuellen [...].*¹³³
- 53) *Ziel eines solchen Treffens dürfte nicht nur die **“therapeutische Einbindung Rußlands”**, sondern es geht darum, Rußland als Partner ernst zu nehmen*.¹³⁴
- 54) *Welche Haltung werden Sie einnehmen, wenn nach Jelzins Ende die NATO gegen Rußland mit **“chirurgischen”** Eingriffen zieht [...].*¹³⁵
- 55) *Die NATO-**Operation** traf ihn in Bangkok auf der Konferenz **“Ökologischer Selbstmord in der globalisierten Welt”**.*¹³⁶
- 56) *[...] o recrutamento forçado de jovens da minoria húngara para o exército de Belgrado e para as **operações de limpeza étnica**.*¹³⁷
- 57) *Es kommt der Tag, an dem die Leichengruben der von **ethnischer Säuberung** gefüllten Skelette geborgen werden [...].*¹³⁸
- 58) *Die Illusion von **“sauberen Attacken”** auf rein militärische Ziele ist damit zerstört.*¹³⁹
- 59) *[...] com assassinios colectivos e políticas de **purificação étnica**, como o faz Milosevic [...].*¹⁴⁰
- 60) *[...] “não devemos abraçar o caminho de criar **zonas etnicamente limpas**, não é essa a via da paz e da convivência.*¹⁴¹

¹³³ In: *“Pestgeist”*, *Frankfurter Rundschau*, 14.04.1999, p. 9.

¹³⁴ In: *“Fischer plant Gipfel mit Rußland”*, *Frankfurter Rundschau*, 12.04.1999, p.

4.

¹³⁵ In: *“Der Haß wird weiterleben”*, *Frankfurter Rundschau*, 10.04.1999, p. 7.

¹³⁶ In: *“Batman in Europa”*, *Frankfurter Rundschau*, 10.04.1999, p. 10.

¹³⁷ In: *“Órgãos de soberania cumpriram a Constituição”*, *Público*, 12.04.1999, p.

6.

¹³⁸ In: *“Es kommt der Tag”*, *Frankfurter Rundschau*, 10.04.1999, p. 7.

¹³⁹ In: *“‘Kollateralschaden’, das heißt: Tote”*, *Frankfurter Rundschau*, 14.04.1999,

p. 5.

¹⁴⁰ In: *“na imprensa estrangeira”*, *Público*, 12.04.1999, p. 6.

¹⁴¹ In: *“Rússia insiste na negociação”*, *Público*, 16.04.1999, p. 4.

- 61) [...] alertou ainda para o perigo de o conflito **alastrar** para países vizinhos, incluindo a Macedónia.¹⁴²
- 62) A ameaça de **alastramento** do conflito¹⁴³

Em todos estes exemplos, há uma base metafórica comum: o controlo (militar) pelo inimigo é visto como uma doença grave, contagiosa como uma peste, ou evolutiva e fulminante como um cancro. Esta visão é válida para os dois lados do conflito: para os sérvios, o controlo étnico da província do Kosovo é encarado como uma ameaça ao equilíbrio saudável da nação, pelo que há necessidade de proceder ao controlo desta ameaça progressiva, através de acções de limpeza ou remoção do organismo ameaçador (*limpeza étnica*). Por outro lado, esta mesma acção desencadeada pelos sérvios é vista ela própria pelo Ocidente como uma epidemia, que requer uma intervenção terapêutica, um tratamento eficaz. Neste sentido, a iniciativa de guerra pela NATO é o tratamento necessário para a erradicação do mal, nomeadamente através de bombardeamentos cirúrgicos e de ataques para limpeza dos organismos ameaçadores. Os dois últimos exemplos vão igualmente neste sentido. Se a NATO não intervier, a doença que afecta os Balcãs (e que está na origem da intervenção do Ocidente) pode alastrar aos países vizinhos, e assim tornar-se mais difícil de controlar.

A apresentação que esta metáfora permite fazer da guerra, desde as motivações na sua origem à clara definição dos papéis dos participantes, aborda necessariamente a questão da legitimidade e da justiça. Tal como na metáfora conceptual anterior, também aqui se delinea um mal, a vítima que o sofre e o herói que dele a liberta.

No *corpus* analisado, é possível ainda dar conta de outras metáforas na conceptualização da guerra. Embora não remetam para a questão da moralidade e, assim, não se prestem a usos manipulativos tão evidentes, as expressões que traduzem essas metáforas podem assumir uma função eufemística, nomeadamente pelo encobrimento das imagens do que de facto acontece através da

¹⁴² In: “Acabará por virar-se contra os EUA”, *Público*, 13.04.1999, p. 8.

¹⁴³ In: “A ameaça de alastramento do conflito”-quadro informativo, *Correio da Manhã*, 13.04.1999, p. 26.

sobreposição de imagens menos negativamente marcadas. Vejam-se os seguintes exemplos:

- 63) [...] *die Eskalationslogik des Krieges verlangt nach neuen **Szenarien***.¹⁴⁴
- 64) *Vor der Osterpause noch ein **Theaterdonner***¹⁴⁵
- 65) *Als sei der Schreibtisch die Pilotenkanzel eines Tarnkappenbombers und die NATO-Operation ein kraftmeierndes **Bühnenstück** [...]*.¹⁴⁶
- 66) *Das vom Krieg aktualisierte **Theater***¹⁴⁷
- 67) *Portugal tem sempre um argumento para não envolver forças excessivas naqueles **teatros de guerra** [...]*.¹⁴⁸
- 68) *Ao mesmo tempo, os aliados, como a EU, tentam equacionar os diferentes **cenários** para o futuro do Kosovo*.¹⁴⁹
- 69) *A **tragédia** do Kosovo torna **dramaticamente** claro que a União Europeia é chamada a **assumir um papel** cada vez mais importante para garantir a segurança e a democracia em áreas decisivas para o nosso futuro*.¹⁵⁰
- 70) *Por ora, verifica-se que Jacques Chirac acalenta já, graças ao **drama** dos Balcãs, novas e inesperadas esperanças de uma reeleição em 2002*.¹⁵¹
- 71) ***Die Sprache des Krieges** wird um 19.30 Uhr in den Abendnachrichten des staatlichen Fernsehen Serbiens (RTS) **zelebriert***.¹⁵²

¹⁴⁴ In: "Nachrichtenwert", *Frankfurter Rundschau*, 10.04.1999, p. 3.

¹⁴⁵ In: "Vor der Osterpause noch ein Theaterdonner", *Frankfurter Rundschau*, 10.04.1999, p. 6.

¹⁴⁶ In: "Schlachtenlärm", *Frankfurter Rundschau*, 12.04.1999, p. 13.

¹⁴⁷ In: "Das vom Krieg aktualisierte Theater", *Frankfurter Rundschau*, 13.04.1999, p. 10.

¹⁴⁸ In: "O tabu da ofensiva terrestre", *Público*, 10.04.1999, p. 9.

¹⁴⁹ In: "NATO procura solução política", *Público*, 13.04.1999, p. 3.

¹⁵⁰ In: "Um grande aplauso para Prodi", *Público*, 14.04.1999, p. 12.

¹⁵¹ In: "Batalha política em França", *Público*, 15.04.1999, p. 6.

¹⁵² In: "Die Stunde des Patriotismus", *Frankfurter Rundschau*, 10.04.1999, p. 5.

Estas expressões remetem para a metáfora conceptual A GUERRA É UMA PEÇA DE TEATRO, uma tragédia, dada a sua natureza negativa. As entidades envolvidas são actores, que desempenham papéis e falam uma linguagem própria, o evoluir dos acontecimentos é marcado pela mudança de cenários. Embora aqui não haja a definição de papéis segundo critérios de moralidade, como na metáfora O CONTO DE FADAS DA GUERRA JUSTA, a escolha do domínio origem não será decerto arbitrária: o plano da realidade é conceptualizado como uma ficção representada perante um público passivo, que, assistindo à representação, vai estabelecendo laços de identificação com as personagens e criando a sua própria interpretação dos acontecimentos no palco (não sendo contudo alheio à construção da representação). O que de eufemístico pode haver nesta metáfora conceptual é a apresentação da realidade (negativa) como se esta fizesse parte apenas de um plano virtual.

Há ainda um grupo de expressões que apontam para uma metáfora, que Lakoff e Johnson (1980: 14) designam por metáfora orientacional: O BEM ESTÁ EM CIMA, O MAL ESTÁ EM BAIXO. A designação dada a esta metáfora, de resto conceptualmente muito produtiva, prende-se com o facto de ela permitir a organização de um conjunto de conceitos com base na interacção recíproca entre estes. O domínio origem deste tipo de metáforas é a orientação espacial, que tem por base a experiência concreta da interacção do corpo no espaço físico.

- 72) [...] *o executivo conservador madrileno responde à oposição, que o acusou de “low profile” de actuação e de falta de informação [...]*¹⁵³
- 73) *Koffi Annan [...] frisou que não irá a Belgrado “de cabeça baixa”*.¹⁵⁴
- 74) *Die Anweisung auf Geheimhaltung sei laut diesen Auskünften “von ganz oben” erteilt worden.*¹⁵⁵

¹⁵³ In: “Annan disponível para se encontrar com Milosevic”, *Público*, 13.04.1999, p. 5.

¹⁵⁴ In: “Rússia e EUA concordam em discordar”, *Público*, 14.04.1999, p. 4.

¹⁵⁵ In: “Bonner Politiker beklagen Geheimhaltung des Textes”, *Frankfurter Rundschau*, 10.04.1999, p. 6.

- 75) *Ich hoffe nur, daß wir uns nicht in einer Situation wiederfinden, in der wir aufhören, die **Gefallenen** zu zählen.*¹⁵⁶
- 76) *Sieben ihrer 20 Klassenkameraden [...] **fielen** kurz darauf im Zweiten Weltkrieg auf den Schlachtfeldern Europas.*¹⁵⁷
- 77) *A menos que o Ocidente esteja disposto a usar forças terrestres e aceitar **baixas** [...].*¹⁵⁸
- 78) *Foi Pristina que sofreu mais e houve **baixas civis**.*¹⁵⁹
- 79) *Toda a acção armada é terrível, porque nela **caem** sempre inocentes.*¹⁶⁰

Esta metáfora permite um conjunto de associações relativamente às noções espaciais EM CIMA e EM BAIXO, sendo que à primeira estão normalmente ligados conceitos positivos e a segunda serve de domínio origem na conceptualização de ideias menos positivas: “low profile” como perfil passivo pouco interventivo, “cabeça baixa” em sinal de submissão, “informações vindas de cima”, isto é, dos centro de poder e de decisão.

Paralelamente a estas associações conceptuais, esta metáfora adquire uma importância maior neste contexto, uma vez que dentro do conceito orientacional EM BAIXO está incluída uma temática tabu, que se presta à ocultação e ao disfarce eufemístico: a morte. Isto sucede nas últimas expressões, em que *as baixas* disfarçam “os mortos” e “cair” surge em vez de *morrer*.

Na construção da informação sobre a guerra do Kosovo, sobressai a interação entre várias metáforas conceptuais, que em conjunto oferecem uma visão dos acontecimentos alternativa às imagens mentais que eles evocam. Esta conceptualização da guerra, enquanto realidade tabu, em termos de outros conceitos emocionalmente neutros ou até mesmo positivos, é uma das estratégias que serve o Eufemismo no *corpus* analisado. O quadro a

¹⁵⁶ In: “Die sieben Waisen vom Balkan”, *Frankfurter Rundschau*, 10.04.1999, p. 7.

¹⁵⁷ In: “Von der Reifeprüfung direkt in den Kriegseinsatz”, *Frankfurter Rundschau*, 13.04.1999, p. 1.

¹⁵⁸ In: “destaque – na imprensa estrangeira”, *Público*, 11.04.1999, p. 7.

¹⁵⁹ In: “Albânia ao serviço da NATO”, *Público*, 12.04.1999, p. 2.

¹⁶⁰ In: “destaque – na imprensa estrangeira”, *Público*, 12.04.1999, p. 10.

seguir apresenta uma síntese das metáforas conceptuais identificadas no conjunto de ocorrências do *corpus* atrás citadas, e do potencial eufemístico que encerram¹⁶¹.

Metáfora conceptual	Potencial eufemístico
O ESTADO COMO PESSOA	As relações entre os Estados são como as relações humanas, cordiais ou conflituosas. Esta metáfora oferece a base para o entendimento da guerra como uma acção de ajuste de contas, resultante de uma actuação de desequilíbrio moral por parte de um Estado. Apoia a legitimação da guerra.
GUERRA É ECONOMIA	Metáfora de justificação da guerra, no contexto da análise de especialistas: a guerra como acção de equilíbrio entre perdas e ganhos, nomeadamente na esfera política.
O CONTO DE FADAS DA GUERRA JUSTA	Metáfora de legitimação moral da guerra, no contexto do modelo cultural da moralidade (reconhecimento nos participantes, de papéis precisos na construção tripartida da acção moral: o herói, o vilão e a vítima).
A GUERRA COMO MEDICAMENTO	Apresentação da guerra como uma inevitabilidade, uma acção eventualmente desagradável no imediato, mas de efeitos inquestionavelmente positivos, a longo prazo.
A GUERRA COMO PEÇA DE TEATRO	“Virtualização” da guerra, domínio culturalmente marcado, pelo seu afastamento do plano da realidade imediata.
O MAL ESTÁ EM BAIXO (metáfora orientacional)	Em interacção com a metonímia O EFEITO PELA CAUSA, esta metáfora permite velar a acção de matar alguém pelo efeito da queda, que antecipa a morte.

Fig. 10 – As metáforas conceptuais na construção eufemística da guerra do Kosovo.

¹⁶¹ Ao contrário do quadro de síntese das metonímias conceptuais envolvidas na construção do Eufemismo no *corpus* em análise, optou-se nesta tabela por não incluir alguns dos exemplos de realização dos padrões metafóricos, anteriormente citados e comentados. Uma selecção de exemplos entre as expressões recolhidas não ficaria isenta de crítica, já que é a totalidade dos casos descritos que permite deduzir os padrões metafóricos em causa.

Na verdade, não é arbitrária a selecção de domínios envolvidos na conceptualização metafórica da guerra. Esta escolha reflecte a conceptualização do conceito abstracto de moralidade, que por seu turno tem um alicerce concreto, em esferas como a riqueza, o conforto material ou a saúde. Nos casos onde a guerra não precisa de ser justificada sob um ponto de vista moral (a visão dos especialistas), guerra é descrita em termos de rentabilidade e de ganhos políticos. Quando a questão moral é evocada, a estrutura dos eventos é narrada em termos do fantástico, com a divisão tripartida simplista de papéis. A aproximação da guerra ao domínio do teatro atribui-lhe ainda um perigoso estatuto potencial de ficção. Neste conjunto, as expressões metafóricas recolhidas poderão não constituir individualmente eufemismos, no sentido restrito. Contudo, analisadas no conjunto estruturante da metáfora conceptual que traduzem, essas expressões assumem o papel de máscara, velando acontecimentos negativos sob a aparência de imagens mentais menos agressivas. A interacção entre as várias metáforas conceptuais analisadas sublinha este propósito. Voltando ao que atrás foi dito acerca das funções do Eufemismo (cf. capítulo anterior), as expressões metafóricas, que traduzem uma forma de entender (e dar a entender) a guerra, cumprem uma função primeiramente ocultante: os acontecimentos reais são apresentados de uma forma mais suave, garantia da salvaguarda de tabus sociais. Este propósito, porém, vai mais longe no seu efeito, uma vez que nele pode estar contida uma tentativa de construir a realidade diferente da ordem natural dos acontecimentos. Neste sentido, esta função de ocultação pode não servir apenas como garantia de tabus sociais como a guerra e a indissociável morte, mas dar forma a um intento manipulativo.

3.1.3 Guerra, paz ou pacificação: da metáfora ao *blending*

Na sua sátira político-social *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*, George Orwell¹⁶² cria três palavras de ordem, que traduzem a máquina de poder totalitário que descreve na obra: «Guerra é paz, liberdade é escravidão, ignorância é força». Estes slogans desafiam uma leitura indiferente, pelo carácter provocatório que as contradições deixam transparecer: conceitos opostos são apresentados como sinónimos, testemunhando a manipulação a que foram sujeitos para servir os propósitos desse poder absoluto.

No *corpus* em análise neste trabalho, expressões como *tropas de paz*, *forças de paz* ou ainda *acções de pacificação*¹⁶³ surgem com relativa frequência, nomeadamente quando o assunto da notícia é o futuro do Kosovo, para lá da guerra em curso. O que este facto tem em comum com o texto de Orwell é a natureza contraditória da relação entre *paz* e *pacificação*, por um lado, e os referentes a que estão associados, por outro, e que parecem ter mais afinidades com um domínio conceptual diametralmente oposto: a guerra. Considerem-se, pois, os exemplos recolhidos:

- 80) *Estes aparelhos apoiaram também operações de manutenção de paz na Turquia e na Bósnia-Herzegovina.*¹⁶⁴
- 81) [...] *o Bundeswehr só interviria fora das fronteiras alemãs “no quadro de um mandato da ONU ou da OSCE para missões de paz”.*¹⁶⁵
- 82) *A NATO deve afirmar-se no próximo século como uma “aliança global” capaz de intervir em acções de manutenção de paz e de pacificação.*¹⁶⁶

Se nestes três exemplos a imagem da violência é convenientemente ocultada por designações que evocam justamente imagens inversas, noutros casos este objectivo está comprometido:

¹⁶² Orwell, George (1999): *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*. Lisboa: Antígona. [Trad. de Ana L. Faria].

¹⁶³ No *corpus* alemão, estas expressões surgem normalmente sob a forma de palavras compostas, com o morfema determinante “Frieden-“ (paz).

¹⁶⁴ In: “O melhor helicóptero para uma guerra terrestre”, *Público*, 12.04.1999, p. 3.

¹⁶⁵ In: “Kosovo domina congresso do SPD”, *Público*, 12.04.1999, p. 5.

¹⁶⁶ In: “Globalização da Aliança Atlântica”, *Correio da Manhã*, 11.04.1999, p. 2.

- 83) *A questão do momento é como fazer a paz: em que termos, com quem, com que soldados, com que dinheiro e com que consequências.*¹⁶⁷
- 84) *A questão coloca-se quanto à opção entre a legalidade e a legitimidade de uma **acção armada de pacificação** num território que representa um risco real para a segurança europeia.*¹⁶⁸
- 85) *Nessa altura seguiria para o Kosovo uma **força internacional de manutenção de paz**, organizada e liderada pela NATO mas apoiada pela ONU [...].*¹⁶⁹
- 86) *“ Nós precisamos de **uma força de paz robusta e bem liderada, que seja capaz de levar por diante a missão protectora que lhe for atribuída.**”*¹⁷⁰
- 87) *Die Ankündigung, die Nato überlasse **Friedenserzwingung und Überwachung** [...] gern den UN, baut gleich mehrere Brücken.*¹⁷¹
- 88) *Der dramatische **Kampf um den Frieden in Europa!***¹⁷²
- 89) *Natweih gehört zu denen, die eine **“Friedenserzwingung mit militärischen Mitteln”** immer abgelehnt haben.*¹⁷³
- 90) *Doch die Nato hat bereits den Krieg abgeschafft. Sie führt keine Kriege mehr, sondern unternimmt nur noch **Friedensmissionen. Ihre Krieger sind Friedensmissionare und ihre Waffen Friedensutensilien, Instrumente friedensschaffender,***

¹⁶⁷ In: “Portugal e o pós-guerra – coluna de opinião de Fernando Ilharco”, *Público*, 16.04.1999, p. 7.

¹⁶⁸ In: “Globalização da Aliança Atlântica”, *Correio da Manhã*, 11.04.1999, p. 2.

¹⁶⁹ In: “Alemanha apresenta plano de paz para o Kosovo”, *Correio da Manhã*, 15.04.1999, p. 24.

¹⁷⁰ In: “O Plano Fischer”, *Público*, 15.04.1999, p. 3.

¹⁷¹ In: “Politischer Brückenbau”, *Frankfurter Rundschau*, 13.04.1999, p. 3.

¹⁷² In: “Der Friedensplan”, *Bild-Zeitung*, 14.04.1999, p. 2.

¹⁷³ In: “Aus richtigen Gründen das Falsche getan?”, *Frankfurter Rundschau*, 16.04.1999, p. 3.

Nestes exemplos é já mais evidente a aproximação entre os conceitos de *guerra* e *paz*. O último, em particular, denuncia o carácter eufemístico dessa aproximação. Trazer a paz para o território do Kosovo parece ser o objectivo do momento. Em afirmações como estas, contudo, evocam-se os meios a activar para esse fim, que mais facilmente se associariam a contextos de guerra (*soldados, acção armada, força robusta, Kampf* [luta], *militärische Mittel* [meios militares]). Tudo leva a crer que se empregarão todos os meios para atingir o fim proposto, mesmo que esses meios contradigam a natureza desse fim. Dito de outra forma, a força de paz tratará de trazer a paz à força.

A análise destes exemplos poderia ser feita com base na teoria da metáfora conceptual, o que levaria a ler nestas expressões a tradução de uma conceptualização metafórica de guerra como o resultado da projecção do domínio conceptual de paz. A metáfora conceptual daqui resultante seria GUERRA É PAZ. No entanto, levantam-se algumas questões a que esta teoria, por si só, talvez não consiga responder. Antes de tudo, conceptualizar a guerra em termos de um conceito abstracto, a paz, contradiz o princípio geral desta teoria, que aponta que a generalidade das metáforas conceptuais resulta da conceptualização de um domínio abstracto em termos de um domínio concreto, decorrente da interacção directa (física, até) com o mundo e organizado em função de modelos cognitivos idealizados, de natureza experiencial. Conceptualizar a guerra em termos de paz contradiria este pressuposto. Por outro lado, o domínio origem da conceptualização (paz) é o domínio exactamente oposto ao domínio alvo (guerra), o que poderia apontar para uma finalidade de ironia ou de mentira no discurso.¹⁷⁵ Estas não são contudo as funções que cumprem

¹⁷⁴ In: “Wußten Sie schon, daß sie Privat-Mitglied der Nato werden können?”, *Frankfurter Rundschau*, 13.04.1999, p. 35.

¹⁷⁵ Aqui, de novo, ganha expressão a discussão em torno dos limites que separam o Eufemismo (e outros recursos linguísticos e conceptuais) da mentira. No seu ensaio sobre esta última, afirma Weinrich (2000: 11): «Sprachliche Lügen aber sind, wenn man die Dinge genau nimmt, die meisten rhetorischen Figuren, wie

expressões como as anteriormente apontadas. Aqui, de novo, a intenção que lhes está subjacente é um propósito eufemístico de suavização da realidade. O resultado discursivo e conceptual da substituição de *guerra* por *paz* parece, assim, mais problemático do que a referência à guerra em termos de teatro ou de medicina (cf. secção anterior).

Deste modo, com base nas questões apontadas, procurar-se-á analisar este caso particular de substituição eufemística com base numa outra teoria do âmbito da Linguística Cognitiva proposta por Fauconnier e Turner (1997), não como alternativa à teoria iniciada por Lakoff e Johnson (1980), mas antes como complemento desta e visando uma ligação da metáfora a outros fenómenos de natureza conceptual: a integração conceptual ou *blending*. Este processo cognitivo não se restringe à metáfora conceptual, mas está igualmente presente noutros domínios da cognição, da linguagem e até da vida, como afirmam Turner e Fauconnier:

[...] the construction of blended spaces is involved in reasoning, imagination, action, emotion and expression. Blending is a general cognitive operation, operating over categorization, the making of hypotheses, inference, and the origin and combining of grammatical constructions. Blending can be detected in everyday language, idioms, creative thought in mathematics, evolution of socio-cultural models, jokes, advertising and other aspects of linguistic and non-linguistic behaviour. (TURNER e FAUCCONNIER 1995: 3)

É das principais linhas desta teoria que se dará conta de seguida, com base na descrição teórica de Fauconnier (1997), Turner e Fauconnier (1995, 1997) e nos estudos de aplicação desta

Euphemismen, Hyperbeln, Ellipsen, Amphibolien, die Formen und Formeln der Höflichkeit, Emphase, Ironie, Tabuwörter, Anthropomorphismen, usw. Der Wahrheit bleibt in der Sprache nur noch eine schmale Gasse.» Reduzir o Eufemismo à mentira seria uma generalização demasiado simplista. Trata-se antes de uma forma subtil e requintada de contornar a verdade. É também esta a perspectiva de Leinfellner (1971: 30): «Zu den uneigentlichen Redeweisen zählt man traditionellerweise die ironische Redeweise, die Metapher [...], das understatement, die euphemistische Redeweise und als Grenzfall die Lüge.»

teoria à análise da metáfora conceptual, de Coulson e Petten (s/data)¹⁷⁶ e Grady, Oakley e Coulson (1999). Procurar-se-á simultaneamente avançar com uma análise das expressões eufemísticas anteriormente referidas, tendo por base a teoria da integração conceptual.

A teoria da metáfora conceptual (TMC) e a teoria do *blending* (TB) partilham aspectos comuns: para ambas, a metáfora é um fenómeno conceptual e não meramente linguístico, ambas defendem a projecção sistemática entre domínios conceptuais, através da linguagem, das imagens mentais e das estruturas inferenciais, ambas reconhecem condições e limites nesta projecção. Apesar desta proximidade, há contudo aspectos que as afastam. O primeiro destes aspectos é o número e a natureza das representações mentais. Para a TMC, a metáfora consiste numa projecção ontológica e estrutural entre dois domínios cognitivos. Na teoria do 'blending', por seu lado, as unidades básicas da organização cognitiva são os espaços mentais, que Fauconnier e Turner (1997) definem assim:

Mental spaces are small conceptual packets structured as we think and talk, for purposes of local understanding and action. Mental spaces are very partial assemblies containing elements, and structured by frames and cognitive models. They are interconnected, and can be modified as thought and discourse unfold. (FAUCONNIER e TURNER 1997: 9)

Os espaços mentais não são, assim, equivalentes aos domínios cognitivos, mas antes dependem destes¹⁷⁷. Eles são construídos no discurso e representam cenários estruturados por diferentes domínios cognitivos: «A mental space is built in part by recruiting structure from (possibly many) conceptual domains and from local context.» (FAUCONNIER e TURNER 1997 : 41)

¹⁷⁶ In: <http://cogsci.ucsd.edu/~coulson/reblend.htm> (Última consulta: 20 de Fevereiro de 2001.)

¹⁷⁷ Sobre o papel dos domínios cognitivos na definição e estrutura dos espaços mentais e na construção de redes de interacção entre estes, vejam-se BRANDT 2000 e 2001.

Se a TMC propõe um mapeamento entre exactamente dois domínios cognitivos, a TB assenta num modelo de quatro espaços mentais. São estes dois espaços *input* (que, no caso de uma metáfora correspondem ao domínio origem e ao domínio alvo), um espaço genérico, que representa a estrutura conceptual partilhada pelos dois espaços *input*, e ainda um espaço *blend*, onde se integram aspectos dos dois domínios *input*. Neste modelo assente em quatro espaços, são projectados aspectos seleccionados de ambos os espaços *input*, em contraste com a projecção unilateral e unidireccionada do domínio origem para o domínio alvo, na TMC.

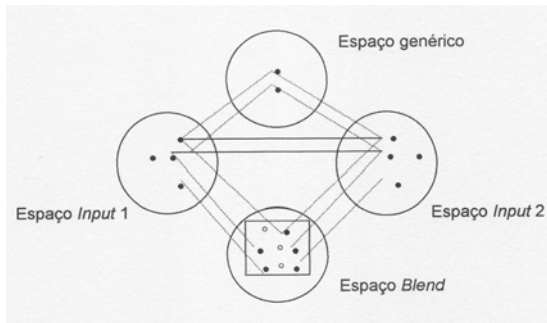


Fig. 11 - Rede de Integração Conceptual¹⁷⁸

No processo de integração conceptual está envolvida, assim, uma projecção parcial entre elementos equivalentes nos dois espaços *input* envolvidos. As linhas contínuas no esquema representam exactamente essas ligações, que podem ser, entre outras possibilidades, de natureza metafórica.

O espaço genérico e o espaço *blend* estão relacionados, uma vez que o último pode combinar a estrutura genérica daquele espaço com elementos selectivamente projectados a partir dos dois espaços *input* (linhas tracejadas).

Fauconnier e Turner (1997) apontam três processos básicos envolvidos na integração conceptual: a composição (projecção de

¹⁷⁸ In: <http://www.wam.umd.edu/~mturn/WWW/blending.html> (Última consulta: 20 de Fevereiro de 2001.)

conteúdo dos dois espaços *input* para o espaço *blend*), a completude (o recrutamento de conhecimento e estruturas conceptuais na memória de longo prazo e a sua activação no processo de integração) e a elaboração (que consiste no desenvolvimento imaginativo do *blend*, passível de ser prolongado indefinidamente). Grady, Oakley e Coulson (1999) definem de forma clara e sumária estes três processos:

Composition, the most straight forward process, refers to the projection of content from each of the inputs into the blended space. [...] Completion is the filling out of a pattern in the blend, evoked when structure projected from the input spaces matches information in long-term memory. [...] Finally, elaboration is the simulated performance of the event in the blend, which we may continue indefinitely.
(GRADY, OAKLEY e COULSON 1999: 107)

Desta projecção da estrutura do espaço genérico para os dois espaços *input* e destes para o espaço do *blend* resulta uma estrutura conceptual emergente, que, no caso dos exemplos atrás apontados, poderia ser representada da seguinte forma:

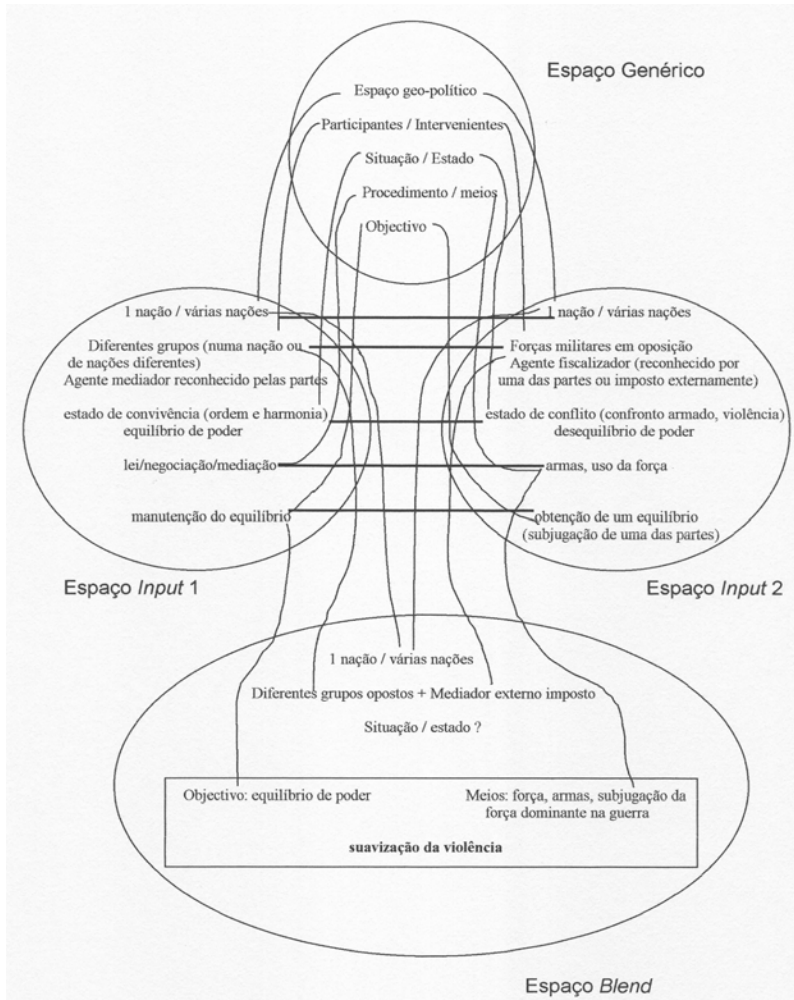


Fig. 12 – A Integração Conceptual activa em *pacificação*.

Entende-se por *guerra*¹⁷⁹ um conjunto de acções violentas levadas a cabo por grupos militares (e/ou para-militares) em oposição, quer nos limites geo-políticos de uma nação, quer entre nações diferentes. A oposição entre as duas partes em confronto pode ser de natureza política (civil ou internacional) ou étnica. A guerra estala quando surge um desequilíbrio de poder, isto é, se um dos grupos adquire um poder que não lhe é legitimamente reconhecido pela restante comunidade. Esta reage a essa tomada de poder, desencadeando um conjunto de acções de violência, que visam, pelo uso da força, atingir o objectivo da derrota da outra parte, assegurando o restabelecimento do equilíbrio.

A *paz*, por seu lado, é um estado de convivência entre os diferentes grupos (sociais, étnicos, políticos ou outros) que constituem uma nação ou entre várias nações, que resulta do equilíbrio de poder e do reconhecimento desse equilíbrio. A manutenção desta harmonia é assegurada pela observação de um conjunto de normas convencionalmente aceites, pela negociação e eventualmente pela actuação de um agente mediador de segurança, reconhecido pelo todo da comunidade. O objectivo da observação das normas e desta actuação mediadora é a manutenção do equilíbrio de poder.

No caso da guerra do Kosovo, e dada a complexidade étnica e política desta província e do território dos Balcãs (cf. ponto 4 do capítulo 1 deste trabalho), o acontecimento reconhecido na imprensa como elemento desencadeador da guerra é o conjunto de acções de violência levadas a cabo pelas tropas sérvias sobre os albaneses kosovares, como garantia do poder e do domínio da Sérvia sobre a província. O desequilíbrio de poder assim traduzido desencadeou não uma reacção da parte afectada (subnumerária), mas antes uma reacção externa, nomeadamente dos países pertencentes à NATO, que assumiram uma função de policiamento e julgamento das partes envolvidas. A guerra assim iniciada teve por objectivo a derrota da Sérvia e o restabelecimento do equilíbrio

¹⁷⁹ A análise deste caso particular integração conceptual apoiou-se na observação de um suporte lexicográfico, para o que se consultaram as seguintes fontes, em busca das definições de *guerra* e *paz*: BROCKHAUS (1984), DROSDOWSKI (1989), FERREIRA (1975), GÖTZ et alii (1997), MACHADO (1977), PORTO EDITORA (1998), SILVA (1990) e WAHRIG (1991).

de poder no Kosovo. Para atingir este fim foram activados meios de guerra: equipamento militar, meios humanos e o uso da força.

No esquema anterior, o espaço *blend* herda elementos específicos da estrutura de ambos os espaços *input*, que partilham a estrutura do espaço genérico. No espaço *blend* emerge ainda um conteúdo próprio, que resulta da integração ou justaposição de elementos de ambos os *inputs*. A relação meios – fins da paz, incompatível com a relação meios – fins da guerra, emerge no espaço *blend* de uma forma que ultrapassa essa incongruência: para atingir o objectivo da paz (o equilíbrio de poder que permita a convivência) são activados meios de guerra (uso da força, luta armada, violência). A ligação entre estes dois aspectos projectados de domínios *input* distintos é a tradução clara do propósito eufemístico da ocultação de uma realidade negativa ou tabu através da sua substituição conceptual e linguística por uma realidade mais positivamente marcada. Daqui resulta uma implicação importante, que aponta para a função do Eufemismo no contexto do discurso: os fins (o restabelecimento da paz) são a justificação legítima dos meios (de guerra). O processo de completude dá-se, neste caso, pela recuperação, na memória de longo prazo, da informação aí armazenada acerca do potencial eufemístico de conceitos e palavras positivamente marcadas, capazes de contornar realidades negativas ou tabu.

A activação e elaboração deste ‘blend’ ajuda ainda ao reconhecimento da natureza eufemística noutras expressões recolhidas do *corpus*:

- 91) *Para o ministro francês, a prioridade assenta na [...] constituição e composição de uma **força internacional de segurança**, para assegurar, no terreno, a aplicação de um futuro **acordo de paz**.*¹⁸⁰
- 92) *O Governo alemão elaborou um **plano de paz** para o Kosovo.*¹⁸¹
- 93) *Ohne sich mit der Bundesregierung auch nur abzustimmen, glaubt er [Gregor Gysi], in Belgrad mit*

¹⁸⁰ In: “NATO procura solução política”, *Público*, 15.04.1999, p. 2.

¹⁸¹ In: “Um plano alemão para a paz”, *Público*, 14.04.1999, p. 3.

dem Serben-Diktator Milosevic sogenannte **Friedenspläne** schmieden zu können.¹⁸²

- 94) *E acrescentam que, caso Milosevic dê o braço a torcer e assine um acordo de paz para o Kosovo, a deslocação para aquela província de 4000 soldados norte-americanos integrados numa força de manutenção de paz da NATO custará ao contribuinte entre 1.5 mil milhões a dois mil milhões de dólares por ano.*¹⁸³
- 95) *Aznar sagte, Spanien unterstütze den **Friedensplan** des UN-Generalsekretärs. [...] Der Plan habe den Vorzug, daß dadurch **niemand erniedrigt werde**.*¹⁸⁴
- 96) *[...] der Annex B zum militärischen Kapitel des Rambouillet-Abkommens in seiner Endfassung [...] billigt im Fall eines **Friedensschlusses** den Nato-Truppen weitgehende Rechte in ganz Jugoslawien zu [...].*¹⁸⁵

O acordo ou plano de paz de que aqui se fala não é mais do que o tratado de capitulação da Sérvia, que reconheça a vitória da NATO, a guerra iniciada pela Aliança. Sabe-se hoje que a guerra terminou na condição da retirada total da Sérvia da província do Kosovo, que passou para o domínio administrativo da NATO, sob os auspícios da ONU. O exemplo 94 prenuncia exactamente a derrota da Sérvia como condição *sine qua non* para o fim da guerra. Confrontada com este exemplo, a afirmação 95, que dá conta do acordo de paz como um compromisso do qual ninguém sairá derrotado (portanto também ninguém sairá vencedor), não deixa de surpreender.

As expressões aqui analisadas apontam, portanto, para um processo de integração conceptual ou *blending*, cujo resultado se traduz na projecção de estruturas de dois espaços *input* distintos

¹⁸² In: "Schändlich!", *Bild-Zeitung*, 15.04.1999, p. 2.

¹⁸³ In: "Os custos da ofensiva", *Correio da Manhã*, 12.04.1999, p. 23.

¹⁸⁴ In: "Annan will mit Milosevic sprechen", *Frankfurter Rundschau*, 13.04.1999, p. 7.

¹⁸⁵ In: "Fußnote der Weltpolitik oder kleingedruckte Hinterlist?", *Frankfurter Rundschau*, 13.04.1999, p. 3.

(paz e guerra), onde, por seu turno, foi projectada uma estrutura genérica, que inclui aspectos como a localização, os intervenientes ou a relação meios/fins. Além da combinação de elementos dos dois espaços *input*, o *blend* emergente é complementado com conhecimento armazenado na memória de longo prazo. Deste conhecimento faz parte a informação relativa ao uso não literal de certos conceitos, como é o caso do uso eufemístico, com o propósito de suavização na conceptualização e designação de uma realidade negativamente marcada. O grau de consciência na activação desta informação acerca do potencial eufemístico da linguagem é variável. De uma forma geral, as expressões eufemísticas aqui consideradas são utilizadas como se fossem designações desprovidas de qualquer função ocultante ou desviante. Contudo, há também sinais de uma perspectiva mais atenta sobre as intenções por trás destes eufemismos, como revelam os exemplos a seguir:

- 97) *Folglich führt der Weg zu **einem Zustand, der den Namen Frieden verdient**, für Kosovo nur über Moskau.*¹⁸⁶
- 98) *De Milošević e da NATO se dirá, um dia, com os antigos, que do Kosovo, talvez da Sérvia, fizeram um deserto e lhe chamaram **paz**.*¹⁸⁷

Estes dois depoimentos testemunham a consciência acerca do potencial eufemístico das palavras, da diferença entre o que referem e o que implicitamente designam. Em ambos os casos, o locutor demonstra não só que se apercebe da motivação eufemística por detrás dos usos lexicais, mas revela também a sua consciência perante as intenções de desvio e suavização com que outros locutores usam as mesmas expressões eufemísticas. É a mesma consciência sobre o uso linguístico que se redescobre em George Orwell:

Defenceless villages are bombarded from the air, the inhabitants driven out into the countryside, the cattle

¹⁸⁶ In: “Der Weg über Moskau”, *Frankfurter Rundschau*, 12.04.1999, p. 3.

¹⁸⁷ In: “Kosovo ‘blues’”, *Público*, 11.04.1999, p. 9.

*machine-gunned, the huts set on fire with incendiary bullets: this is called pacification. [...] Such phraseology is needed if one wants to name things without calling up mental pictures of them.*¹⁸⁸

3.1.4 A vaguidade como estratégia de substituição eufemística

O processo de substituição lexical que se aborda nesta secção é a substituição de uma designação específica por outra de natureza geral. Este tipo de substituição serve-se da relação lexical de hiponímia, que organiza hierarquicamente as expressões superordenadas e específicas segundo o seu grau de generalização e inclusão. Um exemplo desta relação de hiponímia é a ligação entre as designações *cão* e *labrador*. *Cão* é uma designação superordenada relativamente a *labrador*, uma vez que, extensionalmente é mais abrangente, podendo aplicar-se a um número mais vasto de referentes de uma mesma categoria: *cão* pode aplicar-se a *labrador*, da mesma forma que a qualquer outra raça canina, como *terrier* ou *S. Bernardo*. Intensionalmente, a designação *labrador* inclui igualmente os traços semânticos presentes na designação geral *cão*.

Dado este potencial de inclusão, é fácil adivinhar que a relação de hiponímia se presta à criação de expressões eufemísticas, mesmo se não é esse o seu fim mais imediato: a selecção e utilização de uma designação geral evita a referência directa do tabu, sem que contudo este deixe de ser abordado no discurso. O potencial lexical da hiponímia é assim rentabilizado semanticamente por um processo cognitivo de generalização, designado por vaguidade, no sentido que lhe reconhecem Grondelaers e Geeraerts (1998 358):

“Vagueness” is used here to denote semantic underspecification, viz. using the unspecific term animal

¹⁸⁸ ORWELL, George (1947): «Politics and the English Language», in: ORWELL, George (1994): The Penguin Essays of George Orwell. London: Penguin, pp. 348-360.

*instead of the more specific one dog. In terms of lexical relations, animal is a hyperonym of dog whereas dog is called a hyponym of animal. [...] we use the notion [vagueness] in the restricted lexicological sense of lexical inclusion.*¹⁸⁹

Neste estudo sobre a vaguidade, Grondelaers e Geeraerts analisam a relação entre as designações *cançro* (hipónimo) e *doença* (hiperónimo) e a ocorrência de ambas num *corpus* previamente determinado. Para a preferência da designação mais geral sobre a designação específica, os autores avançam três razões possíveis, à partida.

O primeiro factor que leva à escolha de uma designação menos específica prende-se com o carácter mais ou menos técnico do segmento discursivo para o qual ela é seleccionada. Assim, um texto de natureza científica contará com uma especialização ao nível das escolhas lexicais onomasiológicas, dado o seu carácter técnico, definido em função do público a que se destina. Se a fonte onde ocorre a designação é menos técnica, o marcador de especialidade, que é a designação específica, dará lugar a uma designação mais geral, facilmente recuperável no contexto por um leitor menos especializado no assunto em torno do qual se constrói o texto. A este tipo de vaguidade relacionada com a fonte discursiva em que está inserida, chamam Geeraerts e Grondelaers (1998: 360) “expertise-related underspecification”, isto é, um tipo de subespecificação lexical relacionada com o grau de especialização do discurso. Os autores afirmam ainda que a vaguidade ou subespecificação que daqui decorre traduz uma deslocação de ordem contextual do centro ou nível mais saliente de uma categoria: o que é considerado como o nível básico da categoria num contexto discursivo não especializado é tido como nível superordenado num texto de especialistas. Esta mudança contextual do elemento mais

¹⁸⁹ No contexto da investigação desenvolvida em Semântica Cognitiva acerca da vaguidade, este processo é frequentemente analisado em relação a outros, nomeadamente a polissemia e a ambiguidade. Considerem-se, a este respeito, GEERAERTS, 1993, TUGGY, 1993 e também SILVA 1999a (particularmente, capítulo 6) e SILVA 2001a.

saliente numa categoria e na taxonomia que a designa é a expressão da flexibilidade léxico-semântica das designações.

Um segundo factor que pode influenciar a especificidade lexical é uma motivação de natureza pragmática ou pragmático-discursiva. Neste sentido, e havendo uma designação plural de um mesmo referente, a tendência será a do uso de uma designação específica na primeira nomeação, ocorrendo os hiperónimos ou designações mais gerais nas referências posteriores. A preferência por um hipónimo em primeira posição, logo substituído por uma designação mais geral nas referências seguintes, pode dar-se pela observação da máxima de Grice “sê tão informativo quanto necessário”. O respeito por este princípio leva à opção pela designação específica de início, por forma a garantir a clareza junto do Interlocutor em relação ao objecto concreto do discurso. Logo que assegurada esta identificação exacta do referente, um outro princípio, nomeadamente o princípio da economia linguística, leva a que deixe de haver necessidade de uma referência directa e específica, que resultaria em redundância informativa, podendo em seu lugar ser utilizada uma designação geral, sem risco de comprometer a clareza na referência ao objecto de discurso:

[...] a Gricean tendency towards maximizing information might be invoked in combination with a principle of economy. Regardless of whether the additional information is necessary to identify the referent, there might be a tendency to conform to the maxim “be as informative as necessary”. But once the information has been specified, it need not (on economic grounds) be repeated every time the referent is mentioned. (GEERAERTS, GRONDELAERS e BAKEMA 1994: 151)

A substituição de uma designação específica, utilizada a início, por uma designação geral, a partir da segunda referência, resulta do compromisso entre a necessidade de informar com clareza e o princípio de economia linguística.¹⁹⁰ Quando um

¹⁹⁰ O mesmo compromisso entre a clareza informativa e a prevenção da redundância pela observação do princípio da economia é igualmente explorado na

referente é nomeado pela primeira vez, os requisitos de informação são superiores, donde resulta a necessidade de uma designação específica. Quando assegurada esta identificação, pode ser utilizada uma designação mais geral, sem prejuízo de esta opção suscitar problemas de identificação.

Ambos os factores apontados anteriormente podem explicar a opção alternada por designações mais ou menos específicas na nomeação de um referente emocionalmente neutro, isto é, livre de marcas avaliativas ou emocionais. No caso de referentes emocionalmente marcados, a opção onomasiológica vaga deve-se a outro factor: a necessidade de uma referência eufemística, que salvguarde a face do Locutor e do Interlocutor: «[...] in some contexts, underspecification is the result of the speaker/author's wish to avoid specific mention which may give offence.» (GRONDELAERS e GEERAERTS 1998: 358)

Em síntese, os três factores que podem motivar a opção por uma designação vaga em lugar de uma nomeação explícita e directa do referente são o grau de especialização do segmento discursivo, o contexto pragmático e ainda a necessidade de substituição eufemística, decorrente da marca emocional negativa do referente e da sua designação mais directa (neste caso, mais específica).

Também nos relatos de guerra sobre o Kosovo publicados nos diários aqui em análise, é possível reconhecer a estratégia linguística da vaguidade, como recurso para uma nomeação emocionalmente neutra de uma realidade emotivamente marcada como negativa. Uma das designações evitadas por esta via é a designação de *guerra*. Considerem-se os seguintes exemplos:

99) *O líder do Senado, Trent Lott, concordou: “Devemos ver como esta coisa progride.”*¹⁹¹

100) *O alargamento da União Europeia será um dos temas em destaque durante esta visita, mas a situação no Kosovo [...] também não será esquecida.*¹⁹²

relação entre expressividade e eficiência linguística, proposta em Blank (1997, 1999), e já aqui referida (cf. ponto 2.2.2 do capítulo 2 deste trabalho).

¹⁹¹ In: “EUA admitem ‘meses’ de ataques”, *Público*, 16.04.1999, p. 3.

¹⁹² In: “Sampaio na Hungria com EU na agenda”, *Correio da Manhã*, 13.04.1999, p. 22.

Numa escala de ordenação progressiva das designações segundo o seu grau de especificidade, estes substitutos encontrados ocupariam decerto um lugar cimeiro. Na verdade, os lexemas *coisa* ou *situação* têm uma enorme abrangência de aplicação e não têm marcas avaliativas inerentes, que os permitam relacionar de imediato com realidades ou estados de coisas negativos. Esta avaliação emocional é apenas recuperada no contexto.

À medida que se desce a escala da vaguidade, as expressões de substituição tornam-se progressivamente menos gerais e a referência mais directa. O primeiro passo é a marca de valor negativo que transparece nas designações:

101) *Em plena crise num país europeu, a União da Europa Ocidental (UEO), a organização europeia de defesa, está silenciosa.*¹⁹³

102) *Die Außenminister der USA und Rußlands, Madeleine Albright und Igor Iwanow, haben bei ihrem Treffen am Dienstag keine gemeinsame Lösung für die Kosovo-Krise gefunden.*¹⁹⁴

Apesar de menos gerais, uma vez que permitem avaliar o estado de coisas como negativo, estas designações são ainda marcadas por um grau de vaguidade em relação ao referente. Elas não dão informação acerca de uma possível origem causal da acção nem dos intervenientes, que no caso da guerra se sabe serem pelo menos duas partes em oposição. Nas expressões a seguir encontramos já a referência implícita a um agente. Contudo, fica ainda por revelar o segundo participante em oposição e a natureza hostil da acção referida.

103) *Die Luftschläge, die die Nato macht, die von uns mitbeschlossen sind, diese Auseinandersetzungen,*

¹⁹³ In: “‘Não é preciso recorrer à UEO’ – entrevista a José Cutileiro”, *Público*, 10.04.1999, p. 8.

¹⁹⁴ In: “Bonn setzt auf UN-Truppe für Kosovo”, *Frankfurter Rundschau*, 14.04.1999, p. 1.

*diese **Aktionen** haben ein einziges Ziel, das Ziel, eine friedliche Lösung für Kosovo zu bringen [...].*¹⁹⁵

104) *Die Verbündeten seien aber einig, “ein solches **Unternehmen**, wenn man es beginnt, auch erfolgreich zum Abschluß zu bringen”.*¹⁹⁶

105) *Slobodan Milosevic sei selbst an der Nato-**Strafaktion** schuld, weil er allzu leichtfertig mit der Waffe hantiert.*¹⁹⁷

No último dos exemplos acima, o carácter vago da designação de substituição é acrescido de uma avaliação moral da acção, o que condiciona a identificação do agente, a quem é reconhecido o direito de castigar uma outra entidade.

Progressivamente, é possível obter mais informação acerca do estado de coisas eufemisticamente contornado.

106) *O primeiro-ministro, Pandeli Majko, rejeitou as propostas da oposição que pretendiam limitar a presença dos aliados no país e circunscrevê-la à duração do **conflito**.*¹⁹⁸

107) *Der Staatssekretär im Auswärtigen Amt, Wolfgang Ischinger, wird zu Gesprächen über den **Kosovo-Konflikt** nach Moskau reisen.*¹⁹⁹

108) *“Boris Ieltsin ordenou reorientar os mísseis na direcção dos países que participam na **agressão** da NATO contra a Jugoslávia” [...].*²⁰⁰

¹⁹⁵ In: “Wir stehen in der Verantwortung”, *Frankfurter Rundschau*, 13.04.1999, p. 4 [Transcrição do discurso proferido pelo Chanceler alemão, Gerhard Schröder no congresso extraordinário do seu partido, SPD.].

¹⁹⁶ In: “In jeder militärischen Operation steckt Ungewißheit”, *Frankfurter Rundschau*, 12.04.1999, p. 5.

¹⁹⁷ In: “Das vom Krieg aktualisierte Theater”, *Frankfurter Rundschau*, 13.04.1999, p. 10.

¹⁹⁸ In: “Albânia ao serviço da NATO”, *Público*, 12.04.1999, p. 2.

¹⁹⁹ In: “Fischer plant Gipfel mit Rußland”, *Frankfurter Rundschau*, 12.04.1999, p. 4.

²⁰⁰ In: “Ieltsin disse ou não disse?”, *Público*, 10.04.1999, p. 4.

109) *Eine Koalition, die mit dem Anspruch der Modernität angetreten ist, bedient sich der denkbar dümmsten Mittel, Agression mit **Agression** beilegen zu wollen.*²⁰¹

110) *Para este responsável, o cessar das **hostilidades** que propõe é apenas o princípio para se conseguir uma solução pacífica duradoura [...].*²⁰²

Nestas expressões, é já mais fácil inferir um estado de coisas negativo e a intervenção de dois participantes em oposição. Contudo, a designação poderia ser aplicada a outros estados de coisas diversos, que não a guerra (um conflito familiar, laboral, de gerações, uma agressão física, etc).

Outros exemplos apontam para uma acção destinada à promoção pública de uma entidade ou ao ataque público de outra (uma campanha). Da esfera política, assiste-se, nos exemplos seguintes, à passagem para o plano militar:

111) [...] *Clark congratulou-se por a **campanha** iniciada a 24 de Março estar a ser metódica e sistemática.*²⁰³

112) [...] *uma **campanha aérea** é a melhor forma de fazer ceder o presidente jugoslavo.*²⁰⁴

113) *Zugleich aber sieht er [der Chef des Nato-Militärausschusses] gute Gründe, sich vorderhand auf die **Luftkampagne** zu beschränken.*²⁰⁵

Estes exemplos podem ler-se em paralelo com outros casos de expressões eufemísticas vagas, que evitam a menção directa de guerra. Nos casos a seguir, mais do que apenas a acção de guerra, acentua-se a iniciativa do seu início (ou do início de uma nova fase da guerra):

²⁰¹ In: "Darf ich die Keule schwingen, bin ich ein rechter Mann, spricht Staat", *Frankfurter Rundschau*, 13.04.1999, p. 14.

²⁰² In: "Kofi Annan contra Milosevic", *Público*, 10.04.1999, p. 6.

²⁰³ In: "Mais tropas, aviões e dinheiro", *Público*, 14.04.1999, p. 3.

²⁰⁴ In: "Ataques à Jugoslávia podem durar semanas", *Correio da Manhã*, 12.04.1999, p. 22.

²⁰⁵ In: "In jeder militärischen Operation steckt Ungewißheit", *Frankfurter Rundschau*, 12.04.1999, p. 5.

- 114) *Os Governos da Aliança Atlântica voltaram ontem a negar preparativos de uma **intervenção** terrestre no Kosovo [...].*²⁰⁶
- 115) *Protest gegen die **Nato-Intervention** heiße nicht automatisch Unterstützung für Slobodan Milosevic, sagen jetzt einige hinter vorgehaltener Hand.*²⁰⁷
- 116) *Das erklärte Ziel der **militärischen Intervention**, nämlich fürsorgliche Errettung der Verfolgten aus Angst und Not, verschwand immer deutlicher hinter dem Ziel Nummer eins, Milosevic zu schlagen, koste es, was es wolle.*²⁰⁸
- 117) *Frankfurter SPD: Bisher kein Protest gegen **Nato-Einsatz**.*²⁰⁹

Mais negativamente marcada do que as expressões anteriores, e assim mais próxima da designação evitada, é a expressão seguinte:

- 118) *“Os europeus [...] assumiram certamente uma parte respeitável na **ofensiva** contra a Jugoslávia [...].”*²¹⁰
- 119) *Auf dem Osloer Flughafen Gardermoen fand gestern das erste Spitzentreffen zwischen Amerikanern und Russen seit Beginn der **Luftoffensive** statt.*²¹¹

Para além das frentes armadas, a guerra tem geralmente um outro lado negro, nomeadamente as consequências no feminino. Uma questão destacada na imprensa da época é a da legitimidade da pílula abortiva para os casos de mulheres violadas por soldados. Não só a designação da pílula, que traz consigo uma das

²⁰⁶ In: “Cenários para uma intervenção terrestre”, *Público*, 10.04.1999, p. 3.

²⁰⁷ In: “Wie im Sandwich – zwischen Nato und Milosevic”, *Frankfurter Rundschau*, 15.04.1999, p. 3.

²⁰⁸ In: “Angreifen, schwächen, verwüsten, zerstören”, *Frankfurter Rundschau*, 12.04.1999, p. 4.

²⁰⁹ In: “Der Riß geht durch die gesamte Linke”, *Frankfurter Rundschau*, 13.04.1999, p. 21.

²¹⁰ In: “Fosso tecnológico entre os Estados Unidos e a Europa”, *Público*, 12.04.1999, p. 3.

²¹¹ In: “Der Friedensplan”, *Bild-Zeitung*, 14.04.1999, p. 4.

problemáticas mais controversas e inacabadas da sociedade actual, o aborto, mas o próprio acto de violação, demonstram ser candidatos para a substituição eufemística por vaguidade:

- 120) [...] o Vaticano – inflexível nas suas convicções – criticou a distribuição das “**pílulas do dia seguinte**” [...].²¹²
- 121) Ungeachtet der Kritik aus dem Vatikan verteilt die UN die “**Pille danach**” für vergewaltigte Frauen in den Flüchtlingslagern in Albanien.²¹³
- 122) Aus Protest gegen die Vergabe der **Pillen** durch UN-Hilfsorganisationen strich der Vatikan damals seinen symbolischen Beitrag zum UN-Kinderhilfswerk Unicef.²¹⁴
- 123) David Scheffer [...] acentuou que os casos conhecidos de **assalto sexual** levados a cabo pelos sérvios [...] “estabelecem claramente um modelo de comportamento”.²¹⁵
- 124) Die katholische Kirche sagt klipp und klar “nein”. [...] Und das gilt auch im Fall eines **Gewaltaktes**”, sagte der Bischof.²¹⁶

Mesmo que a justificação de uma guerra seja reconhecida, quer nos meios políticos, quer na esfera social dos países nela envolvidos, há um aspecto de aceitação difícil: as consequências directas da guerra para a comunidade, nomeadamente a destruição e a morte de civis. O tabu, neste caso, não é facilmente desmistificado, até porque isso colocaria em questão toda a arquitectura argumentativa, construída para reunir, se não apoio,

²¹² In: “B. Perdeu a virgindade numa garagem”, *Público*, 14.04.1999, p. 5.

²¹³ In: “Mit einem toten Baby im Arm die Grenze erreicht”, *Frankfurter Rundschau*, 16.04.1999, p. 7.

²¹⁴ In: “Vatikan lehnt Pille für vergewaltigte Frauen ab”, *Frankfurter Rundschau*, 14.04.1999, p. 7.

²¹⁵ In: “Mulheres violadas por soldados sérvios”, *Correio da Manhã*, 11.04.1999, p. 23.

²¹⁶ In: “Bischof: dem neuen Leben muß Respekt gezollt werden”, *Bild-Zeitung*, 16.04.1999, p. 2.

pelo menos aceitação. Assim, a imprensa faz uso da designação militar usada no contexto:

125) “É uma daquelas coisas lamentáveis que acontecem numa campanha como esta. Mas estamos a fazer todos os possíveis para evitar **danos colaterais**.”²¹⁷

126) Na capital da Sérvia [...] os “**efeitos colaterais**” das armas lançadas na madrugada de ontem, aparentemente contra casernas desocupadas, fizeram-se sentir no hospital militar VNA [...].²¹⁸

127) Im Militärjargon heißt es nüchtern “**Kollateral schaden**”, wenn Nato-Kampfpiloten so etwas passiert wie am Montag über Jugoslawien: Da griffen die Bomben der Allianz eine offenbar strategisch wichtige Eisenbahnbrücke 280 Kilometer südlich von Belgrad an. Getroffen wurde aber auch ein Personenzug, in dem nach serbischen Angaben zehn Zivilisten starben.²¹⁹

Não é casual o facto de a designação se encontrar geralmente entre aspas, o que pode ser interpretado como um sinal da proveniência da expressão (de origem militar), ou ainda como um alerta para o leitor da discrepância entre designação (vaga) e referente (preciso). É o que acontece no último dos exemplos acima e que se repete no título de uma outra notícia do corpus:

128) “**Kollateralschaden**”, das heißt: Tote²²⁰

O eufemismo aqui claramente revelado é um alerta ao leitor para a função desviante que a expressão pretende cumprir, na boca

²¹⁷ In: “Mais tropas, aviões e dinheiro”, *Público*, 14.04.1999, p. 3.

²¹⁸ In: “A visita do demónio”, *Público*, 14.04.1999, p. 4.

²¹⁹ In: “‘Kollateralschaden’, das heißt: Tote”, *Frankfurter Rundschau*, 14.04.1999, p. 5.

²²⁰ In: *Frankfurter Rundschau*, 14.04.1999, p. 5.

de políticos e militares, e que aqui é questionada pela co-ocorrência tão explícita da designação específica²²¹.

Para além dos exemplos até aqui apontados, a vaguidade enquanto estratégia eufemística surge em designações de outros referentes relacionados com a guerra do Kosovo. Os exemplos a seguir ilustram a produtividade desta estratégia:

129) *Para Igor Ivanov é claro que “o **problema** do Kosovo só tem resolução pela via política, não há solução militar”.*²²²

130) *Iwanow und Albright bezeichneten die “internationale **Präsenz**” in Kosovo als schwierigste Frage.*²²³

131) *Die UN-Menschenrechtskommission verurteilte in Genf das serbische **Vorgehen** gegen die Kosovo-Albaner.*²²⁴

132) *Ein russischer Konvoi mit Hilfsgütern durfte die ungarische Grenze passieren. Rußland hatte zuvor mit “**Konsequenzen**” gedroht.*²²⁵

O *problema* do Kosovo, no primeiro dos exemplos acima, é mais concreto do que a expressão dá conta: trata-se de um conflito étnico, um estado de guerra latente entre grupos de etnias diferentes, que partilham um espaço geográfico comum.

A *presença* internacional que discutem os dois representantes políticos não é apenas um estar passivo de enviados do Ocidente na região em guerra, mas inclui igualmente acções de guerra com o objectivo de impor a paz (isto é, acções de pacificação – cf. *blend*, na secção anterior).

O *procedimento* ou actuação dos sérvios em relação aos kosovares de etnia albanesa é mais específico e mais negativo do

²²¹ Remete-se aqui para o papel do Eufemismo no processo de mudança semântica, abordado no ponto 2.2.2 do capítulo anterior.

²²² In: “Rússia insiste na negociação”, *Público*, 16.04.1999, p. 4.

²²³ In: “Bonn setzt auf UN-Truppe für Kosovo”, *Frankfurter Rundschau*, 14.04.1999, p. 1.

²²⁴ In: “Flüchtlinge sitzen in der Falle”, *Frankfurter Rundschau*, 14.04.1999, p. 1.

²²⁵ In: “News Blitz”, *Bild-Zeitung*, 13.04.1999, p. 3.

que a designação deixa transparecer: trata-se de perseguição, assalto e mesmo morte.

O último exemplo, as *consequências* com que a Rússia exerce ameaça ao Ocidente, assume, pelo carácter simultaneamente eufemístico e implícito, um poder maior do que se houvesse uma nomeação directa e inequívoca dos referentes ocultados.

Nos exemplos recolhidos, a vaguidade, enquanto subespecificação lexical, é o reflexo da estrutura das categorias conceptuais, em que as categorias superiores ou superordenadas assumem um potencial de inclusão relativamente a categorias mais específicas, motivado pela necessidade de contornar a revelação específica dos referentes, tal como está prevista no Eufemismo. A vaguidade constitui deste modo, a par da metonímia, da metáfora e do *blend*, uma estratégia de substituição eufemística produtiva ao nível lexical.

O Eufemismo não opera, porém, apenas ao nível do léxico, mas marca ainda presença ao nível sintáctico. É a este aspecto que se dará atenção na secção final deste capítulo.

3.2 Estratégias de substituição eufemística a nível sintáctico

Tal como os processos semânticos, também as estruturas sintácticas oferecem um leque de possibilidades de construção suavizante ou desviante, que permitem responder a necessidades de substituição ou reformulação eufemística. Nesta secção, dar-se-á conta de duas estratégias sintácticas que cumprem esta função. Embora as expressões recolhidas não evidenciem, à primeira vista, uma suavização imediata de um referente negativo ou agressivo, entende-se que a função eufemística é aqui sobretudo uma função desviante, no sentido em que são evitadas determinadas referências, que poderiam apontar para responsabilização ou até culpa. Se a essência eufemística das estratégias e expressões que as ilustram não é de imediato evidente (pelo menos no sentido apontado em

1.1.), a referência não é directa ou total, pelo que as expressões podem resultar manipuladoras.

Os dois casos seleccionados para esta secção são a opção pela voz passiva, como perspectiva singular (eventualmente incompleta) acerca de um determinado estado de coisas, e a selecção do predicado lexical e as suas implicações ao nível da estrutura sintáctica da frase e da sua redefinição valencial, tanto sintáctica como, sobretudo, semântica.

3.2.1 A passiva: estrutura sintáctica e papéis semânticos

Um dos postulados da Gramática Cognitiva, tal como foi desenvolvida por Langacker (1987, 1991a, 1991b), é a ideia de que as construções gramaticais têm uma forte componente cognitiva, na medida em que elas são, por um lado, a expressão da percepção e da conceptualização da realidade e, por outro, o veículo para a organização conceptual e expressiva de novas percepções. Assim, se os significados estão organizados em domínios cognitivos, muitos dos quais constituem o que Lakoff (1987) refere como ‘modelos cognitivos idealizados’, este não é um exclusivo das unidades lexicais. A par destas, também os elementos morfo-sintácticos, como a transitividade, a voz ou as relações gramaticais, têm associados a si valores semânticos, reunidos em eficazes modelos cognitivos generalizados (‘folk models’) e recorrentes na conceptualização de acções e eventos. Neste sentido, Langacker (1991b: 209) afirma que a realidade é conceptualizada como um conjunto de objectos discretos, que ocupam um determinado espaço. Estes objectos são passíveis de se mover, graças à sua energia, interagindo desta forma com outros objectos, que recebem essa energia e interagem eventualmente com terceiros elementos. É sobre esta base conceptual que assentam dois modelos cognitivos, que Langacker designa por *modelo da bola de bilhar* e *modelo de palco*:

When physical contact is initiated with any degree of force, energy is transmitted from the mover to the impacted object; this may cause the latter to move also, and possibly

to interact with additional objects. Let us call this archetypal conception the “billiard-ball model”. [...] Our ability to interact perceptually with other entities gives rise to a second archetypal conception, which might be termed the “stage model”. [...] The stage model thus idealizes an essential aspect of our ongoing experience: the observation of sequences of external events, each involving the interactions of participants within a setting. (LANGACKER 1991b: 209-210)

A recorrente aplicação destes modelos na conceptualização leva ao desenvolvimento de uma concepção de papéis típicos dos participantes nos eventos: o agente, o paciente, o instrumento e o experienciador²²⁶. Estas entidades servem como ponto de referência na conceptualização. Combinadas com os modelos anteriores, tornam possível uma conceptualização mais complexa: a observação de uma acção prototípica. Do *modelo de palco* resulta a noção de um espectador que observa um evento de uma perspectiva externa ao cenário em que ele decorre. Pelo *modelo da bola de bilhar*, este evento consiste na interacção energética entre entidades discretas, e será uma acção prototípica, se envolver dois participantes com papéis semânticos opostos, agente e paciente. A energia transmitida pelo agente é recebida pelo paciente e causa neste uma mudança de estado.

Se até aqui se falava de estruturas e modelos cognitivos, que orientam a percepção e a conceptualização dos eventos, considere-se agora a forma como desta resulta a sua codificação linguística. Langacker (1991b: 213) afirma que este é um processo altamente selectivo. Se numa acção determinada estão envolvidos diferentes participantes, que interagem entre si em fases distintas numa complexa rede de relações causais, na construção de uma frase acerca desse evento apenas certos participantes e determinadas relações são explicitadas, com base no grau de saliência que o falante lhes atribui. Outros segmentos da cadeia causal são excluídos da predicação, que apenas permite perfilar

²²⁶ Langacker recupera aqui a terminologia dos papéis ou casos semânticos de Fillmore, embora sublinhe que as designações referem arquétipos conceptuais e não ainda estruturas linguísticas.

uma parte específica dessa cadeia, deixando de fora outros segmentos. Esta selecção de participantes e aspectos do desenrolar da acção não depende de factores linguísticos, mas é antes de tudo uma operação conceptual:

Moreover, there are many entities capable of being selected as the central participants. The choice depends not only on profiling, but also on how we opt to segment the world for expressive purposes. (LANGACKER: 1991b: 214)

A conceptualização dos eventos baseada em modelos cognitivos e papéis arquetípicos é, assim, a base da sua codificação linguística, traduzida em estruturas sintácticas determinadas. Uma destas estruturas é a frase transitiva na voz activa, cujas funções sintácticas são a codificação de papéis semânticos específicos:

In a prototypical transitive clause, the profiled process constitutes an action chain that originates with a canonical agent (volitional energy source) and terminates with a canonical patient (energy sink). Moreover, the subject and direct object assume their prototypical values: the former codes the agent, and the latter the patient. (LANGACKER 1991b: 215-216)

Deste modo, ainda que um determinado verbo apresente variações semânticas, que imponham à frase uma selecção variada dos participantes e uma perspectiva particular do segmento da cadeia, mantém-se a consistência ao nível das funções sintácticas: o sujeito perfila o início da transmissão de energia ou da cadeia de acção (a ‘cabeça’ do segmento perfilado) e o objecto assume-se como o receptor dessa energia e assim o culminar da cadeia de acção (a ‘cauda’ da parte perfilada da cadeia).

Em síntese, as estruturas sintácticas têm um valor cognitivo original, à semelhança dos elementos lexicais. Assentes em modelos cognitivos generalizados e na definição de papéis semânticos específicos, estas estruturas dão conta da forma como são percebidos e conceptualizados os eventos, pelo que a codificação destes últimos não resulta apenas da associação de

elementos lexicais portadores de significado próprio, mas envolve, além destes significados particulares, o significado abstracto da própria estrutura sintáctica:

[...] los esquemas sintácticos, entanto que moldes organizativos, son relativamente independientes de los elementos léxicos que los integran. [...] Desde el punto de vista semántico, esto quiere decir que en una cláusula debemos tener en cuenta el significado aportado por los elementos léxicos y además el significado aportado por el esquema. (GARCÍA-MIGUEL 1995a: 37)

Para compreender a opção por uma construção sintáctica é, pois, importante olhar não apenas aos significados lexicais, entre eles o do verbo da frase, mas também ao significado global da própria estrutura. No caso particular de uma construção sintáctica na voz passiva, importa ainda confrontá-la como uma construção análoga na voz activa. Para Vilela (1995: 141-142), a voz activa e a voz passiva são dois processos gramaticais, que realizam o género do verbo. Ambas descrevem o mesmo estado de coisas (uma acção causada por um agente), embora de perspectivas diferentes: a activa codifica a perspectiva do agente, a passiva a partir do paciente, tornando a nomeação do agente estruturalmente facultativa²²⁷.

A codificação de um segmento de uma cadeia de acção através de uma construção passiva implica, segundo Vilela (1992), a convergência de três factores:

[...] o sujeito/agente (da frase activa) perde a sua posição de tópico, deixando esta posição livre para outro membro frásico; ao dar-se a «despersonalização», a identificação do sujeito/agente fica diminuída; ao verificar-se a «destransitivização», a frase passiva, em comparação com a activa, é menos «activa», mais estática e menos transitiva, como é evidente. Estes três elementos da passiva

²²⁷ Para a análise da utilização da voz passiva com uma finalidade eufemística desviante, apenas se considera a passiva de processo, como alternativa à voz activa. A passiva de estado, igualmente descrita por Vilela (1995), não será aqui abordada.

(ou funções da passiva) estão intimamente ligados e intercondicionam-se: se o tópico é um «não-agente», pode muito bem acontecer que ganhem saliência aspectos relativos ao «paciente» [...]. (VILELA 1992: 55)

A opção por uma estrutura sintáctica na passiva implica, assim, uma alteração não apenas ao nível sintáctico, mas reflecte igualmente uma perspectiva cognitiva distinta em relação a um mesmo estado de coisas. A diferença mais saliente entre ambas é o facto de na activa o agente ser o elemento focalizado (isto é aquele a quem é atribuída a função sintáctica de sujeito), o que reflecte a importância que é dada a este papel semântico no desenrolar da acção. O factor mais destacado da construção passiva face à anterior é exactamente o facto de não ser o agente focalizado, deixando livre a posição sintáctica de sujeito. Esta pode ser ocupada por outro papel semântico, que recebe a importância que na activa seria atribuída ao agente. A importância sintáctica e cognitiva deste decresce, tornando-o dispensável na frase. A focalização na construção passiva recai geralmente sobre o paciente, embora o instrumento possa ser igualmente contemplado.

Apontou-se atrás que a principal distinção a fazer entre a activa e a passiva é o facto de as duas construções representarem pontos de vista distintos acerca de um mesmo evento ou estado de coisas. Este facto, por si só, não permite justificar em que medida uma construção passiva pode assumir uma função eufemística, que estaria afastada de uma construção activa alternativa. Para melhor compreender esta hipótese, há que olhar com mais atenção para os papéis semânticos nomeados numa frase transitiva activa e na correspondente passiva²²⁸, particularmente o do agente, que é o que sofre uma alteração mais profunda no processo de passivização. Para uma caracterização do perfil prototípico destes papéis semânticos, retome-se a proposta de Langacker:

The archetypal “agent” role is that of a person who volitionally carries out physical activity which results in

²²⁸ Consideram-se aqui os papéis de agente, paciente e instrumento. O papel semântico de experienciador, tipicamente uma pessoa envolvida em actividade mental, é um papel representado em frases intransitivas.

contact with some external object and the transmission of energy of that object. The polar opposite of an agent is an inanimate "patient", which absorbs the energy transmitted by externally initiated physical contact and thereby undergoes some change of state. The "instrument" role is that of an inanimate object manipulated by an agent to affect a patient; it is through the instrument that energy is transmitted from the agent to the patient. (LANGACKER 1991b: 210)

Em sintonia com Langacker e ainda com Van Oosten (1986: 77), podem resumir-se assim os traços característicos do agente prototípico: o agente é humano, singular e específico; o agente inicia uma acção, que resulta da sua intencionalidade e volição e sobre a qual ele é o responsável primeiro; a acção do agente tem por fim um paciente, que sofre uma mudança de estado em resultado desta acção; o agente é a fonte de energia envolvida na acção, e a fim de transmitir essa energia, serve-se das suas próprias mãos, do seu corpo ou de um instrumento externo; o agente experiencia a acção e estabelece durante esta contacto visual com o paciente, apercebendo-se da sua mudança de estado.

Começa, assim, a delinear-se um cenário propício à intervenção do Eufemismo. Optar por uma estrutura passiva pode ajudar a encobrir um determinado estado de coisas ou um dos intervenientes nesse estado de coisas. Tratando-se de um evento de natureza negativa, a primeira reacção será a de apurar responsabilidades, que recaem, como visto, sobre o agente desencadeador da acção. Focalizar um outro participante numa estrutura passiva implica desviar a atenção do agente e particularmente da sua responsabilidade directa sobre a acção e os seus efeitos. A atenção recai, assim, sobre outro participante. Se é o instrumento o interveniente focalizado, ele herda do agente traços característicos, como a responsabilidade ou a intencionalidade. Se a função de sujeito é ocupada pelo paciente, o resultado é uma valorização dos efeitos da acção, em detrimento do papel do agente no desenrolar do estado de coisas.

Para além da alteração da focalização na construção passiva, existe uma segunda opção sintáctica, com implicações

semânticas e discursivas: o agente pode ser apenas deslocado na estrutura ou simplesmente não ser mencionado (embora seja recuperável no contexto ou no co-texto).

Para melhor compreender as motivações e os efeitos desta opção sintáctica e conceptual, considerem-se os exemplos recolhidos. Seleccionadas foram as reportagens publicadas nos quatro diários no dia 16 de Abril, que davam conta de um bombardeamento levado a cabo por um piloto da NATO, que resultou na morte de 75 civis. A forma como as reportagens relatam os acontecimentos revela uma certa sistematicidade em relação ao uso de estruturas passivas. Assim, os três temas que são recorrentemente noticiados desta forma são o bombardeamento de um piloto da NATO no Kosovo com a consequente, embora não prevista, morte de civis, a forma como este bombardeamento foi apresentado à comunicação social, e ainda os ataques de soldados sérvios sobre os albaneses do Kosovo. Para além destes tópicos comuns, há ainda assuntos pontuais noticiados particularmente em cada reportagem, através de construções na passiva. Considerem-se, pois, as reportagens individualmente.

133)

- a. [...] *na madrugada de ontem, **Belgrado e Pristina voltaram a ser fortemente bombardeadas, uma ponte a sul de Belgrado foi destruída e a capital do Montenegro foi alvo das bombas da NATO durante o dia.*** [...]
- b. ***Uma gravação de um depoimento do piloto responsável pelo “incidente” foi difundida durante a conferência de imprensa na sede da NATO onde, para além de Shea, esteve também o general italiano, Giuseppe Marani. Na gravação, o piloto, cujo nome e a nacionalidade foram mantidas secretas, disse ter visto aldeias em chamas*** [...].
- c. *Shea afirmou que **um único veículo foi atingido** enquanto o general Marani, um dos responsáveis militares da Aliança, referiu – em*

- concordância com o depoimento do piloto – que “três veículos foram atingidos”.[...]*
- d. *Outros [embaixadores da NATO] disseram compreender que os militares necessitassem de verificar os factos antes de divulgarem qualquer declaração, apesar de **estarem a ser pressionados pelos meios de comunicação social** para darem uma explicação plausível. [...]*
 - e. *[A Jugoslávia] anunciou, sem dar mais pormenores, que **as bombas da NATO** já provocaram a morte de um “milhar de civis”.*
229

Quando o tema tratado são os ataques aéreos de pilotos da NATO sobre a Sérvia e o Kosovo, e ainda a destruição e a morte assim causados, são usadas construções passivas, em que o agente é omitido (exemplos a e c). Contudo, quando a notícia dos bombardeamentos da NATO é formulada por fontes jugoslavas (exemplo e), a passiva dá lugar à activa, e no lugar do agente surge o instrumento, cuja origem é explicitamente revelada.

Relativamente à comunicação feita à imprensa, a passiva é igualmente usada, embora a ausência do agente não suscite questões relativamente a uma eventual intenção desviante (exemplo b). Trata-se, na verdade, de um agente desconhecido e irrelevante para a notícia que se pretende publicar. Já a urgência de um esclarecimento público sobre o bombardeamento (exemplo d) é relatada numa construção passiva, com referência ao agente, o que poderá suscitar uma eventual partilha de responsabilidades entre agente e paciente na divulgação dos acontecimentos.

134)

- a. *A Aliança lamenta o sucedido, mas desculpa o piloto pelo erro cometido, explicando que **ele foi feito** no final de um raide aéreo de várias horas, quando o caça seguia a alta velocidade*

²²⁹ In: “A NATO lamenta e continua a bombardear”, *Público*, 16.04.1999, pp. 2-3.

e estava sob fogo das defesas antiaéreas sérvias. [...]

- b. *Cohen acusou, aliás, Milosevic de “cínico” e “hipócrita”, lembrando que a razão para os bombardeamentos foram os massacres contra kosovars [sic] perpetrados pelas forças por ele comandadas. Vários dirigentes aliados acreditam, aliás, que grande parte das mortes na estada de Prizren-Djakovika poderão ter sido provocadas pelas próprias forças sérvias [...].*²³⁰

Também neste diário o ataque aéreo é noticiado sob a forma de uma construção passiva, sem referência ao agente, embora ele seja estruturalmente recuperável na frase activa imediatamente anterior (exemplo a).

Já quando o tema são os ataques de soldados sérvios sobre os kosovares de etnia albanesa, as estruturas passivas contam com a nomeação explícita do agente (exemplo b).

135)

- a. *Unklar war, wieso **Zivilisten bombardiert wurden.***
- b. *Vor Journalisten **wurde ein Tonband abgespielt**, auf dem nach Nato-Angaben der Pilot zu hören war.*
- c. *US – Präsident Bill Clinton nannte in Washington den Angriff bedauernswert, aber unvermeidlich. Zugleich kündigte er an, er arbeite daran, die Informationspolitik des Pentagon und der Nato zu verbessern. **Mehr Nachrichten müßten schneller weitergegeben werden**, sagte er. [...]*
- d. ***Belgrad wurde** nach serbischen Angaben von Explosionen **schwer erschüttert.** [...] Das Fernsehen berichtete, im Stadtteil Rakovica sei*

²³⁰ In: “NATO admite erro trágico”, *Correio da Manhã*, 16.04.1999, p. 24.

eine Kaserne getroffen worden. [...] Auch die größte Eisenbahnbrücke zwischen Serbien und Montenegro bei Prijepolje sei zerstört worden. [...]

- e. *In Belgrad wurde Luftalarm gegeben. [...]*
f. *Nato-Generalsekretär Javier Solana nannte den Vorschlag "sehr nützlich", um sicher zu stellen, daß der Fünf-Punkte-Plan der Allianz verwirklicht wird, hinter dem auch UN-Generalsekretär stehe.*²³¹

Tal como nas reportagens anteriores, o bombardeamento do piloto da NATO no Kosovo e as suas consequências são relatados em estruturas passivas, sem nomeação do agente (exemplos a e d). A mesma ausência deste participante é visível nos exemplos b e e, embora suscite uma interpretação diversa, como adiante se verá.

Já quando o tema são os ataques de soldados sérvios sobre os kosovares de etnia albanesa, as estruturas passivas contam com a nomeação explícita do agente.

Curioso é o exemplo c, onde as duas construções activas com referência explícita de um agente prototípico dão lugar a uma construção passiva, cujo agente (não revelado) não é o mesmo das construções activas anteriores. De novo aqui o factor decisivo para esta exclusão parece ser a responsabilidade: o agente não revelado na construção passiva deste exemplo é o responsável imediato pela decisão sobre divulgação de notícias, tarefa delegada em pessoas terceiras, cuja identidade não é imediatamente clara para o leitor.

O último dos exemplos acima aponta para uma acção futura, a levar a cabo por um agente plural não referido, que se prolonga para além dos nomes referidos na frase.

136)

- a. *Nach Angaben von Jugoslawiens Präsident Milutinovic werden 75 Kosovo-Albaner getötet.*

²³¹ In: "Nato gibt Bombenangriff zu", *Frankfurter Rundschau*, 16.04.1999, p. 1.

- b. *Der Kampfflieger (spricht mit amerikanischem Akzent) berichtet: [...] Auch hier brannten Dörfer, einige mußten vom serbischen Militär gerade frisch angesteckt worden sein.*²³²

Nesta reportagem, a presença do agente nas estruturas passivas é condicionada pelas circunstâncias apontadas aos diários anteriores: o agente é revelado quando se noticia a actuação das tropas sérvias no Kosovo, mas não é referido quando a notícia evoca o bombardeamento da NATO. Uma diferença a salientar neste diário em relação aos três restantes é o facto de aqui a notícia ser relatada no presente, o que, embora não condicione o uso da estrutura passiva, suscita uma outra interpretação: a opção pelo relato no presente de acontecimentos passados aproxima o acto da leitura ao tempo real dos eventos, imprimindo um cariz dramático (isto é emotivamente conotado e por isso menos objectivo) ao relato²³³.

Detectadas, assim, algumas tendências comuns ao uso da passiva nestes exemplos, propõe-se, de seguida, uma interpretação, nomeadamente no que se refere à revelação ou ocultação do agente. Para tal, retome-se o estudo de Van Oosten (1986), que aponta seis motivos principais para o uso de uma construção passiva sem agente:

1. *The identity of the agent is irrelevant, “somebody”:* *The Irrelevant-Agent Passive.*
2. *The agent is very general, “people”:* *The General-Agent Passive.*
3. *The action of the sentence is a corporate act, with no one agent:* *The Corporate-Agent Passive.*
4. *The action of the sentence was not caused by an individual human being, but by a whole situation or scene:* *The Situation-Agent Passive.*
5. *The speaker wishes to leave the identity of the agent vague, for such reasons as politeness or expediency, or,*

²³² In: “NATO-Pilot: Ich sah dunkelgrüne Fahrzeuge – da warf ich die Bombe”, *Bild-Zeitung*, 16.04.1999, p. 3.

²³³ Cf. ponto 2.2.1.2 do capítulo anterior.

sometimes, to reduce the assertion of responsibility for the agent: The Expediency Passive.

6. *The emphasis is on the effect of the action on the patient, or on the result, rather than on the action of the agent: The Patient-Effect Passive. (VAN OOSTEN 1986: 133)*

Estes tipos de construções passivas não se excluem mutuamente, mas antes se complementam numa explicação global das motivações que orientam esta escolha sintáctica. Assim, nos exemplos atrás apontados, onde o tema é o bombardeamento levado a cabo por um piloto da NATO, a omissão deste agente pode interpretar-se como o resultado da actuação conjunta de dois factores apontados por Van Oosten: por um lado, evita-se a nomeação directa do agente responsável pela acção em causa, embora a sua entidade esteja implícita no resto do texto. Por outro lado, esta “ocultação” do agente permite tornar relevante o efeito da acção no paciente, escolhido para a função sintáctica de sujeito.

Neste caso concreto, o agente na origem causal do evento reúne muitas das características de um agente prototípico: é humano, é singular e específico, é a fonte de energia que desencadeia a acção, é responsável por esta e age com intencionalidade e volição. A sua acção desencadeia uma óbvia mudança de estado no paciente (muito embora o paciente atingido não fosse o visado pelo agente, e este não estivesse ciente desta diferença no momento da acção, daí resultando o erro). Além disso, o agente serve-se de um instrumento, neste caso um avião militar e respectivo armamento. São exactamente estas características que se conseguem evitar (sobretudo os traços de responsabilidade e intencionalidade) ao excluir da frase passiva a nomeação, o que no contexto discursivo em questão se pode entender como oportuno ou conveniente. Este é o motivo central do tipo de construção passiva a que Van Oosten chama “The Expedient Passive”:

[...] mentioning the agent in subject position, without any qualifying additions to the sentence, tends to imply the prototypical agent-action-patient situation [...] with direct agentivity, intentionality, volition, control and

responsibility imputed to the agent. The passive form, being a marked construction, marks a deviation from the prototype and so one of the marks of a prototypical agent or topic – maybe that of responsibility on the part of the agent – is asserted not to hold. (VAN OOSTEN 1986: 156)

Para além da omissão do agente nas frases, importa ainda considerar o reposicionamento do paciente no lugar de sujeito. Este facto resulta na atribuição de uma importância superior ao resultado da acção do que à sua origem causal, representada na figura do agente, que ocupa este lugar sintáctico numa construção activa correspondente. Este é o motivo central da construção que a mesma autora designa por “The Patient-Effect Passive”:

Again, the agent is quite clear from context and clearly not irrelevant. But in this case the important thing is the result [...]. (VAN OOSTEN 1986: 157)

A co-ocorrência destes dois factores numa estrutura sintáctica passiva atribui-lhe um potencial eufemístico desviante. Muito embora o evento nomeado seja nitidamente negativo, exprimi-lo desta forma permite desviar a atenção de aspectos eventualmente comprometedores (como a responsabilidade directa pelo evento reconhecido como negativo). Na verdade, o estado de coisas negativo não é evitado no discurso, nem mesmo substituído por uma referência mais suave. No entanto, a forma como ele é dado a conhecer oculta tacitamente aspectos de certa forma incomodativos.

Nos relatos acerca dos ataques de tropas sérvias no Kosovo, as construções passivas contam, em regra, com a nomeação do agente. Embora o destaque seja dado ao paciente ou aos resultados das acções sobre este, o agente responsável é abertamente nomeado e não perde, assim, a sua importância do seu lugar no relato. Das razões apontadas por Van Oosten para a não exclusão do agente na construção passiva, uma ajuda a justificar esta opção sintáctica:

The Focus-of-Attention Passive. This is the one type of Agented Passive where what is important is moving the

patient into subject position rather than moving the agent out of it. (VAN OOSTEN 1986: 137)

A leitura eufemística que é possível fazer sobre o uso da passiva com e sem agente tem de ser uma leitura conjunta, isto é, tendo em conta a relação entre o tema e a opção sintáctica da exclusão ou não exclusão do agente. Nas quatro reportagens, se o tema é o ataque da NATO, a referência ao agente é evitada. Por outro lado, se a notícia revela ataques sérvios no Kosovo, o agente é mantido na construção passiva. Este facto indicia uma perspectiva particular sobre os eventos, levantando a questão de uma ordem de coisas exactamente inversa na imprensa sérvia.

3.2.2 A selecção do predicado lexical

No *corpus* em análise é possível encontrar, para além do recurso à construção passiva, uma outra estratégia ao nível sintáctico, cuja utilização sugere uma finalidade desviante: a selecção do predicado lexical. Por este processo entende-se a escolha de um predicado para uma frase, que contempla uma parte do estado de coisas ou permite uma perspectiva diferente (metafórica) acerca do evento retratado. Em ambos os casos, a codificação linguística dos eventos resulta parcial ou incompleta e traduz-se sintacticamente numa redução valencial relativamente à construção a partir do predicado que designaria directamente o estado de coisas. Essa alteração valencial não é arbitrária: de fora é deixado novamente o participante a quem se atribui a origem causal do evento, ou seja, o agente.

Considerem-se, pois, os seguintes exemplos:

137)[...] *como se não fosse previsível que os sérvios se iriam vingar nos kosovares das bombas e dos mísseis que lhes caem em cima.*²³⁴

138) *Enquanto os mísseis chovem sobre a Jugoslávia, a barbárie progride entre os timorenses.*²³⁵

139) *Agora numa base de “24 horas sobre 24 horas” as bombas da NATO continuam a cair sobre a Jugoslávia.*²³⁶

140)[...] *danos provocados por um míssil que aterrou perto, às 3h30.*²³⁷

141) *Die Bomben fallen also aus Gründen der Moral und der Staatsräson.*²³⁸

O estado de coisas codificado nestas frases poderia ser descrito a partir de uma construção transitiva prototípica, onde

²³⁴ In: “Incompetência política”, *Público*, 10.04.1999, p. 11.

²³⁵ In: espaço público, *Público*, 11.04.1999, p. 8.

²³⁶ In: “Mais ‘danos colaterais’”, *Público*, 13.04.1999, p. 4.

²³⁷ In: “A visita do demónio”, *Público*, 14.04.1999, p. 4.

²³⁸ In: “Zwischen Moral und Staatsräson”, *Frankfurter Rundschau*, 12.04.1999, p. 3.

estivessem representados os participantes centrais deste tipo de construção e onde se pudesse ler claramente uma relação causa-efeito, característica desta estrutura: os pilotos da NATO *lançaram* bombas sobre a Jugoslávia e o Kosovo ou os pilotos da NATO *bombardearam* ou *atacaram* a Jugoslávia e o Kosovo com mísseis. A estrutura desta última frase poderia esquematizar-se assim:

X BOMBARDEIA Y COM Z

Os papéis semânticos de agente (X), paciente (Y) e instrumento (Z) nesta frase corresponderiam aos protótipos definidos por Langacker (1991b: 210).

Contudo, nos exemplos transcritos, os predicados seleccionados para codificar esta acção – *cair*, *chover* ou *aterrar* – são verbos intransitivos, que permitem um esquema sintáctico diferente:

Z CAI / CHOVE / ATERRA

Substituir um verbo transitivo, que prototipicamente descreve uma acção igualmente prototípica, por um outro intransitivo, implica uma reorganização da estrutura da frase, cujo efeito mais visível é a redução valencial. De facto, a estrutura intransitiva é mais reduzida, do ponto de vista dos actantes obrigatórios. O primeiro participante a ser excluído é o agente, pelo que com ele também se omite a origem causal da acção e a responsabilidade, intencionalidade e controlo sobre ela. Esta redução sintáctica e informativa é comum à que resulta da opção pelas estruturas passivas sem agente, como se viu na secção anterior. Tal como naquelas construções, também aqui o lugar de sujeito é preenchido por outro participante, neste caso o instrumento, e o traço que de imediato se perde é a noção de uma origem causal da acção. É ainda interessante notar que à função sintáctica de sujeito é prototipicamente atribuído o papel de agente. Assim, quando outro papel ocupa aquele lugar na frase, dá-se uma transferência dos traços de agencialidade (como a intencionalidade ou a volição) para o novo participante:

142) Uma “directiva” compreensível, porque **as bombas** cada vez **seleccionam** menos os seus alvos.²³⁹

143) [...] **as bombas da NATO já provocaram a morte de** “um milhar de civis” e “milhares de feridos”.²⁴⁰

Ao ocupar o lugar deixado vazio pelo agente em consequência da selecção de um predicado intransitivo, o instrumento herda igualmente alguns dos seus traços característicos, como a intencionalidade (implícita em *seleccionar*) e a responsabilidade e origem causal (patente em *provocar*). É como se estes factores tivessem sido delegados no instrumento, a quem cabe a iniciativa da acção, e também a culpa pelos seus efeitos.

Para além desta reorganização de papéis semânticos, é importante ainda referir que o próprio conteúdo semântico de *bombardear* ou *atacar*, por um lado, e *cair*, *chover* ou *aterrar*, por outro, apresenta uma diferença essencial, traduzida nos esquemas sintácticos respectivos. Os dois primeiros verbos prevêm uma causa para as acções que descrevem. Já os predicados alternativos são verbos não causativos e imprimem à codificação do evento uma origem não controlável, uma causa não personalizada. Particularmente o verbo *chover* aproxima metaforicamente as bombas e os mísseis a um acontecer meteorológico, cuja causa (no sentido de responsabilidade) não é imputável a nenhuma entidade responsável.

Poder-se-á aqui questionar a natureza eufemística da selecção e emprego destes predicados, uma vez que as frases finais não deixam de evocar imagens de violência, destruição e mesmo de morte. Na verdade, o referente não é contornado por uma designação indirecta suave, menos ofensiva. Contudo, ao substituir os verbos que codificam de forma explícita os eventos por predicados lexicais intransitivos, afasta-se para um plano menos visível a imagem de um agente responsável, a quem é imputável a causa directa e a culpa pelos eventos. A opção por estes verbos e pela omissão do agente está decerto longe de ser um acaso.

Outro exemplo onde a selecção do predicado lexical condiciona a reestruturação da frase e a intrínseca alteração da

²³⁹ In: “Uma das piores guerras mediáticas”, *Público*, 11.04.1999, p. 4.

²⁴⁰ In: “A NATO lamenta e continua a bombardear”, *Público*, 16.04.1999, pp. 2-3.

perspectiva sobre os eventos, é a forma como é noticiada a tentativa de invasão de território albanês por tropas sérvias. Apesar de não se tratar de uma invasão efectiva, até pelos limites temporais em que se inscreveu, esta acção reuniu alguns dos traços de uma invasão: tratou-se de uma atitude intencional de ocupação de um território alheio, com a conseqüente imposição de um poder não reconhecido. A forma como este evento é noticiado nem sempre tem em conta estes aspectos:

144) *Tirana admite entrar com tropas no Kosovo*²⁴¹

145) [...] *suspeitava de que o Exército albanês estivesse a fazer incursões por conta própria.*²⁴²

146) *Forças sérvias entram na Albânia*²⁴³

147) [...] *não restam dúvidas de que os sérvios entraram em território albanês.*²⁴⁴

148) *Incursão sérvia no norte da Albânia. Tropas sérvias entraram ontem em território albanês [...].*²⁴⁵

O verbo *entrar* exige na frase dois actantes: um agente e um actante directivo, que preenchem na frase respectivamente os lugares sintácticos de sujeito e complemento de lugar. Este verbo não permite, assim, uma construção transitiva prototípica, onde um agente inicia uma acção, com ou sem o apoio de um instrumento, que culmina numa mudança de estado de um paciente. *Entrar* designa apenas uma parte da acção designada por *invadir*, nomeadamente o aspecto da deslocação para um espaço determinado. Se em lugar de *entrar* for seleccionado para a frase o verbo *invadir*, a estrutura sintáctica resultante é já uma construção transitiva, onde o agente, para além de se deslocar para um novo espaço, actua intencionalmente sobre o paciente. A frase com este predicado permite uma construção passiva, onde o paciente é destacado para a posição de sujeito, sendo deste modo acentuados

²⁴¹ In: “Tirana admite entrar com tropas no Kosovo”, *Público*, 10.04.1999, pp. 2-3.

²⁴² In: “Tirana admite entrar com tropas no Kosovo”, *Público*, 10.04.1999, pp. 2-3.

²⁴³ In: “Forças sérvias entram na Albânia”, *Público*, 14.04.1999, p.1.

²⁴⁴ In: “Ataque ou invasão?”, *Público*, 14.04.1999, pp. 2-3.

²⁴⁵ In: “Incursão sérvia no norte da Albânia”, *Correio da Manhã*, 14.04.1999, p. 25.

os efeitos ou consequências da acção (e não apenas o movimento espacial do agente).

No *corpus* analisado é contudo possível encontrar designações directas para este estado de coisas. No exemplo a seguir, os dois predicados apontam para o traço de posse (tomada de posse de um território alheio), que o verbo *entrar*, por si só, não contempla.

149) “*Se os sérvios tomarem a aldeia de Padeshi [...] facilmente conquistarão todo o distrito de Tropoja*”.²⁴⁶

A substituição verbal reflecte-se também ao nível da nominalização do evento, referido como *incursão*, uma designação que, à partida, exclui as implicações morais de invasão, como a legitimidade desta acção de domínio. Também nos textos alemães surgem propostas de designação nominal desviante da acção, que excluem aspectos como a posse ou o domínio.

150) *Der Grenzübertritt serbischer Truppen im nordalbanischen Bezirk Tropoje [...]*.²⁴⁷

151) *Doch das ist auch die Mißachtung der Grenze durch die UÇK-Militanten nicht, die groß-albanischen Ideen anhängen.*²⁴⁸

152) *Die Grenzverletzung beim Dorf Kemenica durch serbische Truppen [...]*.²⁴⁹

Em síntese, tal como sucede relativamente à opção por uma estrutura passiva, a opção por um predicado léxico não causativo, que não permite uma construção transitiva prototípica, possibilita a referência de apenas alguns aspectos de um estado de coisas, em detrimento de outros. Esta selecção de traços dos eventos não é arbitrária, uma vez que a exclusão contempla de forma sistemática o agente da frase, a quem é imputável a responsabilidade pelas acções e respectivas consequências. Os verbos seleccionados

²⁴⁶ In: “Ataque ou invasão?”, *Público*, 14.04.1999, pp. 2-3.

²⁴⁷ In: “Grenzverletzung”, *Frankfurter Rundschau*, 14.04.1999, p. 3.

²⁴⁸ In: “Grenzverletzung”, *Frankfurter Rundschau*, 14.04.1999, p. 3.

²⁴⁹ In: “Grenzverletzung”, *Frankfurter Rundschau*, 14.04.1999, p. 3.

diferem ainda dos predicados que designam directa e explicitamente os eventos, na medida em que apenas referem aspectos menos ofensivos dos acontecimentos, em lugar de uma nomeação explícita e total.

Neste sentido, se o conteúdo semântico das frases não deixa de reflectir as imagens negativas dos acontecimentos, as estratégias sintácticas activadas excluem intencionalmente aspectos de relevo dos eventos, desviando a atenção do Interlocutor para outros menos comprometedores. Deste modo, o Eufemismo actua também ao nível sintáctico, onde os recursos seleccionados cumprem essencialmente uma função eufemística de desvio.

Conclusões

Concluído o percurso inicialmente traçado para este trabalho, o momento é de balanço e de leitura dos resultados da análise. Retomam-se aqui as questões levantadas na apresentação deste estudo e procuram avançar-se respostas, norteadas pelos limites do *corpus* analisado.

1. O que é o Eufemismo?

Numa perspectiva global, pode dizer-se que o Eufemismo é um processo pelo qual uma designação explícita de uma realidade negativa é substituída por uma nomeação menos directa, mas também menos negativa. A designação de substituição pode ser até positivamente marcada, seleccionada numa operação de estética para atenuar o impacto negativo do estado de coisas. Nas duas línguas consideradas nesta análise, o Português e o Alemão, e para o caso específico da designação da guerra e das suas consequências, no âmbito do *corpus* analisado, não existe um grupo específico e delimitado de palavras e expressões que cumpram exclusivamente uma função eufemística²⁵⁰. Na verdade, e de forma geral, à partida qualquer palavra ou expressão é passível de assumir esta função, desde que inserida num contexto específico. Deste modo, o primeiro passo para detectar a presença do Eufemismo é o conhecimento global e tão imparcial quanto possível da situação real, retratada nas palavras.

Se uma palavra ou expressão reserva em si um potencial eufemístico, da mesma forma que o pode realizar num contexto determinado, volta a suprimi-lo, se surge num contexto onde designa explicitamente um outro estado de coisas não tabu. O valor eufemístico dos itens lexicais é, assim, um elemento que acresce ao complexo semasiológico das categorias: uma palavra ou expressão,

²⁵⁰ Cf. Bohlen 1994, p.17 e Zöllner 1997, p. 129. Existe, contudo, uma tendência comum de recurso ao Eufemismo e uma recorrência de processos comuns de conceptualização e nomeação eufemística nas duas línguas, como se deduz da questão 3.

que designa explicitamente um estado de coisas, pode ser utilizado na referência indirecta, eufemística de um outro estado de coisas, com que pode ou não estar relacionado. Daqui resulta a dificuldade de reconhecimento e de uma quantificação da ocorrência do Eufemismo.

2. O que leva ao Eufemismo e que funções é que este desempenha?

O Eufemismo é indissociável da noção de Tabu. As áreas precisas dos interditos podem variar em função de factores culturais, prevalecendo contudo universalmente a necessidade de vetar certos assuntos. Alguns temas, como a guerra, a morte, a destruição, ultrapassam limites culturais específicos, para se tornarem alvo generalizado de uma referência indirecta, menos ofensiva. Perante estas realidades, e no contexto de uma situação de comunicação real, os intervenientes socorrem-se de alguma prudência. A atitude do Locutor perante a realidade tabu que pretende abordar no seu discurso, pode constituir a primeira das motivações que o levam a optar pelo Eufemismo. Esta estratégia permite-lhe falar sobre o estado de coisas, sem ter de desafiar o Tabu, o que poderia implicar o risco de perda de face perante o Interlocutor. A este factor de natureza psicológica, que diz respeito ao impacto emocional da realidade no Locutor, juntam-se outras motivações que justificam o uso que faz do Eufemismo. De natureza linguística, estas razões prendem-se com dois princípios de comunicação: o princípio da eficiência, que leva o Locutor a comunicar com o mínimo esforço conceptual e linguístico possível, e o princípio da expressividade, que lhe exige uma expressão mais detalhada, em função do efeito pretendido junto do Interlocutor. Este último princípio aponta já para a relação entre o Interlocutor e o estado de coisas, e a participação do Locutor na construção desta relação. Desta arquitectura surgem as funções que presidem ao uso do Eufemismo, que reflectem os objectivos do Locutor relativamente à atitude que quer criar no Interlocutor em relação ao estado de coisas. Em função desta finalidade, o Locutor pode, assim, optar por suavizar a situação ou o evento, designando-o de

forma melhorada ou mais positiva do que a realidade. Em alternativa, pode decidir focar um aspecto específico ou adoptar uma perspectiva particular perante o estado de coisas, desviando a atenção do Interlocutor de aspectos igualmente importantes, embora mais negativos, ou de uma perspectiva mais global que os inclua. Em qualquer dos casos, o Locutor condiciona, em parte, a visão do Interlocutor perante a realidade negativamente conotada, o que pode traduzir apenas o seu respeito pelo Tabu convencional, ou, em casos mais graves, uma forma de manipulação.

No caso do *corpus* analisado, há que considerar a polifonia presente em grande parte dos relatos noticiosos. Se o Locutor convoca outras vozes a participar no discurso, como no caso de citações ou do discurso indirecto, o resultado é a coexistência de motivações de origem distinta para o uso do Eufemismo, que levam à construção de relações diferentes entre o Interlocutor (ou os Interlocutores) e o estado de coisas. Particularmente quando são citadas fontes da NATO, esses segmentos discursivos foram, em geral, previamente recolhidos em comunicados globais à imprensa, necessariamente condicionados pela posição política e militar da instituição. O resultado é que por vezes as motivações e funções do Eufemismo nesses segmentos são posteriormente reveladas no corpo da notícia, nomeadamente quando o Locutor discorda com as vozes que convoca no seu discurso²⁵¹. É da evidência de contradições como estas que nasce no Interlocutor o alerta perante o uso do Eufemismo e a consciência crítica face aos eventos e à forma como chegam até si pela notícia.

²⁵¹ Este é o caso de expressões como “‘Kollateralschaden’, das heißt: Tote” (*Frankfurter Rundschau*, 14.04.1999, p. 5), onde o Eufemismo, para além de assinalado graficamente, é explicitamente substituído pela designação directa.

3. Como se constrói o Eufemismo?

Suavizar um estado de coisas ou desviar a atenção do Interlocutor de aspectos particulares para outros, eventualmente menos ofensivos, é um processo sem normas rígidas, mas onde se reconhecem tendências recorrentes. No caso do *corpus* analisado, detectou-se a recorrência de estratégias a nível lexical e sintáctico, presentes em ambas as línguas em análise. No domínio do léxico, a substituição eufemística pode dar-se por metonímia, processo pelo qual se salienta um aspecto co-referente da realidade que se pretende retratar, em lugar de outros aspectos ou do todo dessa realidade.

Outra estratégia comum neste domínio é a metáfora, pela qual se procede a uma relação de analogia com outro domínio cognitivo (em geral concreto e neutro, isto é, mais positivo do que, por exemplo, o domínio da guerra). Os domínios mais comuns nesta analogia são o teatro, a medicina e a economia. O retrato da estrutura dos eventos no âmbito da guerra é feito pela evocação da estrutura das histórias fantásticas, numa tentativa de justificação moral da guerra. Esta redução a uma história simples de eventos de estrutura mais complexa surge geralmente na imprensa como ressonância de comunicados oficiais, por parte de entidades políticas e militares, que assim procuram legitimar a sua posição, justificando-a à luz de princípios morais convencionalmente aceites e inquestionáveis.

O *blend*, ou integração conceptual, é outro processo de conceptualização patente na expressão linguística da guerra, em expressões onde se fundem aspectos de domínios conceptuais opostos. O caso analisado neste estudo foi o conceito de pacificação, onde estão presentes elementos do domínio da paz e outros do âmbito da guerra. O alcance desta estratégia conceptual não se fica apenas pela tradução linguística dos estados de coisas, mas envolve atitudes de justificação e avaliação perante os mesmos.

Ainda a nível lexical, a vaguidade revela-se um processo eficaz de substituição eufemística. A conceptualização de uma realidade determinada em função de uma categoria superordenada reflecte-se no domínio linguístico na preferência por um hiperónimo, isto é, uma designação mais geral, aplicável ao estado

de coisas que se pretende designar, da mesma forma que poderia servir a nomeação de outras realidades, não necessariamente negativas. Este tipo de subespecificação onomasiológica é frequentemente explorada para a designação da guerra e da morte dela resultante.

Nestes casos, o processo de substituição eufemística não está limitado ao domínio das palavras, mas manifesta, antes de tudo, uma natureza conceptual.

Para além do nível lexical, o Eufemismo está também presente ao nível da construção sintáctica, através do recurso a estratégias como a passivização ou a selecção do predicado lexical, com implicações importantes a nível da redução valencial da frase.

4. Que estratégias cumprem melhor cada uma das funções do Eufemismo?

Embora seja difícil uma separação rigorosa entre as duas funções do Eufemismo atrás apontadas, também aqui é possível registar tendências gerais de correspondência entre estratégias de substituição eufemística e as funções de suavização («Funktion des Verhüllens») e de desvio («Funktion des Verschleierns»). Assim, a primeira destas funções evidencia-se sobretudo na substituição por metáfora. Uma vez que o domínio negativo é conceptualizado e expresso em termos de um domínio neutro ou até com implicações positivas, a imagem negativa da realidade é atenuada pela evocação de domínios emocionalmente menos marcados. Retome-se aqui a metáfora conceptual A GUERRA COMO MEDICAMENTO. A aproximação conceptual entre os domínios da guerra e da medicina permite não só falar da primeira com menos constrangimento, como a apresenta ainda como justificável, legítima: a guerra é um mal imediato necessário, que garante, contudo, um bem-estar a longo prazo. A função de suavização do Eufemismo está ainda presente noutros casos de metáforas conceptuais envolvidas na conceptualização da guerra. No caso das metáforas A GUERRA COMO TEATRO ou O CONTO DE FADAS DA GUERRA JUSTA, essa função cumpre-se pela aproximação subtil a um plano virtual, afastado da realidade do eventos, portanto menos chocante ou

ofensiva. A última destas metáforas é ainda uma forma simplificada de entender e dar a entender os complexos cambiantes da guerra, tornando-a, se não aceitável, pelo menos compreensível.

A função de suavização está igualmente presente na estratégia conceptual da vaguidade, processo em que se substitui a referência directa, negativa por outra mais englobante, capaz de incluir outras realidades não necessariamente negativas. Vejam-se, como exemplo, as inúmeras substituições encontradas para *guerra*, que a apresentam de uma forma menos negativa e até mesmo neutra: *ofensiva*, *intervenção*, *campanha*, *agressão*, *conflito*, *crise* ou simplesmente *situação*. Contudo, esta estratégia viabiliza igualmente a função de desvio, já que a perspectiva veiculada por um hiperónimo é mais distante, por conseguinte desviada do olhar directo sobre o estado de coisas. A metonímia cumpre primeiramente uma função de desvio, uma vez que a designação directa de um estado de coisas é substituída pela designação de um aspecto particular co-referente. Não se tratando propriamente de uma operação estética de suavização, procura-se com esta estratégia um desvio da atenção de aspectos específicos. Este desvio é, contudo, subtil, já que por vezes também os aspectos para os quais a atenção é dirigida não são necessariamente mais positivos. É exactamente este o caso da função de desvio cumprida pelas estratégias a nível sintáctico. Particularmente nos casos de selecção do predicado lexical analisados, o efeito eufemístico quase passa despercebido, se não se olha àquilo que o novo predicado implica para a estrutura da frase e, através desta, para a visão dos factos. Quando, por exemplo, esta substituição implica a omissão do agente, o impacto emocional da notícia continua a ser negativo. Porém, juntamente com o agente, perdem-se traços como o controlo e a responsabilidade. Recordem-se, como ilustração, os exemplos que demonstram a intersecção entre estas estratégias, nomeadamente as expressões que dão conta da metonímia conceptual A CAUSA PELO EFEITO (cf. supra Fig. 9).

A estratégia do *blend* afigura-se mais difícil, quando se trata de lhe fazer corresponder uma função eufemística particular. Por exemplo, no caso analisado do lexema *pacificação*, este pode ser visto como uma designação positiva para uma realidade negativa, que embora contando com características comuns, não é

um caso de guerra. A substituição eufemística através do *blend* só é amplamente reconhecida se se lhe fizer corresponder igualmente a função de desvio. Mais uma vez no caso de *pacificação*, sendo este lexema resultado de uma integração conceptual entre os domínios da guerra e da paz, a proximidade estrutural entre *paz* e *pacificação* é notória, pelo que pode resultar num desvio da atenção dos aspectos que neste conceito resultam da projecção do domínio da guerra.

5. Que semelhanças e diferenças se detectam no uso do Eufemismo no Português e no Alemão?

A diferença entre as duas línguas consideradas neste estudo poderia fazer supor um desencontro de expressões eufemísticas nos textos analisados. Pelo contrário, por se tratar de textos de imprensa recolhidos no mesmo período, onde os assuntos são comuns e as fontes informativas, em regra, idênticas, poder-se-ia pensar que os resultados seriam muito próximos. É esta segunda hipótese que agora se confirma.

Antes de tudo, o domínio da guerra é um tema delicado em ambos os contextos nacionais e culturais²⁵². Uma fonte informativa comum à imprensa dos dois países é o gabinete de informação da NATO. Nas reportagens onde são citadas fontes da organização, as expressões eufemísticas encontradas revelam esta origem comum, dando voz à retórica oficial da organização. Assim, são transpostas para os textos noticiosos dos dois países expressões eufemísticas difundidas por aquela fonte oficial, naturalmente empenhada em gerar uma reacção positiva face à sua posição nos acontecimentos.

Por outro lado, no contexto desta guerra, ambos os países ocuparam um lugar na mesma frente, o que resulta, à partida, numa visão comum da situação. Esta perspectiva partilhada evidencia-se na conceptualização dos eventos, particularmente em aspectos de natureza negativa. As estratégias de conceptualização inferidas a partir das expressões eufemísticas presentes no *corpus* são as mesmas, do que resulta uma orientação comum na génese de

²⁵² Excluem-se neste ponto considerações mais detalhadas de natureza histórica nesta avaliação do tema como tabu nas sociedades portuguesa e alemã.

marcadores linguísticos de Eufemismo. De resto, o espaço da conceptualização é mais abrangente do que os limites de uma língua.

Sendo as estratégias de conceptualização de realidades negativas ou tabu as mesmas no Português e no Alemão, a sua expressão linguística evidencia em ambas as línguas os mesmos processos. Daí a evidente proximidade entre expressões portuguesas e alemãs.

6. De que forma é que o Eufemismo pode comprometer a objectividade do relato jornalístico?

Para responder a esta questão, é necessário, antes de mais, ter em mente que num jornal são publicados textos de natureza diferente, sendo a primeira distinção aquela que separa relatos noticiosos acerca de factos, de eventos sucedidos, de textos de elevado grau de subjectividade, como são as colunas de opinião assinadas por colaboradores assíduos ou esporádicos e as cartas de opinião dos leitores. No *corpus* analisado, encontram-se expressões eufemísticas em ambos os tipos de texto. No caso de textos subjectivos, as expressões eufemísticas surgem por norma em depoimentos favoráveis à posição da NATO, que demonstram igualmente a aceitação da sua retórica. Em casos onde se manifesta a opinião contrária à da organização, as expressões eufemísticas são também elas alvo de comentários críticos:

153) Dito isto, convém acrescentar que as justificações desta campanha são propícias à confusão. Desde os propósitos “humanitários”, claramente um eufemismo, até à desorganização das forças militares, tudo na estratégia (?) da NATO evidencia as dificuldades de regimes democráticos em conduzir um conflito.²⁵³

²⁵³ In: “Saramago e Sócrates – os nossos guias...”, Secção “Correio dos Leitores, *Correio da Manhã*, 16.04.1999, p. 2.

A questão colocada acima, contudo, diz mais directamente respeito a textos noticiosos, ditos factuais, onde é suposto encontrar uma informação isenta, objectiva, credível. Muito embora se encontrem, também aqui, expressões eufemísticas, em parte resultantes da reprodução informativa de fontes oficiais, outros casos há que denunciam explicitamente este recurso à suavização e desvio da atenção da realidade. Vejam-se os exemplos:

154) *“Kollateralschaden”, das heißt: Tote*²⁵⁴

155) *Eine der Lehren, die das westliche Bündnis aus dem Golf-Krieg gezogen hat ist diese: Eine allzu dreiste Schönfärberei des blutigen Handwerks fällt auf den Euphemisten zurück. Im Video-Zeitalter riskiert er die Enttarnung binnen kürzester Zeit, und die Öffentlichkeit reagiert empfindlich, wenn den Parolen von der gerechten Sache durch offenkundige Fälschungen die Legitimation entzogen wird.*²⁵⁵

Como a resposta à questão seguinte deixará mais claro, deve relativizar-se o eventual impacto do recurso ao Eufemismo como ameaça à objectividade da imprensa.

7. Que relação é possível estabelecer entre o Eufemismo e a conceptualização individual e colectiva de estados de coisas negativos?

A necessidade do Eufemismo decorre da existência do Tabu. No entanto, o Eufemismo não elimina o Tabu. Pelo contrário, ele é a garantia da sobrevivência deste pelo compromisso que viabiliza: permite falar de coisas sobre as quais não é permitido falar.

Enquanto estratégia de suavização, o Eufemismo apresenta uma realidade interdita de uma forma aceitável, porquanto menos negativa. É como uma operação estética, que elimina no discurso os traços mais perturbadores dos temas negativos interditos. Contudo,

²⁵⁴ In: *Frankfurter Rundschau*, 14.04.1999, p. 5.

²⁵⁵ In: “Die blutige Schnittmenge”, *Frankfurter Rundschau*, 16.04.1999, p. 3.

a realidade em todos os seus traços, inclusive os mais negativos, é recuperável na expressão eufemística, se esta é reconhecida como tal e não como designação explícita de outra realidade.

No caso da função de desvio, o Eufemismo não disfarça a realidade, mas condiciona a visão acerca desta, podendo aproximar-se, por omissão, de estratégias como a mentira. Neste caso, a detecção do Eufemismo passa pelo conhecimento da realidade para além dele.

No caso dos relatos de imprensa sobre a guerra do Kosovo reunidos no corpus em análise neste estudo, a presença do Eufemismo deve-se, em parte, à citação de terceiras pessoas, nomeadamente de representantes políticos dos países da NATO ou de fontes de informação desta organização. As expressões eufemísticas que entram por esta via nos relatos de imprensa não são normalmente fontes de manipulação por parte dos jornais junto dos leitores. O sinal mais evidente desta isenção é a reflexão por parte dos jornalistas sobre a retórica de guerra, apoiada pelas interpretações comentadas que dela fazem os próprios leitores, em espaços que lhes estão reservados nos jornais.

Nos casos em que as expressões eufemísticas surgem sem ser por citação de outras fontes, mas apenas do esgrimir de pena do jornalista, seria talvez exagerado pensar que esta voz, individualmente ou no conjunto da voz colectiva que constitui toda a equipa de cada diário, procura moldar a consciência colectiva, manipulando verdadeiramente a sua opinião em favor de uma das frentes da guerra. Seria ingénuo pensar que o Eufemismo manobrado pelo jornalista impede uma leitura da realidade para além da máscara com que ele a oculta.

Deste modo, a conclusão mais geral que se permite extrair deste estudo é a de que existem realidades negativas, cuja designação explícita é convencionalmente evitada, sendo preferencialmente substituída por um Eufemismo. Este é a estratégia aceite e reconhecida para falar sobre aquelas realidades, sem evocar na mente de quem escuta as imagens mentais mais evidentes da sua existência. Contudo, mesmo numa referência eufemística, essas imagens estão implícitas na expressão e são recuperáveis a qualquer momento.

Relativamente a outros estudos, nomeadamente o de Bohlen 1994 igualmente dedicado à presença do Eufemismo no discurso de imprensa sobre a guerra²⁵⁶, o trabalho que aqui chega ao fim apresenta uma abordagem cognitiva deste fenómeno, que não está presente naquele estudo. Para além da descrição dos seus mecanismos linguísticos, reconhecidos tradicionalmente, põe em evidência os mecanismos conceptuais envolvidos na sua expressão. Para além disso, a abordagem cognitiva do Eufemismo contempla as suas dimensões pragmática e semântica, no quadro de uma perspectiva de estudo integrada.

Uma tarefa assim ambiciosa está longe de ser esgotada neste estudo. Assim, retomam-se aqui as limitações que nele se reconheceram no momento de partida, lançando o desafio para análises futuras. Em conjunto com a investigação realizada, estes contribuirão certamente para uma visão progressivamente mais alargada sobre o Eufemismo, que o permitam considerar em toda a sua complexidade, enquanto estratégia linguística e conceptual que possibilita a abordagem de realidades negativas, sem o risco de causar ofensa ou de gerar um impacto emocional com consequências sérias no discurso e nas relações que este ajuda a construir.

²⁵⁶ Recorde-se que o autor orienta o seu trabalho para a análise de expressões eufemísticas presentes num *corpus* de artigos de imprensa sobre a Guerra do Golfo. A sua perspectiva de análise é essencialmente comunicativo-funcional.

Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Clotilde de Valle-Flor Telles de Freitas
1995 *Transitividade e Trajectória nas Concepções de abrir e de cortar em Português e Alemão: Análise Prototípico-analogista*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras (Dissertação de Doutoramento).
1999 «Space oriented accusative versus dative symbolic constructions in German and its Portuguese counterparts: a cognitive approach», *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva* (Porto, 29/30-5-98). Porto: Faculdade de Letras do Porto, pp. 17-32.
- ALLAN, Keith e Kate Burridge
1991 *Euphemism & Dysphemism: Language Used as Shield and Weapon*. New York, London : Oxford University Press.
- ATHANASIADOU, Angeliki e Elzbieta Tabakowska (ed.)
1998 *Speaking of emotions: conceptualisation and expression*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- AUHLIN, Antoine
1993 «Au petit bonheur du bien dire. Note sur le traitement du “bien dire” en analyse pragmatique du discours», *Cahiers de Praxématique*, 20. Montpellier : Praxiling, pp. 45-64.
1996 «Du texte à la compétence discursive : le diagnostic comme opération emphatico-inductive», *Cahiers de Linguistique Française*, 18. Genève : Université de Genève, pp. 339-355.
- BATORÉO, Hanna Jakubowicz
2000 *Expressão do Espaço no Português Europeu: Contributo Psicolinguístico para o Estudo da Linguagem e Cognição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Dissertação de Doutoramento, 1996).
- BEARD, Adrian
2000 *The Language of Politics*. London: Routledge.
- BLANK, Andreas
1997 *Prinzipien des lexikalischen Bedeutungswandels am Beispiel der romanischen Sprachen*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
1999 «Why do new meanings occur? A cognitive typology of the motivations for lexical semantic change», in Blank, Andreas e Peter Kock (eds.): *Historical Semantics and Cognition*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, pp. 68-89.
- BOHLEN, Andreas

1994 *Die sanfte Offensive. Untersuchungen zur Verwendung politischer Euphemismen in britischen und amerikanischen Printmedien bei der Berichterstattung über den Golfkrieg im Spannungsfeld zwischen Verwendung und Mißbrauch der Sprache.* Frankfurt a.M., Berlin, Bern, New York, Paris, Wien: Peter Lang.

BRANDT, Per Aage

2000 « The Architecture of Semantic Domains », *Revista Portuguesa de Humanidades* vol. 4 – 1/2. Braga: Faculdade de Filosofia da U.C.P., pp. 11-51.

2001 «Mental space networks and linguistic integration», in Silva, Augusto (org.): *Linguagem e Cognição. A Perspectiva da Linguística Cognitiva.* Braga: Associação Portuguesa de Linguística / Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Filosofia de Braga, pp. 63-76.

BROWN, Penelope e Stephen Levinson

1987 *Politeness: Some Universals in Language Usage.* Cambridge: Cambridge University Press.

BUSSE, Winfried e Mário Vilela

1986 *Gramática de Valências.* Coimbra: Almedina.

CAPUCHO, Maria Filomena

2000 *Je voudrais dire un petit mot – Langage et Pouvoir : Analyse du (-es) Discours en Télévision.* Viseu: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Letras (Dissertação de Doutoramento).

CASAD, Eugene H. (ed.)

1996 *Cognitive Linguistics in the Redwoods. The Expansion of a New Paradigm in Linguistics.* Berlin: Mouton de Gruyter.

CHARAUDEAU, P.

1983 *Langage et Discours.* Paris : Hachette.

CHOMSKY, Noam

2001 *O Novo Humanismo Militar: Lições do Kosovo.* Porto: Campo das Letras [Trad. de Jorge Almeida e Pinho].

CIENKI, Alan

1997 «Some Properties and Groupings of Image Schemas», in Verspoor, Marjolin, Kee Dong Lee e Eve Sweetser (eds.): *Lexical and Syntactical Constructions and the Construction of Meaning.* Amsterdam: John Benjamins, pp. 3-15.

CIFUENTES HONRUBIA, José Luis

1998 «Relaciones entre Lenguaje y Cognición: Propuestas de Metodología Lingüística», *Revista Portuguesa de Humanidades* vol. 2. Braga: Faculdade de Filosofia da U.C.P., pp. 49-85.

- CORREIA, João da Silva
 1927 *O Eufemismo e o Disfemismo na Língua e na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Arquivo da Universidade de Lisboa: vol. XII, pp. 445-787.
- COULSON, Seana e Cyma van Petten
 S/data *Conceptual integration and metaphor: An event-related potential study*. [<http://cogsci.ucsd.edu/~coulson/reblend.htm>]
- CUENCA, Maria Josep e Joseph Hilferty
 1999 *Introducción a la Lingüística Cognitiva*. Barcelona: Editorial Ariel.
- DAMÁSIO, António
 1995 *O Erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
 2000 *O Sentimento de Si. O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- DAMÁSIO, António e Hanna Damásio
 1992 «Brain and Language», *Scientific American*, vol. 267, No. 3, pp. 89-95.
- D'ANDRADE, Roy
 1987 «A folk model of the mind», in Holland, Dorothy e Naomi Quinn (eds.): *Cultural Models in Language and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DEWELL, Robert
 1994 «Over again: Image-schema transformations in semantic analysis», *Cognitive Linguistics* 5-4, pp. 351-380.
- DIRVEN, René
 1993 «Metonymy and metaphor: Different mental strategies of conceptualization», *Leuvense Bijdragen* 82, pp. 1-28.
- DIRVEN, René e Marjolijn Verspoor (eds.)
 1998 *Cognitive Exploration of Language and Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins [cap. 7 «Doing things with words: Pragmatics», pp. 161-191].
- DUCROT, Oswald
 1984 *Le dire et le dit*. Paris: Éditions de Minuit.
- EDELMAN, Gerald M.
 1992 *Biologia da Consciência. As Raízes do Pensamento*. Lisboa: Instituto Piaget.
- FAIRCLOUGH, Norman
 1989 *Language and Power*. London, New York: Longman.

- 1992 *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press.
 1995 *Critical Discourse Analysis*. London, New York: Longman.
 1998a «Manipulation», in Mey, Jacob e R. E. Ashler: *Concise Encyclopedia of Pragmatics*. Amsterdam, Lausanne, New York, Oxford, Shannon, Singapore, Tokyo: Elsevier, pp. 537-538.
 1998b «Power and Language», in Mey, Jacob e R. E. Ashler: *Concise Encyclopedia of Pragmatics*. Amsterdam, Lausanne, New York, Oxford, Shannon, Singapore, Tokyo: Elsevier, pp. 695-701.

FAUCONNIER, Gilles

- 1997 *Mappings in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press.

FAUCONNIER, Gilles e Eve Sweetser (eds.)

- 1996 *Spaces, Worlds and Grammar*. Chicago, London: The University of Chicago Press.

FAUCONNIER, Gilles e Mark Turner

- 1997 *Conceptual Integration Networks*. San Diego: University of California. [<http://www.inform.umd.edu/EdRes/Colleges/ARHU/Depts/English/englfac/MTurner/cin.web/cin.html>]

FILLMORE, Charles

- 1985 «Frames and the semantics of understanding», *Quaderni di Semantica* VI-2, pp.222-254.

FONSECA, Joaquim

- 1994 «O lugar da Pragmática na teoria e na análise linguísticas», in Fonseca, Joaquim: *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*. Porto: Porto Editora, pp. 11-46.

GARCÍA-MIGUEL, José Maria

- 1995a *Las Relaciones Gramaticales entre Predicado y Participantes*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico [Lalia/Series Maior: 2].
 1995b *Transitividad y Complementación Preposicional en Español*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico [Verba: Anuario Galego de Filoloxía, Anexo 40].

GEERAERTS, Dirk

- 1983 «Reclassifying Semantic Change», *Quaderni di Semantica* 4, pp. 217-240.
 1988a «Where does prototypicality come from?», in Rudzka-Ostyn, Brygida (ed.): *Topics in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 207-229.
 1988b «Cognitive Grammar and the history of Lexical Semantics», in Rudzka-Ostyn, Brygida (ed.): *Topics in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 647-677.

1993 «Vagueness's puzzles, polysemy's vagaries», *Cognitive Linguistics* IV-3, pp. 223-272.

1997 *Diachronic Prototype Semantics: A Contribution to Historical Lexicology*. Oxford: Clarendon Press.

1999 «Diachronic prototype semantics. A digest», in: Blank, Andreas e Peter Koch (eds.): *Historical Semantics and Cognition*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, pp. 91-107.

GEERAERTS, Dirk e Stefan Grondelaers

1995 «Looking back at anger: cultural traditions and metaphorical patterns», in Taylor, J. / MacLaury, R. (eds.): *Language and the Cognitive Construal of the World*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, pp. 153-179.

GEERAERTS, Dirk, Stefan Grondelaers e Peter Bakema

1994 *The Structure of Lexical Variation: Meaning, Naming and Context*. Berlin: Mouton de Gruyter [Cognitive Linguistics Research 5].

GIBBS, Raymond W.

1996 «What's cognitive about cognitive linguistics?», in Casad, Eugene H. (ed.): *Cognitive Linguistics in the Redwoods. The Expansion of a New Paradigm in Linguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 27-53.

GOLEMAN, Daniel

1995 *Inteligência Emocional*. Lisboa : Temas e Debates.

GOFFMAN, Erwing

1974 *Les Rites d'Interaction*. Paris : Les Éditions de Minuit. [Trad. de Alain Kihm].

GOOSSENS, Louis

1990 «Metaphonymy: the interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action», *Cognitive Linguistics* 1-3, pp. 323-340.

GRADY, Joseph, Todd Oakley e Seana Coulson

1999 «Blending and Metaphor», in Gibbs, R. e G. Steen (eds.): *Metaphor in Cognitive Linguistics*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, pp. 101-124.

GRONDELAERS, Stefan e Dirk Geeraerts

1998 «Vagueness as a euphemistic strategy», in Athanasiadou, A. e E. Tabakowska (eds.): *Speaking of Emotions: Conceptualisation and Expression*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, pp. 357-374.

JOHNSON, Mark

1987 *The Body in the Mind. The Bodily Basis of Meaning, Imagination, and Reason*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

1993 *Moral Imagination. Implications of Cognitive Science for Ethics*. Chicago, London: The University of Chicago Press.

KELLER, Rudi

1994 *Sprachwandel. Von der unsichtbarer Hand in der Sprache*. Tübingen und Basel: Francke Verlag. [UTB 1567].

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine

2000 «Est-il bon, est-il méchant: quelle représentation de l'homme-en-société dans les théories contemporaines de la politesse linguistique?», in Wauthion, M. e A. C. Simson (eds.): *Politesse et idéologie. Rencontres de pragmatique et de rhétorique conversationnelles*. Louvain-la-Neuve: Peeters.

KÖVECSES, Zoltán

1986 *Metaphors of Anger, Pride and Love. A Lexical Approach to the Structure of Concepts*. Amsterdam: John Benjamins.

1990 *Emotion Concepts*. New York: Springer.

1995 «Anger: Its language, conceptualisation and physiology in the light of cross-cultural evidence», in Taylor, J. e R. MacLaury (eds.): *Language and the Cognitive Construal of the World*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, pp. 181-196.

2000 *Metaphor and Emotion: Language, Culture and Body in Human Feeling*. Cambridge: Cambridge University Press.

KÖVECSES, Zoltán e Günter Radden

1998 «Metonymy: Developing a cognitive linguistic view», *Cognitive Linguistics* 9-1, pp. 37-77.

KRÖLL, Heinz

1984 *O Eufemismo e o Disfemismo no Português Moderno*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. [Biblioteca Breve: 84]

LAKOFF, George

1987 *Women, Fire and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*. Chicago: The University of Chicago Press.

1990 «The Invariance Hypothesis: is abstract reason based on image-schemas?», *Cognitive Linguistics* 1-1, pp. 39-74.

1992 «Metaphor and war», in Pütz, Martin (ed.), *Thirty Years of Linguistic Evolution. Studies in Honour of René Dirven on the Occasion of his Sixtieth Birthday*. Philadelphia, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 463-481.

1993 «The contemporary theory of metaphor», in Ortony, Andrew (ed.), *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 202-251.

1996 «The metaphor System for Morality», in Goldberg, Adele (ed.), *Conceptual Structure, Discourse and Language*. Stanford: CSLI Publications, pp. 249-266.

LAKOFF, George e Mark Johnson

1980 *Metaphors We Live By*. Chicago: The University of Chicago Press.

1999 *Philosophy in the Flesh. The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. New York: Basic Books.

LAKOFF, George e Mark Turner

1989 *More than Cool Reason: A Field Guide to Poetic Metaphor*. Chicago: The University of Chicago Press.

LAKOFF, George e Zoltán Kövecses

1987 «The cognitive model of anger inherent in American English», in Holland, Dorothy e Naomi Quinn (eds.): *Cultural Models in Language and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.

LAMB, Sydney M.

1999 *Pathways of the Brain. The Neurocognitive Basis of Language*. Amsterdam: John Benjamins.

LANGACKER, Ronald

1987 *Foundations of Cognitive Grammar, Vol. I: Theoretical Prerequisites*. Stanford, California: Stanford University Press.

1991a *Foundations of Cognitive Grammar, Vol. II: Descriptive Application*. Stanford, California: Stanford University Press.

1991b *Concept, Image and Symbol. The Cognitive Basis of Grammar*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter.

1993 «Reference-point constructions», *Cognitive Linguistics* 4, pp. 1-38.

LAUSBERG, Heinrich

1982 *Elementos de Retórica Literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LEVINSON, Stephen C.

1983 *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.

LEINFELLNER, Elisabeth

1971 *Der Euphemismus in der politischen Sprache*. Berlin: Duncker & Humblot [Beiträge zur politischen Wissenschaft: Band 13].

LIMA, José Pinto de

1989 “Significado avaliativo”: para uma clarificação à luz de uma semântica prática. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras (Dissertação de Doutoramento).

1997 «Explorando o conceito de paradigma (protótipo) em semântica lexical: Relato e comentário de uma experiência», in Lüdtkke, Helmut e Jürgen Schmidt-Radefeldt (eds.): *Linguística contrastiva. Deutsch versus Portugiesisch – Spanisch – Französisch*. Tübingen: Gunter Narr Verlag.

LUCHTENBERG, Sigrid

1985 *Euphemismen im heutigen Deutsch*. Frankfurt a.M., Bern, New York: Peter Lang.

NIEMEIER, Susanne e René Dirven (ed.)

1997 *The Language of Emotions: Conceptualization, Expression and Theoretical Foundation*. Amsterdam: John Benjamins.

NUYTS, Jan e Eric Pederson (ed.)

1997 *Language and Conceptualization*. Cambridge: Cambridge University Press.

ORWELL, George

1994 «Politics and the English Language», in: Orwell, George: *The Penguin Essays of George Orwell*. London: Penguin, pp. 348-360.

1999 *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*. Lisboa: Antígona. [Trad. de Ana L. Faria]

OTTMERS, Clemens

1996 *Rhetorik*. Stuttgart, Weimar: J. B. Metzler. [Sammlung Metzler: Realien zur Sprache, Bd. 283]

PARATESI, Nora Galli de

1964 *Semantica dell'Eufemismo. L'Eufemismo e la Repressione Verbale con Esempi Tratti dall'Italiano Contemporaneo*. Torino: G. Giappichelli.

PERRIN, L.

1995 «De la structure énonciative et de l'organisation polyphonique d'un échange épistolaire», *Cahiers de Linguistique Française* 18. Genève: Université de Genève, pp. 129-156.

PÖRINGS, Ralf e Ulrich Schmitz (eds.)

1999 *Sprache und Sprachwissenschaft. Eine kognitiv orientierte Einführung*. Tübingen: Narr [Narr Studienbücher].

PÚBLICO

1998 *Livro de Estilo*. Lisboa: Público, Comunicação Social, SA.

RADDEN, Günter e Zoltán Kövecses

1999 «Towards a Theory of Metonymy» in: Panther, Klaus-Uwe e Günther Radden: *Metonymy in Language and Thought*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, pp. 17-59.

RADOS, Milan

1999 *Quem Matou a Jugoslávia?* Porto: Campo das Letras.

REDFERN, W.D.

1994 «Euphemism», R. E. Asher e J.M.Y. Simpson (eds.): *Encyclopedia of Language and Linguistics*. Oxford, New York, Seoul, Tokyo: Pergamon Press.

RUDZKA-OSTYN (ed.)

1988 *Topics in Cognitive Linguistics*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins.

SILVA, Augusto Soares da

1992 «Metáfora, metonímia e léxico», *Diacrítica* 7, pp. 313-330.

1995 «A gramática cognitiva: Apresentação e uma breve aplicação», *Diacrítica* 10, pp. 83-116.

1996 «Dos conceitos lexicais aos conceitos gramaticais. Aspectos da gramaticalização», *Diacrítica* 11, pp. 113-138.

1997 «A Linguística Cognitiva. Uma breve introdução a um novo paradigma em linguística», *Revista Portuguesa de Humanidades* vol. 1 – 1/2. Braga: Faculdade de Filosofia da U.C.P., pp. 59-101.

1998 «Esquemas imagéticos e coerência da categoria verbal: o caso do verbo deixar», *Revista Portuguesa de Humanidades* vol. 2. Braga: Faculdade de Filosofia da U.C.P., pp.9-48.

1999a *A Semântica de Deixar. Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Dissertação de Doutoramento, 1997).

1999b «Metáfora e conceitos permissivos e proibitivos», *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva* (Porto, 29/30-5-98). Porto: Faculdade de Letras do Porto, pp. 231-252.

1999c «A semântica do objecto indirecto em Português: Um espaço cognitivo multidimensional», *Revista Portuguesa de Humanidades* vol. 3 – 1/2. Braga: Faculdade de Filosofia da U.C.P., pp. 63-99.

2000 «Porque e como é que surgem novos significados? Prototipicidade e eficiência comunicativa e cognitiva». Comunicação apresentada no *Encontro Internacional de História da Língua e História da Gramática*, Universidade do Minho, 16-18 de Novembro de 2000. (A publicar)

2001a «O que é que a polissemia nos mostra acerca do significado e da cognição?», in Silva, Augusto S. (org.): *Linguagem e Cognição. A Perspectiva da Linguística Cognitiva*. Braga: Associação Portuguesa de Linguística / Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Filosofia de Braga, pp. 147-171.

SILVA, Augusto Soares da (org.)

2001b *Linguagem e Cognição. A Perspectiva da Linguística Cognitiva*. Braga: Associação Portuguesa de Linguística / Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Filosofia de Braga.

SOLOMON, Norman

1999 «A NATO entre amigos», in Vários: *A Partilha da Jugoslávia*. Lisboa: Edições Dinossauro, pp. 85-88.

TALMY, Leonard

- 1985 «Lexicalization patterns: semantic structure in lexical forms», in Shopen, T. (ed.) *Language Typology and Syntactic Description*, Vol. 3: *Grammatical Categories and the Lexicon*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 57-149.
- 1988 «Force dynamics in language and cognition», *Cognitive Science* 12, pp. 49-100.

THOMAS, J.

- 1998 «Conversational Maxims», J. Mey e R.E. Asher (eds.) *Concise Encyclopedia of Pragmatics*. Amsterdam, Lausanne, New York, Oxford, Shannon, Singapore, Tokyo: Elsevier.

TUGGY, David

- 1993 «Ambiguity, polysemy and vagueness», *Cognitive Linguistics* IV-3, pp. 273-290.

TURNER, Mark e Gilles Fauconnier

- 1995 «Conceptual Integration and Formal Expression». [<http://philosophy.uoregon.edu/metaphor/turner.htm>]

(Em publicação em: Mark Johnson (ed.), *Journal of Metaphor and Symbolic Activity*, volume 10, número 3).

- 2000 «Metaphor, metonymy, and binding», in Barcelona, Antonio (ed.): *Metaphor and Metonymy at the Crossroads*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, pp. 133-145.

UNGERER, Friedrich

- 1997 «Emotions and emotional language in English and German news stories», in Niemeir, S. e R. Dirven (eds.), *The Language of Emotions*. Amsterdam: John Benjamins.

UNGERER, Friedrich e Hans-Jörg Schmid

- 1996 *An Introduction to Cognitive Linguistics*. London, New York: Longman.

VAN OOSTEN, Jeanne

- 1986 *The Nature of Subjects, Topics and Agents: A Cognitive Explanation*. Indiana: Indiana University Linguistics Club.

VÁRIOS

- 1999 *A Partilha da Jugoslávia*. Lisboa: Edições Dinossauro.

VERSCHUEREN, Jef, Jan-Ola Östman e Jan Blommaert (eds.)

- 1995 *Handbook of Pragmatics. Manual*. Amsterdam: John Benjamins.

VILELA, Mário

- 1992 *Gramática de Valências: Teoria e Aplicação*. Coimbra: Almedina.

- 1995 *Gramática da Língua Portuguesa: Gramática da Palavra, Gramática da Frase, Gramática de Texto*. Coimbra: Almedina.

1996 «A metáfora na instauração da linguagem. Teoria e aplicação», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Línguas e Literaturas Modernas* 13, pp. 317-356.

VILELA, Mário e Fátima Silva (orgs.)

1999 *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva (Porto, 29/30-5-98)*. Porto: Faculdade de Letras do Porto.

WEINRICH, Harald

2000 *Linguistik der Lüge*. München: Beck [Beck'sche Reihe: 1372].

WIERZBICKA, Anna

1992 *Semantics, Culture and Cognition*. Oxford: Oxford University Press.

1996 *Semantics – Primes and Universals*. Oxford: Oxford University Press.

1997 *Understanding Cultures through their Key Words*. Oxford: Oxford University Press.

WOODROW, Alain

1996 *Informação e Manipulação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. [Trad. de José Manuel Barata-Feyo]

ZÖLLNER, Nicole

1997 *Der Euphemismus im alltäglichen und politischen Sprachgebrauch des Englischen*. Frankfurt a. M., Berlin, Bern, New York, Paris, Wien: Peter Lang.

Dicionários e Enciclopédias

ASHER, R.E e J.M.Y. Simpson (ed.)

1994 *Encyclopedia of Language and Linguistics*. Oxford, New York, Seoul, Tokyo: Pergamon Press.

BROCKHAUS

1984 *Das Sprachbrockhaus. Deutsches Bildwörterbuch von A bis Z*. Wiesbaden: Brockhaus.

BROCKHAUS

1988 *Brockhaus Enzyklopädie in vierundzwanzig Bänden*. Mannheim: F. A. Brockhaus. Vol. 6.

BROCKHAUS / DTV

1992 *dtv-Lexikon in 20 Bänden*. Mannheim, München: F. A. Brockhaus / Deutscher Taschenbuch Verlag.

CRYSTAL, David

1993 *Die Cambridge-Enzyklopädie der Sprache*. Frankfurt a. M., New York: Campus Verlag.

DROSDOWSKI, Gunther (Bearb./ Hrsg.)

1989 *Duden – Deutsches Universalwörterbuch*. Mannheim, Leipzig, Wien, Zürich: Duden Verlag.

DUDEN

1990 *Duden. Das Fremdwörterbuch 5*. Mannheim, Leipzig, Wien, Zürich: Duden Verlag.

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda

1975 *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

GLÜCK, Helmut (ed.)

1992 *Metzler Lexikon Sprache*. Stuttgart, Weimar : J. B. Metzler.

GÖTZ, Dieter, Günther Haensch e Hans Wellmann (eds.)

1997 *Langenscheidts Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache*. Berlin, München: Langenscheidt.

HELBIG, G. e W. Schenkel

1989 *Wörterbuch zur Valenz und Distribution deutscher Verben*. Tübingen: Niemeyer.

LEWANDOWSKI, Theodor

1994 *Linguistisches Wörterbuch*. Heidelberg, Wiesbaden: Quelle & Meyer [UTB 1518].

MACHADO, José Pedro

1977 *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

MEY, Jacob e R. E. Asher (eds.)

1998 *Concise Encyclopedia of Pragmatics*. Amsterdam, Lausanne, New York, Oxford, Shannon, Singapore, Tokyo: Elsevier.

PORTO EDITORA

1998 *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

SCHWEIKLE, Günther e Irmtraud Schweikle

1990 *Metzler Literatur Lexikon. Begriffe und Definitionen*. Stuttgart: J. B. Metzler.

SCOLTZE-STUBENRECHT

1993 *Duden – Zitate und Aussprüche*. Mannheim: Duden Verlag.

SEEBOLD, Elmar (ed.)
1993 *Kluge - Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache*. Berlin, New York: Walter de Gruyter.

SILVA, António de Morais
1990 *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*. Lisboa: Confluência/Livros Horizonte.

WAHRIG
1991 *Wahrig – Deutsches Wörterbuch*. München: Bertelsmann Lexikon Verlag.

WILPERT, Gero von
1989 *Sachwörterbuch der Literatur*. Stuttgart: Alfred Kröner.

Revistas

Der Spiegel - 3/2000.

Corpus

Bild Zeitung: edições de 10.04.1999, 12.04.1999, 13.04.1999, 14.04.1999, 15.04.1999 e 16.04.1999.

Correio da Manhã: edições de 10.04.1999, 11.04.1999, 12.04.1999, 13.04.1999, 14.04.1999, 15.04.1999 e 16.04.1999.

Frankfurter Rundschau: edições de 10.04.1999, 12.04.1999, 13.04.1999, 14.04.1999, 15.04.1999 e 16.04.1999.

Público: edições de 10.04.1999, 11.04.1999, 12.04.1999, 13.04.1999, 14.04.1999, 15.04.1999 e 16.04.1999.